

LUCIANA MARGARETE MENDES ROCHA

**ANÁLISE DE SITUAÇÕES DE ESTRESSE E DE ADAPTAÇÃO
NO TRABALHO INFANTIL EM GOVERNADOR
VALADARES-MG**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2000

*A Deus, bondade infinita,
força e refúgio que traz a certeza na fé de que
podemos alcançar o bom possível, na busca do melhor impossível...*

AGRADECIMENTO

Este trabalho só pôde ser idealizado e concretizado com o incentivo, o carinho, o esforço e a vontade de inúmeras pessoas.

Desta forma, devo agradecer:

Aos meus filhos, Pedro e Arthur, que sempre serão a razão prioritária de todo o meu esforço e por me fazerem querer ir mais além.

Ao Jalber, por todo carinho, compreensão e dedicação, não só durante a realização desta dissertação, mas também por todo o crédito e incentivo à minha vida acadêmica e profissional e pela determinação em apoiar, trazendo a confiança e segurança necessárias para a conclusão desta etapa de nossas vidas.

Aos meus pais, Josino e Castelhana, pelo amor e incentivo, que sempre me fizeram acreditar nas possibilidades e na capacidade que o ser humano tem de enfrentar obstáculos.

A toda a minha família, aos meus cunhados, aos meus sobrinhos e às minhas irmãs, Ana, Sônia, Marília e Aparecida, pelo carinho e companheirismo, e, de modo especial, à Heloisa, Rosângela, Eliana e Cláudia, pelo incentivo e apoio nos momentos mais difíceis da realização desta dissertação.

À família de Jalber e, de modo especial, à Maria Augusta, pela compreensão e pelo carinho dedicados ao Pedro e Arthur, seus netos, durante a

coleta de dados e as incontáveis ausências necessárias para a conclusão deste trabalho.

À minha orientadora, Maria das Dores Saraiva de Loreto, pelos conhecimentos, pelo apoio e pelo incentivo compartilhados durante a execução deste Curso, mostrando-se mais que uma mentora, uma amiga de todas as horas.

À família de Dona Maria e Sr. Januário, Marli, Marlene e Reinaldo, pela grandiosa amizade e solicitude, com as quais pude contar desde o início deste curso.

À Universidade Federal de Viçosa (UFV), especialmente ao corpo docente do Curso de Mestrado em Economia Doméstica, pelas valiosas informações prestadas e pela dedicação.

À Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudo.

À professora Alice Inês, pela valiosa ajuda e pelas informações prestadas na parte qualitativa dos dados da pesquisa.

À professora Azuete Fogaça, pelas valiosas contribuições e pelos esclarecimentos no início deste trabalho.

À Deyse, Rosângela, Clenise e Débora, pela valiosa participação, pela amizade e pelo companheirismo durante a pesquisa de campo. À Socorro, pelo apoio nas horas problemáticas da digitação dessa dissertação.

Aos professores Fernando, José Ivo e Adelson, pelos esclarecimentos e pela valiosa contribuição na análise estatística dos dados.

Aos professores Adelson Luiz Araújo Tinoco, Neuza Maria da Silva, Simone Caldas Tavares Mafra e Rita de Cássia Lanes Ribeiro, membros da banca examinadora, pelas críticas construtivas, que foram de grande relevância para a melhoria qualitativa desta dissertação.

A todos os colegas de Curso, especialmente à Márcia Valéria, Kátia, Magna, Alessandra e Elizete, pelos momentos de angústia e alegria compartilhados.

À professora Elza, pelos primeiros e valiosos ensinamentos e pelo incentivo à minha vida acadêmico-científica.

A todos os funcionários do Departamento de Economia Doméstica, pela atenção e disponibilidade em diversas ocasiões.

À Prefeitura Municipal de Governador Valadares-MG, pelas valiosas informações na coleta de dados.

Às crianças/adolescentes e suas famílias, pela atenção e educação em responder ao questionário, expondo de forma espontânea e paciente seus problemas, seus valores e suas expectativas.

Enfim, a todos que, direta e indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

BIOGRAFIA

LUCIANA MARGARETE MENDES ROCHA, filha de Josino Paula Rocha e Castelhana Oliveira Mendes, nasceu em 11 de julho de 1971, em Cataguases-MG.

Em julho de 1995, graduou-se em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa-MG.

Durante sua graduação, exerceu atividades de Iniciação Científica na área de Habitação, realizando pesquisa sobre habitação, condições socioeconômicas e qualidade de vida.

Em 1997, iniciou o Programa de Pós-Graduação, em nível de Mestrado, em Economia Doméstica na UFV, tendo exercido atividades de monitoria na disciplina Economia Familiar do curso de graduação.

CONTEÚDO

| | Página |
|---|---------------|
| RESUMO | ix |
| ABSTRACT | xi |
| 1. INTRODUÇÃO | 1 |
| 1.1. O problema e sua importância..... | 2 |
| 1.2. Objetivos | 5 |
| 1.2.1. Geral..... | 5 |
| 1.2.2. Específicos | 5 |
| 2. REVISÃO DE LITERATURA | 7 |
| 2.1. Administração de recursos na família e estresse..... | 7 |
| 2.2. Família, trabalho e relações familiares..... | 15 |
| 2.3. O trabalho infantil | 22 |
| 3. REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEITURAL..... | 30 |
| 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 37 |
| 4.1. População e amostra..... | 37 |
| 4.2. Dimensionamento da amostra | 40 |
| 4.3. Coleta de dados | 41 |

| | Página |
|---|---------------|
| 4.4. Descrição e operacionalização das variáveis | 42 |
| 4.4.1. Variáveis relacionadas às características pessoais da criança/adolescente trabalhadora e sua família | 42 |
| 4.4.2. Processo decisório familiar | 43 |
| 4.4.2.1. Variáveis relacionadas ao estímulo do processo decisório | 44 |
| 4.4.2.2. Fase de percepção do processo decisório..... | 45 |
| 4.4.2.3. Variáveis relacionadas às decisões sobre o curso de ações – conhecimentos para lidar (Fator Y)..... | 51 |
| 4.4.2.4. Variáveis relacionadas à adaptação – recursos mudados e demandas respondidas..... | 52 |
| 4.5. Procedimentos estatísticos..... | 53 |
| 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO | 54 |
| 5.1. Perfil pessoal e familiar da criança/adolescente trabalhadora..... | 54 |
| 5.2. Processo decisório familiar | 58 |
| 5.2.1. Ocorrência de eventos estressores secundários na família..... | 58 |
| 5.2.2. Recursos disponíveis, familiares e infantis, no processo decisório | 59 |
| 5.2.3. Demandas familiares e infantis no processo decisório | 69 |
| 5.2.4. Definição familiar e infantil acerca do valor do trabalho, hierarquia etária e estrutura de preferências..... | 72 |
| 5.2.5. Sintomas e nível de estresse infantil | 79 |
| 5.2.6. Conhecimentos para lidar com o estresse | 83 |
| 5.2.7. Adaptação familiar e infantil..... | 87 |
| 5.3. Resultados da correlação de Sperman..... | 91 |
| 6. RESUMO E CONCLUSÕES | 94 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 105 |
| APÊNDICE..... | 111 |

RESUMO

ROCHA, Luciana Margarete Mendes, M.S., Universidade Federal de Viçosa, novembro de 2000. **Análise de situações de estresse e de adaptação no trabalho infantil em Governador Valadares-MG.** Orientadora: Maria das Dores Saraiva de Loreto. Conselheiras: Azuete Fogaça e Neuza Maria da Silva.

O trabalho infantil vem sendo uma preocupação constante na maioria dos países, em virtude da relevância da infância e adolescência como fases de formação e desenvolvimento de adultos mais capazes. Muitos são os estudos que abordam o tema do trabalho infantil, no entanto são escassos aqueles que tratam dos prejuízos por ele causados, principalmente em crianças/adolescentes trabalhadoras das áreas urbanas dos municípios brasileiros. Percebendo o trabalho infantil como resultante, entre outros fatores, de uma decisão familiar, a presente pesquisa utilizou um modelo de administração de recursos familiares em situações de crise/estresse, pressupondo-se que a tomada de decisão acerca do trabalho infantil tenha sido estimulada pela existência de eventos estressores na vida familiar. Objetivou-se a análise das causas e das implicações do trabalho precoce, em função das características pessoais e familiares da criança/adolescente trabalhadora, das influências de eventos estressores, da percepção, das decisões sobre o curso de ação e da

adaptação no processo de administração de recursos em situações de crise/estresse. O estudo foi realizado no município de Governador Valadares-MG, com crianças/adolescentes de 10 a 15 anos incompletos, moradoras da área urbana do município, que exerciam atividades tanto no mercado laboral quanto em nível doméstico, com ou sem remuneração. Os dados, analisados por meio da estatística descritiva e da correlação de Spearman, mostraram que a família com tendência à nuclearização, numa tentativa de melhorar de vida, por causa do estado de pobreza em que se encontra e da influência de alguns outros eventos estressantes, tende a envolver seu filho menor de idade em atividades laborais, o que diminui seu tempo disponível para o lazer e o estudo, gerando insatisfações que nem sempre eram associadas ao trabalho infantil, pelo próprio valor moral/socializador que se atribuía à atividade laboral. As situações de adversidade e estresse familiar estiveram positivamente afetadas pelo nível de coesão e flexibilidade familiar, o que mostra que a família, como *locus* de construção de identidades e como espaço privilegiado para o desenvolvimento e bem-estar das crianças/adolescentes, desempenhou um papel decisivo na minimização dos níveis de estresse e no próprio processo de adaptação infantil e familiar. Entretanto, uma visão mais técnica não pode deixar de elucidar os casos de alto estresse e estresse em nível intermediário que estavam associados ao tipo de tarefa realizada, mostrando que o trabalho mais árduo e expositor da criança/adolescente a riscos não pôde ter seus prejuízos minimizados pelos valores e pelas formas de enfrentamento individuais/familiares, devido às fontes externas de estresse que se associavam à própria atividade laboral. Desta forma, para que o trabalho realizado por adolescentes não se transforme numa forma de exploração e nem interrompa precocemente a infância, tirando das crianças/adolescentes seus direitos e sua plena cidadania, que é o modo como elas constroem a si e ao mundo, é necessária conscientização das famílias e da sociedade, vontade política, competência técnica e conduta interinstitucional das ações que tenham como foco de atenção o trinômio criança – família – sociedade.

ABSTRACT

ROCHA, Luciana Margarete Mendes, M.S., Universidade Federal de Viçosa, November 2000. **Analysis of adaptation and stress situations in infantile work at Governador Valadares-MG.** Adviser: Maria das Dores Saraiva de Loreto. Committee members: Azuete Fogaça and Neuza Maria da Silva.

The infantile work has been a constant concern in most countries due to the relevance of the childhood and adolescence as formation and development phases to more capable adults. Many are the studies concerning to the theme of the infantile work, however those concerning to the damages it might cause are scarce, mainly in children/adolescents working in urban areas of the Brazilian counties. Noticing the infantile work as resultant from a family decision, among other factors, this research used an administration model of the family resources in crisis/stress situations, by presupposing that the decision making upon infantile work has been stimulated by the existence of stressing events in family life. The analysis of the causes and implications of the precocious work was aimed as a function of the personal and family characteristics of the working child/teenager, the influences of stressing events, the perception, as well as the decisions on the action course and the adaptation in the resource administration process under crisis/stress situations.

The study was accomplished in Governador Valadares county-MG, with children/teenagers at 10 to 15 incomplete years of age inhabiting in the urban area of the county, who exercised activities in the labor market as well as at the domestic level, with or without remuneration. The data were analyzed through descriptive statistics and Spearman correlation, and showed that the family with tendency to nuclearization, in an attempt to improve their life because their state of poverty and under the influence of some other stressing events, tends to involve its lower-age son in labor activities, what consequently will reduce its son' available time for leisure and study, so generating dissatisfactions that not always were associated to the infantile work, by the own moral/socializing value that was attributed to the labor activity. The adversity and family stress situations were positively affected by the family cohesion and flexibility levels showing that the family, as a locus of identity constructions and as a space privileged for the development and well-being of the children/teenagers, played a decisive paper either in minimizing the stress levels and in the proper process of both infantile and family adaptation. However, a more technical vision cannot stop elucidating those cases of high stress and intermediary level stress that were associated to the type of accomplished task, showing that the most arduous work exhibiting the child/teenager to risks could not have its damages minimized by the values and forms of individuals/familiar facing due to the external sources of stress that were associated to the proper labor activity. So, in order the work accomplished by teenagers does not become an exploration form and does not early interrupt the childhood, taking the rights of the children/teenagers and their complete citizenship, which is the way how they build themselves and the world, the following becomes necessary: the families and society's awareness, political will, technical competence and inter-institutional conduct of the actions that have an attention focus on the child - family – society trinomial.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho infantil pode ser visto como resultante de uma decisão familiar imposta ou direcionada por situações adversas, geradoras de estresse, sendo também reconhecido como prejudicial à criança/adolescente que o realiza.

Conhecer suas causas no contexto do processo decisório familiar e suas implicações, como, por exemplo, o possível estresse gerado na criança/adolescente trabalhadora, foi o objetivo central deste estudo, visto que as preocupações relacionadas ao trabalho precoce versam, principalmente, sobre os prejuízos que ele pode causar à infância e sobre o fato de sua eliminação esbarrar em questões econômicas e socioculturais, que podem ter lugar no âmbito familiar.

Para analisar a questão do trabalho infantil no contexto familiar, escolheu-se como região de estudo o município de Governador Valadares-MG, por estar situado em um dos “bolsões de miséria” do país (MINAS GERAIS, 1994). Buscou-se, para tanto, uma amostra constituída de crianças e adolescentes trabalhadores da área urbana do município, que exerciam atividades tanto no mercado laboral quanto em nível doméstico, com ou sem remuneração. Diversificou-se a amostra, no intuito de elucidar o significado dos dois tipos de trabalho, remunerado e não-remunerado, para a vida familiar

e também de gerar maiores conhecimentos sobre o trabalho doméstico exercido por crianças.

A realização da pesquisa correspondeu a mais um passo em direção à construção de conhecimentos sobre a integração de Teorias de Administração de Recursos na Família e Teorias de Estresse, bem como sobre o trabalho infantil no meio urbano. Espera-se que o estudo do trabalho infantil no município de Governador Valadares, realizado de forma mais aprofundada sobre o prisma da administração de recursos, possa trazer maiores subsídios para a elaboração de propostas para a sua erradicação no município e em outras áreas do País.

1.1. O problema e sua importância

O problema do trabalho de crianças e adolescentes vem adquirindo destaque nas agendas de instituições governamentais e não-governamentais da maioria dos países. Esta posição de importância está relacionada à reconhecida relevância da infância e da adolescência como fases de construção e desenvolvimento de adultos capazes, tanto no sentido produtivo/econômico quanto no sentido social de cidadania (GONÇALVES, 1997). O trabalho infantil deve ser visto como fator negativo para o desenvolvimento econômico e social dos países, bem como para o desenvolvimento das crianças.

As questões relacionadas com o trabalho infantil estão, inclusive, entre as principais preocupações da OIT - Organização Internacional do Trabalho, pois, segundo as estimativas da Oficina de Estatística da OIT (1996), o número de crianças entre 5 e 14 anos que trabalham é da ordem de, no mínimo, 120 milhões. Desses, a maioria está nos países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina. No Brasil, os dados da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1999) indicam que 2,9 milhões de brasileiros entre 5 e 14 anos trabalham, recebendo, em sua maioria, menos de meio salário mínimo; outros, em regime semi-escravo, cumprem jornadas diárias de até 12 horas e não recebem nada por isto.

Dada à sua importância, são diversos os trabalhos que abordam o tema, referindo-se, principalmente, aos fatores determinantes da incorporação precoce de crianças ou adolescentes no mercado de trabalho. Nesses trabalhos, assume-se que a pobreza, apesar de ter seu papel preponderante, não explica, por si só, a grandeza do trabalho precoce no Brasil.

Portanto, no presente estudo pretendeu-se analisar se o trabalho precoce foi essencialmente resultado de uma decisão familiar, relacionado à administração ou ao manejo de recursos da família, em um contexto de subsistência ou de pobreza. Pretendeu-se também verificar, mais aprofundadamente, a questão dos valores que interferem na forma como o trabalho infantil é visto e avaliado pela família/criança/adolescente, valendo-se de conceitos pertinentes à teoria de administração de recursos familiares e à teoria de estresse.

O processo de administração de recursos e de tomada de decisões, as mudanças, as dificuldades e os conflitos pelos quais passam as famílias, diante da escassez de recursos e da existência de outros eventos, podem levar a situações de estresse. Neste sentido, surgiram teóricos que associaram a Teoria de Estresse Familiar e a Teoria de Administração de Recursos, criando modelos de análise integrativos (MACCUBIN e PATTERSON, 1983; DOLLAHITE, 1991). Nesses, as mudanças, as dificuldades, os novos eventos e a tomada de decisões podem ser vistos, segundo RICE e TUCKER (1986), como um veículo de crescimento e um caminho rumo aos objetivos, já que algumas famílias administram os acontecimentos sem grandes esforços. Porém, outras famílias/indivíduos os vêem como estressantes. Há eventos que alguns aceitam, recebendo-os sem esforços. Outros indivíduos poderão, com o passar do tempo e a continuidade da situação, se lançar em um estado físico e emocional doentio. Portanto, a resposta ao estresse provocado por situações e eventos existentes no cotidiano é pessoal, particular e dependente da adaptação de cada um (LIPP et al., 1996; FRANÇA e RODRIGUES, 1997; FALCONI e FALCONI FILHO, 1998).

O presente estudo assume, com base em CERVINI et al. (1991), que o trabalho infantil é resultado, entre outros fatores, da pobreza, sendo esta vista como um fator gerador de estresse familiar e individual. Pressupõe-se, também, que o trabalho infantil seja resultado de uma decisão familiar, uma estratégia da qual a família pode lançar mão, em situações adversas, que por si só podem ser geradoras de conflitos e estresse. Por isto, buscou-se com esta pesquisa tanto a verificação das causas ou dos fatores determinantes, reconhecidos como estímulos, que levaram à adoção do trabalho infantil pela família, como também a elucidação da forma como a família decide utilizar a mão-de-obra de um filho menor de idade. Estes pontos são referentes ao estímulo, à percepção e ao curso de ações no processo decisório familiar (DOLLAHITE, 1991).

Pressupondo, de acordo com os estudos de LIPP (1996), que o contexto familiar e o próprio trabalho infantil podem ser geradores de estresse, buscou-se, em um segundo momento, a verificação dos efeitos que a entrada precoce no mercado de trabalho pode ter sobre a criança, seja pelo custo de oportunidade relacionado à escola, seja por conflitos familiares e ansiedades geradas pelo fato de o tempo da criança ter de ser dividido entre lazer, trabalho e educação.

Nesse âmbito, a preocupação central é com as implicações do trabalho precoce sobre a criança, isto é, com a forma como a criança ou o adolescente o percebe e se relaciona com ele, o ambiente de trabalho, as atividades realizadas e as questões referentes à alocação escassa do tempo entre lazer, educação e trabalho. Estes fatores, como já foi comentado, podem causar estresse na criança ou no adolescente, se não forem bem administrados em termo de tempo de realização, características ambientais e tipo de atividades realizadas (fatores absolutos ou externos relacionados ao estresse), assim como em função da forma como a criança se relaciona com o seu trabalho (fator relativo ou interno relacionado ao estresse).

De acordo com os aspectos abordados, relacionados à família e à criança, pode-se verificar a importância de estudar os fatores determinantes do

trabalho precoce no processo decisório familiar e o possível estresse gerado, tanto na criança ou no adolescente, pela realização de tarefas e responsabilidades inadequadas, bem como o grau de adaptação da família à existência de eventos estressores. O conhecimento das causas e dos efeitos do trabalho precoce relacionado com o processo de manejo de recursos familiares poderia fornecer maiores subsídios para reflexões e ações acerca da problemática e da erradicação do trabalho infantil na região proposta para o estudo, além de permitir aprofundar na integração de teorias de estresse familiar e teorias de administração de recursos e contribuir para a formação/construção de políticas públicas mais adaptadas à realidade local.

1.2. Objetivos

1.2.1. Geral

Analisar as causas e as implicações do trabalho infantil, em função das características pessoais e familiares da criança/adolescente trabalhadora, das influências de eventos estressores, bem como da percepção, da decisão sobre o curso de ação e da adaptação, relacionadas ao processo de administração de recursos em situações de crise/estresse.

1.2.2. Específicos

- Caracterizar o perfil pessoal e familiar das crianças e dos adolescentes trabalhadores, no contexto de tomada de decisões.

- Identificar a presença de situações estressoras e sua possível influência no processo de decisão familiar acerca do trabalho infantil.

- Identificar a fase de percepção do processo decisório familiar, em função das demandas, dos recursos e da definição da situação de crise/estresse.

- Identificar o nível de estresse infantil, em função dos sintomas cognitivos e somáticos, assim como as possíveis diferenças existentes entre o trabalho doméstico e o trabalho fora de casa.

- Identificar o processo de decisão sobre o curso de ação em função dos conhecimentos familiares para lidar com situações estressantes.

- Identificar e analisar o processo de adaptação familiar e infantil, respectivamente, em função da coesão e flexibilidade familiar e da satisfação da criança com sua qualidade de vida.

- Analisar as correlações existentes entre os diferentes aspectos do manejo de recursos familiares e o nível de estresse infantil, em função dos recursos, das demandas, das definições da situação e da adaptação familiar.

2. REVISÃO DE LITERATURA

De acordo com os objetivos propostos e para auxiliar na discussão dos resultados, procurou-se esquematizar a revisão de literatura em três tópicos básicos: administração de recursos na família e estresse; família, trabalho e relações familiares; e aspectos do trabalho infantil.

2.1. Administração de recursos na família e estresse

De acordo com SILVA (1998), a família, numa abordagem ecossistêmica, é um microambiente onde os indivíduos crescem, desenvolvem-se e satisfazem suas necessidades, estando em permanente interação com outros sistemas: sociocultural, econômico e político, recebendo, desta forma, influências desse meio. Por ser uma pequena parte constituinte da sociedade e ser dirigida por esquemas de recursos, atividades e satisfação, a família pode ser vista como um tipo de unidade doméstica. Porém, para ser assim definida deve obedecer a certos critérios, que a diferenciam de outras unidades da sociedade, como por exemplo: uma unidade doméstica possui recursos (humanos e materiais/ físicos) e atividades que devem ser divididos, de modo alternativo, para o alcance de suas metas, isto é, para atingir a satisfação de suas necessidades e melhorar o seu bem-estar. O processo

envolve a tomada de decisões acerca do uso de recursos, relacionadas às suas atividades, podendo ser chamado de administração ou manejo de recursos (BRYANT, 1992).

Segundo ENGBERG (1990), a administração ou o manejo de recursos da família é um sistema capaz de realizar decisões sobre o uso de recursos (dinheiro, tempo, capacidades dos membros familiares, bens etc.), para atingir as metas pessoais e, ou, familiares, que promovem e sustentam as vidas humanas saudáveis. Caracteriza-se, de acordo com DEACON e FIREBAUGH (1988), por situações em que existem aspectos contrastantes, incluindo custos e benefícios de arranjos formais e informais, mercado *versus* não-mercado ou remunerado *versus* não-remunerado e influências externas *versus* influências internas, que envolvem, segundo ENGBERG (1990), a definição de quem participa e quando participa das atividades de produção de valores de uso (produção relacionada ao âmbito doméstico) e de troca (produção de mercado).

O processo de administração ou manejo de recursos requer que os membros das famílias examinem as alternativas, busquem informações, escolham padrões e recursos e tomem iniciativas, consistindo em um processo de decisão individual ou familiar (DEACON e FIREBAUGH, 1988).

A participação de crianças na força de trabalho é uma das muitas decisões que, às vezes, as unidades domésticas precisam tomar. De acordo com CERVINI e BURGUER (1991), esta decisão não depende somente da situação de pobreza. Relaciona-se e é regida por valores sociais, por ideologias e por estruturas de preferências familiares, bem como pela ordem jurídica e política social, pelo ordenamento empresarial e pela estrutura do mercado de trabalho. Além disto, pode ser analisada, segundo BARROS e VELAZCO (1994), como um dos aspectos do processo de decisão da unidade doméstica relacionado à alocação do tempo global das crianças entre repouso, estudo e trabalho.

As questões relacionadas aos valores, às ideologias e às hierarquias existentes em nossa sociedade estão intimamente ligadas ao processo de

manejo de recursos e de tomada de decisões familiares. De acordo com DEACON e FIREBAUGH (1988), os valores permeiam todos os aspectos da administração, provendo as bases para as decisões. Podem ser definidos como significados essenciais relacionados ao que se deseja ou vale a pena, provendo critérios que fundamentam os objetivos e dão continuidade a todas as decisões e ações. Os valores provêm tanto os propósitos, que direcionam a atividade administrativa, quanto os critérios para identificar as demandas de forma efetiva. Segundo RIBEIRO e RIBEIRO (1994), os valores podem ser definidos como todas as representações e objetivações partilhadas intersubjetivamente, que se articulam a objetivos coletivos, ligados ao fato do viver e sobreviver. Portanto, referem-se a um conjunto de todas as relações, produtos, idéias e ações que promovem o desenvolvimento da essência humana, em determinado período histórico. Assim, tudo que faz parte do homem ou que contribui, direta ou indiretamente, para a sua explicitação como ser genérico, tudo aquilo que, em qualquer das esferas (produção, relações de propriedade, estrutura política, vida cotidiana, moral, ciência, arte etc.), contribui para o enriquecimento dos componentes da essência humana (trabalho, socialidade, universalidade, consciência e liberdade) pode ser tomado como valor.

A estrutura de poder familiar é outro aspecto interveniente no processo decisório familiar. O processo é complexo e sua natureza depende das bases de poder (cultural, econômica, afetiva, pessoal e cognitiva) dos membros familiares, que têm acesso diferenciado e seletivo às mesmas (CEBOTAREV, 1984). As relações de poder são valorativas. O poder, seja ele econômico, social ou de qualquer outra origem, é um valor social que interfere no processo decisório familiar. Quanto mais autocrático o processo de decisão, dada à maior desigualdade de acesso às bases de poder, mais restrita tende a ser a interação familiar, o que irá influenciar a vulnerabilidade familiar e individual ao estresse.

O estresse é, para DANES e RETTIG (1993), um dos vocábulos da psicologia que tem se infiltrado no sistema de representação da realidade de

todo o mundo, despertando a consciência sobre um fenômeno reconhecido como inerente à existência humana. Atualmente, de acordo com LIPP (1996), os estudos e as publicações sobre estresse não abrangem apenas as suas conseqüências no corpo e na mente humana, mas também as suas implicações para a qualidade de vida da humanidade. Incluem-se os aspectos sociopsicológicos, os fatores relacionados à ergonomia, o ambiente de trabalho e as variáveis ligadas às etapas da vida humana, como gestação, infância, adolescência, vida adulta e envelhecimento.

Daí surge, no mundo científico, a associação entre as teorias de estresse e as teorias de administração de recursos familiares, visto que o estresse familiar é caracterizado, de acordo com CÓRDOBA (s.d.), por uma pressão ou tensão sofrida no sistema familiar, causada por uma alteração do estado constante da família, sendo inevitável à medida que as pessoas seguem seu ciclo evolutivo. Na sociedade industrializada moderna, por exemplo, as mudanças tecnológicas, sociais e culturais têm se processado com uma rapidez nunca vista antes na História, fazendo com que, na maioria dos casos, a experiência de vida acumulada pelos pais seja muito distante do estilo de vida que seus filhos vivem, impelindo-os a situações de desavenças (CHIPKEVITCH, 1995), assim como as mudanças políticas e econômicas podem ser caracterizadas como agentes estressantes. Todavia, cada família apresenta sua forma de lidar com o estresse, ocorrendo uma boa ou má adaptação aos eventos estressantes inerentes à vida familiar. Neste âmbito, merece atenção especial o que, de acordo com ALCINO (1996), denomina-se estresse social: aquele causado por interações interpessoais do cotidiano, bem como por aqueles problemas que ocorrem no dia-a-dia da maioria das pessoas, exigindo do indivíduo a expressão de opiniões, a defesa de direitos ou, também, a demonstração de afeto.

As teorias organizacionais também consideram a questão do estresse, associando-o ao trabalho e definindo-o, de acordo com FRANÇA e RODRIGUES (1997), como aquelas situações em que a pessoa percebe seu ambiente de trabalho como ameaçador. Assim, suas necessidades de

realização, pessoal e profissional, e, ou, sua saúde física ou mental podem prejudicar a interação com as condições e o ambiente de trabalho, à medida que este ambiente contém demandas excessivas, diante das disponibilidades de recursos ou habilidades adequadas para enfrentar tais situações, colocando em perigo o bem-estar.

O termo estresse, de forma singular, pode ser definido como “um conjunto de reações que um organismo desenvolve ao ser submetido a uma situação ou a um estímulo, que exige um esforço para adaptação” (FRANÇA e RODRIGUES, 1996: 20). Este termo vem da física, referindo-se à pressão ou qualquer força externa que, aplicada sobre um sistema ou estrutura, leva à sua deformação ou destruição (RICE e TUCKER, 1986; FRANÇA e RODRIGUES, 1996; FALCONI e FALCONI FILHO, 1998). De outra forma, segundo LIPP (1996), o estresse é definido como um processo orgânico, que apresenta componentes físicos e, ou, psicológicos, sendo causado por alterações químicas no organismo, que acontecem quando o indivíduo se confronta com uma situação que, de um modo ou de outro, o irrita, amedronta, excita, confunde, ou mesmo, que o faz imensamente feliz.

As teorias sobre estresse mostram que, em níveis ideais, ele pode agir como um motivador, ou seja, como um impulso para o alcance de objetivos e realização de tarefas. No entanto, em alto nível, pode agir de modo a esgotar a saúde da pessoa a ele submetida (RICE e TUCKER, 1986). Isto porque o estresse é reconhecido como um processo que se desencadeia em fases: a **fase de alerta** é quando o indivíduo se confronta com o estressor e há uma quebra da homeostase¹, ou seja, acontece uma mudança nas condições normais de funcionamento do organismo humano. Ocorrendo pronta restauração do equilíbrio, não haverá complicações para o bem-estar pessoal. Porém, quando o estressor é de longa duração, ou sua intensidade é demasiada para a resistência da pessoa, o organismo tenta reestabelecer a homeostase, de modo reparador, gerando uma **fase de resistência** ao estresse. E se a resistência não

¹ É quando o organismo humano mantém, automaticamente, todos os órgãos funcionando normalmente, isto é, pulmões, rins, estômago e glândulas funcionam em perfeito equilíbrio.

for suficiente ou se outras fontes de estresse ocorrerem juntas, o processo evoluirá, ocorrendo a **fase de exaustão**, em que há normalmente depressão, como exaustão psicológica. A exaustão física manifesta-se com o aparecimento de doenças (LIPP, 1996; FRANÇA e RODRIGUES, 1997; FALCONI e FALCONI FILHO, 1998).

No homem, os estímulos geradores de estresse ou estressores podem ser variados, sendo divididos, segundo FALCONI e FALCONI FILHO (1998), em *absolutos*, como: ruídos, falta de oxigênio, pressão física, dentre outros; e *relativos*, como: dificuldades do dia-a-dia, conflitos familiares, dentre outros. Os estímulos relativos são assim denominados porque não dependem tanto de sua constância ou da natureza do problema, mas sim da maneira como são interpretados. Desta forma, o importante na questão não são os fatores (dificuldades, conflitos, mudanças etc.), mas o relacionamento, o “como lidar com”, a maneira pela qual a pessoa ou o grupo familiar administra as situações estressantes de seu dia-a-dia. De acordo com LIPP (1996), os estressores absolutos são chamados de “biogênicos”, pois são aqueles intrinsecamente estressantes, já que não dependem tanto da interpretação, atuando automaticamente no desenvolvimento do estresse, como o frio, a fome e a dor. Os outros, relativos, são chamados de estressores psicossociais, já que adquirem capacidade de estressar uma pessoa em decorrência de sua história de vida. É necessário, também, distinguir os estressores internos dos externos. Os internos são aqueles determinados pelo próprio indivíduo, pelo seu modo de ser pessoal. Têm-se como exemplo a timidez, a ansiedade, a depressão, as crenças irracionais e as dificuldades de expressão de sentimentos. Os externos são aqueles que, muitas vezes, independem do mundo interno da pessoa, como: mudança de chefia, mudanças políticas, acidentes, ou qualquer outro evento ou situações que ocorram fora do corpo e da mente da pessoa.

As pessoas em seu cotidiano, seja no trabalho seja no ambiente familiar, estão expostas ao estresse físico e psicossocial, e as crianças ou os adolescentes, por causa de suas características peculiares, diferenciadas das do adulto, apresentam-se ainda mais vulneráveis, já que não estão nem física,

nem cognitiva e nem emocionalmente preparados para muitas das responsabilidades que, às vezes, lhes são atribuídas.

A infância é considerada uma fase de vulnerabilidade ao estresse; as crianças são vistas como grupo de risco (LIPP, 1996). Isto porque elas podem ser consideradas biologicamente diferentes do adulto, por apresentarem: rápido crescimento e desenvolvimento do corpo, tanto dos órgãos em conjunto quanto dos tecidos, que são funcionalmente imaturos no nascimento e que amadurecem em diferentes proporções; diferente composição corporal; uma ampla superfície de área em relação ao peso; taxas metabólicas e consumo de oxigênio mais altos, e portanto maior gasto de ar por quilo de peso corporal; e maior necessidade de energia e fluidos por quilo de peso corporal (FORASTIERI, 1997).

O estresse infantil, pesquisado por Lipp et al., citados por ALCINO (1996), pode ser visto como “um desgaste geral do organismo”, semelhante ao que ocorre no adulto diante de situações felizes, irritantes, excitantes ou amedrontadoras. Dentre as prováveis causas do estresse infantil, VILELA (1996) cita as seguintes: maturidade e independência precoce, permissividade sexual excessiva, excesso de atividades e responsabilidades, brigas constantes e, ou, separação dos pais, nascimento de irmãos, morte na família, rejeição de colegas, disciplina confusa por parte dos pais, exigências ambíguas da sociedade, medo e ansiedade, interpretações amedrontadoras de eventos comuns, medo da punição divina, dúvida quanto à própria inteligência, provas e competições.

Dado à vulnerabilidade infantil, questiona-se até que ponto uma criança é capaz de conviver com situações estressantes, sem com isto trazer prejuízos para si mesma nos vários aspectos somáticos e psicológicos. Os estudos, citados por ALCINO (1996), LIPP (1996) e VILELA (1996), chamam a atenção para a constatação das relações e do estresse familiares, os problemas psicossomáticos e a ansiedade de meninos e meninas, ressaltando que as conseqüências do estresse excessivo na criança podem levar a problemas sérios e, inclusive, à ocorrência de algumas doenças, como: asma, úlceras,

alergias, entre outras, que podem ter como elemento desencadeante uma crise de estresse excessivo e prolongado. Também, pode haver o aparecimento súbito de comportamentos agressivos, chamados elementos cognitivos, como o choro excessivo, a desobediência inusitada, as dificuldades escolares, os pesadelos, a insônia, a gagueira e até o uso de drogas. O importante e prioritário, mais do que apenas conhecer causas e conseqüências, é levar, ainda na infância, o aprendizado do enfrentamento eficaz de situações estressantes como uma forma de prevenção (LIPP, 1996). Além disto, de acordo com ALCINO (1996), é importante o diagnóstico precoce do estresse para que a fase de exaustão não seja alcançada, como também é necessário verificar como os pais enfrentam as situações estressoras, já que as crianças tendem a repetir os comportamentos dos adultos e a cronificação depende, dentre outros fatores, da classe social e das atitudes familiares.

Do mesmo modo, o estresse específico em adolescentes é visto, de acordo com CHIPKEVITCH (1995), como algo normativo para todos os adolescentes, associado a conflitos, rompimento com valores parentais, depressão, angústia e culpa.

Para CHIPKEVITCH (1995) e LIPP (1996), o estresse é um componente da somatização, sendo um modo de comunicar o sofrimento psicossocial. A somatização pode ser caracterizada pela tendência em exagerar os sintomas físicos e por descrições imaginativas e afetadas da dor, com fortes conteúdos emocionais. O ambiente familiar exerce influência decisiva no padrão de somatização, pois este é, em grande parte, modulado pelas formas familiares de enfrentar o estresse. Queixas e preocupações hipocondríacas, dores crônicas, dores abdominais e torácica, insônia, depressão e outros fatores são enumerados como indicadores de maior freqüência de eventos estressantes recentes, como: briga e conflitos com os pais, separação dos pais, doença, morte ou acidente na família, queda do nível socioeconômico, desemprego dos pais, provas, reprovação e problemas escolares, fuga de casa, admissão ou perda de emprego, brigas com irmãos, violência física, medo, baixa auto-estima, dentre outros.

2.2. Família, trabalho e relações familiares

Estudar e falar de família podem trazer a idéia de facilidade, por se tratar de uma realidade próxima a todos os seres humanos. Entretanto, justamente por estar vinculada à vida humana, sua definição está associada à complexidade e às dificuldades inerentes à diversidade de formas e modelos existentes na sociedade moderna (SZYMANSKY, 1995; OLIVEIRA, 1996). Criar, pois, uma teoria de família, que cubra todos os aspectos a serem examinados e vença todos os desafios metodológicos, é uma construção interdisciplinar nas Ciências Humanas, como: Sociologia, História, Psicologia, Antropologia e outras (BILAC, 1995).

O mundo animal apresenta-se caracterizado pela formação de grupos entre os seres de mesma espécie, trazendo a noção de que a família é um acontecimento natural. O homem, todavia, diferencia-se das outras espécies por fazer escolhas dentro de alternativas determinadas pela sua existência social, que é circunstancial. Por isto, a família não pode ser naturalizada (SARTI, 1995). O homem, por ser um ser cultural, faz escolhas, que apresentam significados implícitos, devido à sua capacidade de simbolização. Esta capacidade traz, para o estudo da família, uma dimensão cultural, em que o parentesco/afinidade, de acordo com as argumentações de Lévi-Strauss, citado por SARTI (1995), transcende a natureza biológica do homem, para tornar-se uma aliança possibilitada pela troca e pela reciprocidade, que são constitutivas das relações familiares. Desta forma, em toda definição percebe-se a família como um grupo existente dentro de uma estrutura social.

As mudanças no panorama econômico e o processo de modernização da sociedade trouxeram transformações na forma de funcionamento e na estrutura familiar, portanto, hoje a família brasileira constitui-se de formas diversas: família nuclear, família uniparental ou quebrada, família extensa, entre outros tipos. Cada tipo familiar apresenta sua característica, porém, na maior parte das definições, os conceitos de grupo, laços, consangüinidade, parentesco etc. estão presentes. Segundo a definição de SARTI (1995), a família é o grupo

social concreto por meio do qual se realizam vínculos de consangüinidade, de descendência e de afinidade. É na família que se dão os fatos básicos da vida: o nascimento, a união entre os sexos e a morte. Ela se relaciona com o parentesco, mas não se confunde com ele. De outra forma, de acordo com BRUSCHINI e RIDENTI (1992), a família, inserida em determinada estrutura social, é também um grupo social diferenciado por sexo e idade, cujos membros se relacionam cotidianamente, gerando uma complexa trama de relações e emoções, onde várias funções são desempenhadas, como: reprodução biológica, produção de valores de uso e de consumo, socialização, transmissão de valores etc.

Por causa de sua importância e significado na vida humana, a família situa-se entre o real e o imaginário, o vivido e o idealizado. Assim, de acordo com a visão dos terapeutas familiares modernos, a família concretiza-se em dois momentos. De acordo com Gomes, citado por SZYMANSKY (1995), por um lado tem-se a família pensada, que pode ser descrita sinteticamente como:

“Uma união exclusiva de um homem e uma mulher, que se inicia por amor, com esperança de que o destino lhes seja favorável e que ela seja definitiva. Um compromisso de acolhimento e cuidado para com as pessoas envolvidas e expectativa de dar e receber afeto, principalmente em relação aos filhos. Isto, dentro de uma ordem e hierarquia estabelecida num contexto patriarcal de autoridade máxima que deve ser obedecida, a partir do modelo pai-mãe-filhos estável.” (SZYMANSKY, 1995. p.25).

Entretanto, de outra forma, na realidade o que se tem é a família vivida, um fenômeno socialmente construído, descrito sinteticamente como :

“Um grupo de pessoas, vivendo numa estrutura hierarquizada, que convive com a proposta de uma ligação afetiva duradoura, incluindo uma relação de cuidado entre adultos e deles para com as crianças e idosos que aparecerem nesse contexto.” (SZYMANSKY, 1995. p.25).

Esses dois ângulos são interessantes para ilustrar que a família é algo idealizado, imbuído de valores, normas, padrões, emoções, expectativas e objetivos, em que a família vivida é aquela que foge das idealizações e dos

padrões tidos como normais, aparecendo com um caráter de “não escolhido”. Entretanto, quando a família é objeto de teorias e análise, há de se considerar a variedade de formas de organização, cujos valores e práticas são desenvolvidos na busca de soluções para as vicissitudes e adversidades do contexto do mundo familiar (SZYMANSKY, 1995), refletindo, desta forma, as condições concretas de existência dos diferentes grupos sociais (OLIVEIRA, 1996).

De acordo com SZYMANSKY (1995), cada família circula num modo particular de emocionar-se, criando uma “cultura” familiar própria, com seus códigos, com uma sintaxe própria para comunicar-se e interpretar comunicações e com suas regras, jogos e ritos. Além disto, existem ainda as diferenças individuais no modo de emocionar-se e no universo de significado e valores.

A valorização da individualidade, nas sociedades modernas, sintetiza o sentido das mudanças sociais, inclusive no âmbito familiar. As relações fundadas em princípios hierárquicos e de reciprocidade, nas sociedades tradicionais, apresentam-se, hoje, com uma característica conflitiva, pois os papéis sexuais e as obrigações entre pais e filhos não estão claramente estabelecidos (SARTI, 1995). Tal fato traz para o ambiente familiar a existência de relações complexas, envolvendo, muitas vezes, brigas e discussões, decorrentes da díade indivíduo – grupo. Além disto, a família vivida, hoje, difere-se da família burguesa de séculos passados, citada por ARIÈS (1976), que era mais uma realidade moral e social do que sentimental. No entanto, apesar do individualismo e sentimentalismo que se fizeram aflorar na sociedade moderna e, por isto, no seio da família nuclear moderna (modelo que se destaca em número, constituído por pai-mãe-filhos), a tendência, de acordo com AGUIAR (1991), é de não se permitir a expressão da personalidade e das preferências individuais, devido à importante divisão do trabalho que ocorre no âmbito familiar e, em consequência, à autoridade associada ao poder econômico exercido pelo “chefe” da família.

Toda relação familiar define um certo conjunto de direitos e deveres. No caso específico da relação entre pais e filhos, além da comum dependência econômica, os filhos, na sua menor idade, devem ser cuidados e educados pelos seus pais ou responsáveis, que devem ser adultos, maiores juridicamente. É no seio da família que o homem compreende a sua natureza cultural e social, com o aprendizado da reciprocidade, do respeito pelo outro, de valores e normas. Segundo CHIPKEVITCH (1995), para a criança os pais são um modelo quase exclusivo de identificação, ocorrendo a idealização e a supervalorização das figuras parentais, assim como há a tendência a acreditar que o modo de vida de sua família e os valores de seus pais são os mais corretos ou os únicos existentes. No entanto, a ampliação da experiência social fora da família e o desenvolvimento do pensamento formal na adolescência levam à descoberta de que os valores da família não são exclusivos, havendo a consideração de outros conceitos, valores, personalidade e atitudes, que podem criar situações de conflito. Porém, essas desavenças restringem-se, no caso da relação entre adolescentes e seus pais, ao âmbito da rotina diária e liberdade pessoal, como: realização de tarefas domésticas e escolares, uso de dinheiro, escolhas e brigas entre irmãos. A contestação franca de valores e a ruptura afetiva com a família ocorrem raramente e, geralmente, são indicativas de alterações geradoras de estresse, ou seja, indicam perturbação na dinâmica familiar, como: divórcio, doença crônica ou morte de algum membro, alcoolismo ou uso de outras drogas, instabilidade na relação conjugal, dificuldades socioeconômicas etc.

Por outro lado, ainda de acordo com CHIPKEVITCH (1995), as mensagens do mundo adulto sobre os direitos e deveres dos filhos são bastante contraditórias. Enquanto lhe cobram responsabilidade e atitudes maduras, os pais ressaltam a dependência e o despreparo dos filhos. As atitudes dos pais refletem o conflito “amor *versus* hostilidade” e liberdade *versus* controle”. Em famílias de estrutura democrática, este conflito tende a ser mínimo. Embora retenham a autoridade final em decisões importantes, os pais democráticos exercem a sua autoridade sem serem autocráticos. Reconhecendo as novas

habilidades físicas e mentais dos filhos adolescentes, os pais explicam as normas, além de ouvirem e levarem em consideração as vontades dos adolescentes. Esta estrutura cria adultos mais responsáveis e independentes. Já em famílias autocráticas, a autoridade parental é exercida de modo rígido e dominador, sem explicações das normas e desencorajando a expressão de vontades próprias. Estas condutas podem gerar uma revolta explosiva no adolescente e uma dependência prolongada. No outro extremo estão os pais permissivos, cuja autoridade é exercida de modo frágil, inconstante ou ambivalente, existindo a falha na imposição de limites e a indiferença. Desta forma, criam-se adolescentes com grandes chances de experimentar a rejeição, desenvolvendo condutas anti-sociais e auto-agressivas.

Essas condutas referem-se à hierarquia etária existente em nossa sociedade e que se infiltra no contexto familiar, sendo definida, segundo CERVINI et al. (1991), como o valor social que legitima as relações desiguais entre adultos e crianças, caracterizando-se como relações de poder, que impedem a autonomia das faixas etárias subordinadas e definem quais são as necessidades da infância e adolescência. SOUZA (1997) denomina essa visão de adultocêntrica, que se reflete na organização social, em que o adulto/ativo está separado da criança/passiva por uma categorização rígida. No entanto esta separação é, antes de tudo, uma característica do sistema de produção (fato histórico), mais do que uma caracterização implícita dos seres humanos (natural). Para o autor, o modo de produção irá determinar a possibilidade e o reconhecimento da participação de um segmento no todo social e, conseqüentemente, a não-participação de outros.

Tal fato se deve, de acordo com ARAÚJO (1996), à força que a ideologia dominante exerce na sociedade, instaurando a perpetuação de idéias, valores e normas que submetem o homem, expropriando-o de sua condição humana. Essa mesma ideologia introduz uma concepção de criança com inúmeros elementos conceituais, que transferem a lógica capitalista do patrão em relação ao empregado para a lógica do adulto em relação à criança. Ou seja, da mesma forma que a classe dominante impede os trabalhadores de se

definirem como homens, mas apenas como seres produtivos, o adulto imbuído de preceitos capitalistas impede que a criança viva sua infância em várias instâncias da sociedade.

Quando se focaliza a família de forma mais abrangente, na visão ecossistêmica, pode-se analisá-la em interação com o ambiente maior, considerando-se que ela se encontra inserida em uma dada estrutura social. Portanto, segundo BEUTLER e HERRIN (1982), a família faz parte dos dois domínios de vida existentes: as esferas pública e privada, vistas como básicas e polares. A esfera pública deriva da autoridade e da associação de poderes emergentes de uma sociedade global em que cada indivíduo é cidadão. A esfera privada, localizada em um suporte oposto da estrutura social, tem seu poder com base no sistema de parentesco, nas normas morais e nos valores.

As duas esferas (pública e privada) se entrelaçam, por exemplo, quando a família, ao desempenhar sua função econômica, realiza a reprodução social dos trabalhadores, encontrando, por outro lado, um lugar na economia de mercado, que é um componente da esfera pública onde, muitas vezes, os membros familiares trabalham.

O trabalho é uma das muitas atividades que podem contribuir para a manutenção e reprodução das famílias. A sobrevivência do grupo familiar, principalmente em momentos marcados pela depressão e pela crise, é garantida, em muitos casos, pela combinação de relações sociais e de trabalho, incluindo tanto o trabalho nos setores formal e informal da economia, como também atividades domésticas (MONTALI, 1990; BRUSCHINI, 1992).

O trabalho é carregado de significados para quem o realiza. Estes significados podem ser demonstrados por frases: “O trabalho enobrece o homem”; e “Deus ajuda a quem cedo madruga”. Nas concepções e relações de trabalho, de acordo com SARTI (1996), articulam-se fatores econômicos e elementos morais para atribuir valor a esta atividade. Para a autora, a moral dos indivíduos pobres, em sua realidade social, está exposta a referências diversas, que trazem ambigüidade para os seus sistemas simbólicos. Esta ambigüidade expressa-se no fato de que os valores morais são construídos em

conflito com o que o mundo capitalista oferece como possibilidades, que não deixam, no entanto, de fazer parte de seu universo de referências simbólicas. Sendo assim, a forma como os pobres avaliam o seu trabalho encerra esta ambigüidade, pois mesmo que o trabalho seja socialmente desqualificado e não possibilite as aspirações que o mundo capitalista oferece, para os pobres o seu trabalho apresenta qualidades morais, que diferenciam o pobre trabalhador do pobre “marginal ou bandido”. Assim, o trabalho é parte de um compromisso de troca moral, sendo um instrumento que viabiliza a vida familiar.

As famílias articulam-se diferentemente para a organização de seu cotidiano e para a sustentação de dificuldades. Numa situação de desemprego, de ausência do chefe/provedor masculino ou de crise econômica, podem-se determinar novas estratégias de sobrevivência e certos rearranjos nas atribuições dos membros podem ser realizados. Por exemplo, outros membros do grupo familiar, além do chefe, podem ser levados a buscar ou criar novos mecanismos que lhes permitam assegurar algum rendimento. O trabalho de todos os membros pode ser intensificado, ou ainda pode-se recorrer à economia familiar, no esforço de adaptação à nova realidade (FIGUEIREDO e ALVARENGA, 1988; BRUSCHINI e RIDENTI, 1996).

Todavia, segundo SARTI (1996), existe uma concepção diferenciada do trabalho, quando feito por homem, mulher e criança, que se alimenta reciprocamente no mercado de trabalho, na medida em que a estrutura de mercado diferencia a força de trabalho a partir de uma lógica familiar, na qual o homem é o trabalhador principal e provedor, enquanto a mulher e os jovens são trabalhadores secundários. No caso particular do trabalho dos filhos, a autora argumenta ainda que, do ponto de vista dos pais, ele tem o sentido de proteção contra os riscos e os descaminhos do mundo da rua, tanto quanto a escola. Segundo Dauster, citado por SARTI (1996), o trabalho infantil nas famílias pobres corresponde, então, a um padrão cultural no qual são socializadas as crianças, não se opondo necessariamente à escola, mas devendo complementá-la. Além disto, de acordo com CARVALHO (1995) e

ARAÚJO (1996), este “valor moral” do trabalho infantil deve-se à visão imediatista das famílias pobres, originada pela situação de carência, pelos ganhos limitados e pelas reduzidas oportunidades sociais, deslocando a criança para um mundo exterior à infância, submetendo-a a um contexto que visa o “reino da necessidade”, retirando-lhe o direito de ser livre, de brincar e manifestar-se culturalmente. Assim, segundo ARAÚJO (1996), a mesma criança/adolescente considerada imatura e improdutiva (trabalho permitido apenas para maiores de 15 anos) para o mercado formal tem preenchido os espaços das ruas com a venda e troca de seus produtos e tem disputado o trabalho informal com os adultos. Para a criança/adolescente da classe trabalhadora, a vertente que se estabelece é considerá-la como ser produtivo e mão-de-obra barata, impedindo-a de se definir como infante.

Sobre esse assunto, CASTRO (1998) argumenta que a infância é naturalizada por meio das próprias práticas que a circunscrevem nos tempos modernos, de acordo com o “ideal doméstico” representado pela família burguesa, em seus antigos moldes, nos quais existe a definição de papéis, a ordem, o respeito e o afeto mútuo. Assim, ser criança é ir para a escola, é brincar, é não ter responsabilidades, é morar com sua família, é não fazer parte do mundo do trabalho. Esta imagem, para a autora, encontra-se no contexto familiar de segmentos socioeconômicos médios e médios-altos, no entanto esta não seria a imagem da criança prevalecente nos segmentos socioeconômicos mais baixos, onde existe uma definição da infância mais concordante com suas condições materiais e simbólicas de existência, como, por exemplo, a representação da criança que pode e, muitas vezes, deve trabalhar para ajudar os pais no sustento da família.

2.3. O trabalho infantil

O trabalho precoce, de maneira generalizada, pode ser definido como aquele que expõe a criança ou o adolescente à disciplina do trabalho, prejudicando a formação e a saúde de seus organismos, que devem estar

essencialmente dedicados ao seu crescimento e desenvolvimento (TRABALHO, 1998b).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) entende como trabalho infantil “o trabalho executado por criança menor de quinze anos, com o objetivo de prover seu sustento e, ou, o sustento de sua família”.

Entretanto, apesar de ser um tema da atualidade, o trabalho infantil é remanescente da Revolução Industrial e de ideais capitalistas, como comenta Oliveira, citada por ARAÚJO (1996), que ressaltou que:

“... o capitalismo engendrou o trabalho livre e fez da criança, formalmente incapaz de participar do mercado de trabalho, um dos seus agentes. Sem liberdade jurídica plena, submetida à tutela dos pais, às determinações estruturais da sociedade e de sua família, surge a figura ambígua do menor trabalhador, essa figura de aparência de criança e atividade de homem produzida pelo capitalismo, nas classes subalternas.” (ARAÚJO, 1996. p.47)

Ao realizar a análise das definições e das citações anteriores, verificam-se as diversas e possíveis faces de um estudo que tem como objeto o trabalho infantil. Vislumbram-se questões econômicas, sociais, culturais, jurídicas e históricas, que se remetem aos primórdios do capitalismo, dando mostras da complexidade do tema.

Sabe-se, no entanto, que a natureza, a extensão, a forma e a severidade da exploração do trabalho precoce no sistema produtivo variam de um país para outro, e mesmo de uma região para outra, num mesmo país. Nos países em desenvolvimento, por exemplo, a estagnação econômica e o desemprego, a migração rural massiva e o crescimento urbano acelerado, agravados pelo crescente custo de vida, intensificaram a pobreza e a exclusão social, aumentando, portanto, a ocorrência do trabalho infantil (FORASTIERI, 1997; TRABALHO, 1998a). Por outro lado, em países industrializados, onde há recessão econômica e o desemprego tem crescido, certas formas de trabalho infantil têm reaparecido (FORASTIERI, 1997).

No entanto, algumas causas básicas da existência do trabalho infantil são citadas por FORASTIERI (1997), como: a pobreza, o crescimento

econômico insuficiente ou desequilibrado e, em alguns casos, a falta ou inadequação de políticas de ajustamento estrutural, ou seja, de políticas de geração de renda, salariais, educacionais etc. Sendo assim, a pobreza não é sua única causa, incluem-se também as deficiências no sistema educacional, as leis inadequadas para restringir o trabalho infantil e os esforços ineficientes para fazer valer as leis já existentes.

Em termos gerais, observa-se a concentração significativa de crianças que trabalham em atividades como: agricultura, incluindo plantações; pequenas fábricas e empresas; empresas familiares e trabalho doméstico; setor de serviços, incluindo o trabalho domiciliar em unidades domésticas; e, também, atividades produtivas marginais dentro do setor informal. Contudo, a distribuição relativa de crianças por ocupação pode variar de um país para outro, e alguns tipos de emprego podem ser incomuns ou então existir somente em áreas limitadas (FORASTIERI, 1997).

Um grande número de países tem adotado legislações que excluem certos tipos ou ramos de atividade econômica, como, por exemplo, o trabalho em plantações e em certas categorias de atividades, como o serviço em empresas familiares e o trabalho doméstico realizado primordialmente por meninas (FORASTIERI, 1997). Este é um fator fundamental que compromete a investigação, o conhecimento mais profundo e abrangente sobre a problemática do trabalho infantil, bem como a iniciativa de ação para a sua erradicação, tornando-se um dos pontos centrais de preocupação da OIT.

Além desse fator, existe ainda a questão da existência de poucos estudos, ou mesmo a inexistência de investigações oficiais acerca das condições de trabalho infantil. São escassos os estudos que relatam os riscos a que estão expostas as crianças e os efeitos do trabalho infantil no meio urbano, pois é muito mais fácil prestar atenção e comover-se com o menino que descasca mandioca em uma fábrica no interior nordestino do que com o menino que atende em um balcão de um bar paulistano, por exemplo.

Especificamente no Brasil, o problema do trabalho infantil é considerado como fator associado, embora não restrito, à pobreza, à

desigualdade e à exclusão social existentes no país; porém outros fatores de natureza cultural, econômica e de organização social da produção respondem também pelo seu agravamento (TRABALHO, 1998a).

As principais características do trabalho infantil no Brasil, de acordo com BARROS e MENDONÇA (1990), são: a) a participação das crianças na força de trabalho, entendida como a proporção de menores de uma certa idade que estão ocupados ou procurando trabalho em relação ao total das crianças daquela mesma faixa etária, cresce com a idade e é maior entre os meninos do que entre as meninas; b) essa participação é maior entre aqueles de cor negra ou parda; c) a participação de crianças varia de acordo com o nível de renda das famílias a que pertencem, sendo esta relação inversamente proporcional; d) a taxa de participação de crianças é mais elevada na área rural do que na urbana; e e) no caso do Brasil urbano-metropolitano, as taxas de participação são mais elevadas no Sul e no Sudeste do que no Norte e Nordeste.

De um lado, o trabalho infantil no Brasil está, em grande parte, vinculado a formas tradicionais de agricultura familiar, especialmente nas áreas menos desenvolvidas. De outro, as melhores oportunidades de trabalho existentes no Sul e Sudeste do Brasil parecem ser um forte atrativo para as crianças/adolescentes. A decisão de trabalhar, muitas vezes abandonando a escola, principalmente no meio urbano, parece ser influenciada não só pela escassez de recursos econômicos familiares, mas também pela atratividade do mercado de trabalho, onde essas crianças/adolescentes encontram-se inseridas (BRASIL, 1998).

Dessa forma, verifica-se que não seria simplesmente necessário acabar com a pobreza para erradicar o trabalho infantil. A questão é bem mais abrangente. CERVINI et al. (1991) acreditam que o trabalho infantil seja resultante de dois macrofatores: *a pobreza*, que pela necessidade obriga as famílias a adotarem certas estratégias, estando entre elas a oferta da mão-de-obra de seus filhos menores de idade; e *as condições do mercado de trabalho*, que oferecem espaços apropriados à incorporação de crianças e adolescentes em sua estrutura. Assim, pobreza e mercado de trabalho operam por meio de

preferências e comportamentos familiares e empresariais, sendo suas decisões resultados de vários fatores combinados, como valores, necessidades, estrutura familiar e empresarial etc.

A erradicação do trabalho infantil envolve preocupação e esforços, tanto da sociedade quando do Estado, que abrangem instrumentos jurídicos para garantia dos direitos da criança e do adolescente, promoção de ações de fiscalização, criação de programas de geração de renda, além de ações realizadas pela sociedade civil. A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069/90) constitui um marco legal para assegurar às crianças e aos adolescentes o direito ao pleno desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social, em condições de liberdade e dignidade, já que de acordo com seus artigos 4º e 5º:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito. À liberdade e ao convívio familiar e comunitário, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (BRASIL, 1998).

Vinculadas a essa prerrogativa está a preocupação com a infância e a adolescência, por serem importantes fases da vida humana, e com os altos índices de ocorrência do trabalho infantil. Segundo GONÇALVES (1997), o “status” que o trabalho de crianças e adolescentes ocupa na agenda social pode ser justificado pela idéia, “relativamente recente no acervo de conhecimentos da humanidade”, de que a infância e a adolescência devem ser consideradas como fases da vida a serem dedicadas à educação² e à formação³, e não ao trabalho. Considera-se criança toda pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescente, aquela pessoa entre 12 e 18 anos (BRASIL, 1998).

De acordo com GONÇALVES (1997), o trabalho precoce pode agir de forma negativa, tanto no que diz respeito à formação quanto à educação da

² Definida de forma restrita como a obtenção de competências intelectuais básicas pelo indivíduo, através de entidades educacionais (GONÇALVES, 1997).

³ Definida como o resultado do desenvolvimento físico, cognitivo e socioemocional (GONÇALVES, 1997).

criança ou do adolescente. No caso da educação, por inviabilizar o acesso e a frequência às aulas em virtude da escassez de tempo, reduzindo a qualidade de seu aproveitamento pelo cansaço e pela falta de estímulo; como também por envolver características prejudiciais à formação da criança, como o grande período em que realiza atividades inadequadas à idade, que podem comprometer a dignidade e a auto-estima; a responsabilidade excessiva; a baixa remuneração, entre outras, o que se reverte em *excessivo estresse físico, social e, ou, psicológico*.

Entretanto, existem os trabalhos que não são considerados prejudiciais à infância, como aqueles realizados para ajudar os seus pais nos afazeres domésticos, no campo, na loja, entre outros, ou sob a supervisão de entidades públicas ou privadas responsáveis, definidos como “trabalho educativo”. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, citado por BRASIL (1998), o trabalho educativo tem como objetivo aprimorar o processo de socialização, sem concorrer, porém, com a educação escolar, com a atividade lúdica e com o repouso, cujas prioridades são os aspectos sociais e educacionais, e não os aspectos produtivos do trabalho.

Sobre a questão dos aspectos educativos do trabalho, estudos realizados nos Estados Unidos, por LAWRENCE et al. (1983), abordam que o serviço doméstico, ou o trabalho realizado por adolescentes em sua própria casa, é um importante período de aprendizagem e de revelação pessoal, que os ajuda a formar seu grupo de valores e a chegar a significados do trabalho, sendo inculcado no jovem a responsabilidade familiar e as habilidades para a vida doméstica. No entanto, este passa a ser considerado trabalho infantil, mesmo que desconsiderado ou oculto nas estatísticas, quando compromete o comparecimento às aulas ou o rendimento escolar, estando associado ao trabalho extradoméstico dos pais (FORASTIERI, 1997).

A discussão associada dos temas trabalho e educação se amplia em TRABALHO (1998a), os quais, em uma primeira instância, são considerados atividades competitivas, a curto prazo, quando verificado o vínculo existente entre o trabalho infantil e a evasão escolar. Além disto, a criança deve, de

modo geral, estar na escola, e não no trabalho, pois este pode constituir o principal mecanismo de transmissão da pobreza intergeracional. Assim, em segunda instância, o trabalho infantil estaria afetando tanto os rendimentos futuros, na vida adulta, quanto o grau de escolaridade obtido, pois, como afirmam BARROS e SANTOS (1991), sabe-se que quanto menor a escolaridade do pai, maior a probabilidade de o indivíduo começar a trabalhar precocemente, formando-se, assim, um ciclo vicioso. Daí a grande preocupação no sentido de que o trabalho infantil não concorra com a escola, pois aqui ele é visto também, a longo prazo, como fator negativo para o desenvolvimento econômico dos países, por formar cidadãos e trabalhadores menos capacitados. Por isto, a ampla discussão sobre a criação pelo governo federal brasileiro da bolsa-escola, que representa uma ajuda mensal dirigida às famílias que retiram seu filho do trabalho e o levam à escola. Se por um lado é uma ação efetiva que leva a criança à escola, proporcionando à mesma oportunidade de estudar e construir o seu futuro, por outro, sente-se a necessidade de programas de geração de renda familiar para que os pais, com o seu trabalho e rendimentos, possam se auto-emancipar, assegurando, eles mesmos, a ida de seus filhos à escola (BARROS e MENDONÇA, 1991). Outro ponto que se discute é que o programa se estende a crianças ou adolescentes de até 15 anos incompletos (faixa etária de proibição do trabalho infantil), ocorrendo que estes, após a perda do benefício, quase sempre voltam para suas funções de trabalhador, tão necessárias para a sobrevivência familiar, pois sabe-se que a atratividade escolar tende a diminuir com a idade, seja pela repetência, pela insatisfação ou pela desilusão com o sistema educacional. Desta forma, novos projetos, que se dirigem aos adolescentes maiores de 15 anos, estão sendo estudados e viabilizados, como, por exemplo, os projetos de Capacitação Solidária, para o preenchimento desta lacuna, buscando maior capacitação e oportunidades para o jovem brasileiro de baixa renda.

No âmbito da saúde e da segurança, as crianças ou os adolescentes estão expostos, dependendo da atividade realizada, a riscos mais ou menos

prejudiciais ao seu desenvolvimento, inclusive envolvendo, em alguns casos, o comprometimento de suas perspectivas futuras, por restrições físicas decorrentes de mutilações, entre outras lesões. São relatados, em diversos trabalhos (FORASTIERI, 1997; TRABALHO, 1998b), os riscos por tipos de atividades a que estão submetidas as crianças trabalhadoras, a saber: acidentes e doenças ocupacionais, determinadas pelo ambiente de trabalho e pelo uso de equipamentos não-seguros e que, em algumas situações, podem trazer lesões crônicas; riscos ergonômicos, devido às proporções, capacidades e limitações físicas das crianças, que utilizam equipamentos e métodos de trabalho idealizados para o adulto, envolvendo, muitas vezes, o trabalho pesado causador de estresse físico, o que traz conseqüências diretas sobre o desenvolvimento físico e mental da criança; exposição a substâncias nocivas, cuja conseqüência irá variar de acordo com a idade da criança ou do adolescente e cujos riscos se agravam quando se pensa nas diferenças morfológicas, bioquímicas, fisiológicas, metabólicas e comportamentais entre adultos e crianças; e exposição aos agentes físicos, já que as crianças, por exemplo, são menos tolerantes ao calor do que os adultos, estando, portanto, sujeitas a um risco mais alto de se estressarem pelo calor, ao realizarem seu trabalho. Além disto, existem os riscos psicossociais inerentes às atividades trabalhistas, visto que, freqüentemente, o trabalho exige da criança um desempenho não correspondente às suas habilidades e necessidades físico-mentais, levando a um estresse psicológico, muitas vezes agravado pelo fato de contribuírem para o suporte financeiro de suas famílias.

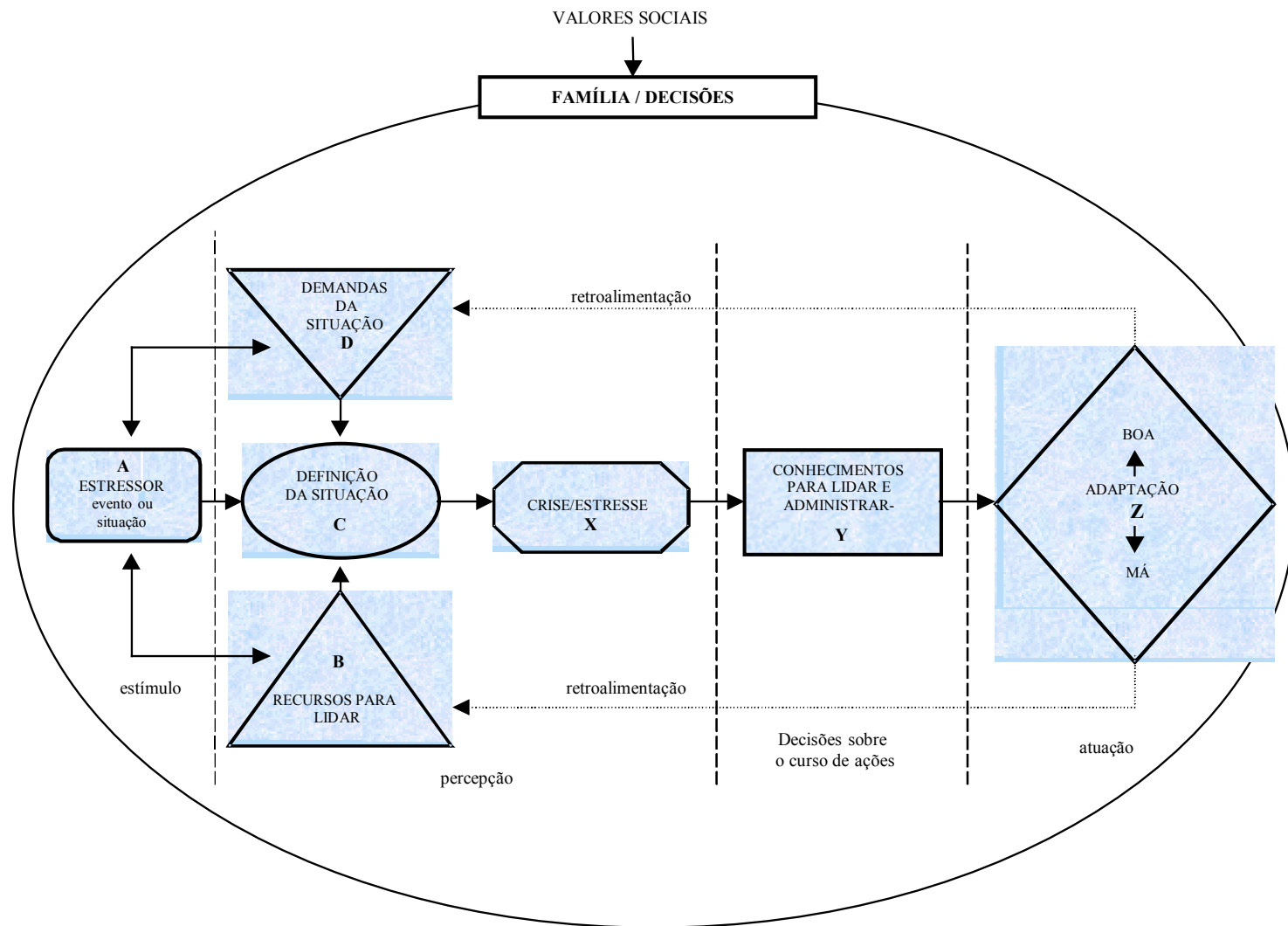
3. REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEITUAL

A presente pesquisa utilizou o Modelo de Administração de Recursos em situações de crise/estresse - ABCD-XYZ, apresentado na Figura 1, que integra conceitos de administração de recursos da família e conceitos da teoria de estresse familiar, conforme propôs DOLLAHITE (1991), tendo sido adaptado, de acordo com CERVINI et al. (1991), para enfatizar questões inerentes ao trabalho infantil.

O modelo proposto por DOLLAHITE (1991) é inerente à estrutura ecossistêmica usada na administração de recursos da família, a qual é vista como um sistema aberto e inter-relacionado ao ambiente histórico, político, tecnológico, religioso, econômico, legal e ambiental, assim como são importantes os aspectos internos: saúde física e mental, valores, hereditariedade e estágio do ciclo de vida familiar. Esse contexto influencia todos os outros fatores do processo de como lidar com o evento estressor⁴, incluindo conceitos de percepção, decisão sobre o curso de ação e adaptação em relação ao estímulo estressor.

Para CERVINI et al. (1991), são fatores que concorrem para o trabalho infantil: a distribuição de renda, que gera pobreza; os valores sociais

⁴ Evento estressor é qualquer situação que força alguma resposta, ameaçando o “status quo” (DOLLAHITE, 1991)



Fonte: DOLLAHITE (1991).

Figura 1 – Modelo de administração de recursos em situações de crise/estresse, com adaptações.

(hierarquia etária e ideologia do trabalho), que agem sobre a família e regem suas estruturas de preferências e a visão que ela tem do trabalho infantil; a estrutura ocupacional do mercado de trabalho (formal e informal); as relações de produção, o tipo de organização, as tecnologias e os produtos; e as políticas sociais e a ordem jurídica, que afetam as decisões das famílias e das empresas.

De acordo com a Figura 1, o processo decisório é desencadeado por um estímulo, que corresponde à primeira fase (fator A), sendo seguida de outras três fases: a segunda fase refere-se à percepção (fatores motivacionais/afetivos relacionados ao evento/situação estressora), composta pelos fatores B, C, D e X; a terceira, que é a fase de decisão sobre o curso de ações (fatores cognitivos), inclui o fator Y; enquanto a quarta fase, que envolve a atuação, é a adaptação (fator Z, relacionado ao comportamento), cujo resultado (bom ou mau) volta ao sistema, retroalimentando-o.

Desse modo, pressupôs-se que o trabalho infantil seja o resultado de uma situação estressora, que desencadeia o processo de decisão familiar. Este processo será regido por valores sociais e pela estrutura de preferências familiares que geram demandas, cujos recursos para lidar com as situações estressoras, a definição que se faz da situação e os comportamentos familiares/infantis são determinantes do nível de estresse vivenciado pela criança/adolescente, em função da adaptação positiva ou negativa.

Os valores sociais estariam intervindo em todo o processo, sendo definidos como afirmações mentais ou verbais que refletem um conhecimento ou uma opinião sobre alguma coisa, servindo de guia para comportamentos culturalmente aceitos (SILVA, 1990). Conforme afirmam CERVINI et al. (1991), constitui, de acordo com os valores, um sistema simbólico que legitima e regula as relações entre as crianças e a ordem social mais geral. As ideologias do trabalho, da educação e do lazer, bem como o modo como a criança é vista em relação a estas atividades e à estrutura de poder familiar, são exemplos de valores próprios desse sistema, que estão organizados por meio da “construção social de uma hierarquia etária”.

Assim, dentre os fatores apresentados na Figura 1, que foram observados na pesquisa, têm-se:

Família/decisões familiares: cada unidade domiciliar é uma família, considerando que neste âmbito os laços de parentesco e afinidade se realizam, dando lugar a um emaranhado de relações e emoções (SARTI, 1995; BRUSCHINI e RIDENTI, 1996). Dentro de uma abordagem ecossistêmica, a família é um tipo de unidade doméstica na qual a tomada de decisões caracteriza um processo de administração de recursos, permeado por valores cuja finalidade é a satisfação de necessidades e o alcance de objetivos individuais e, ou, familiares (DEACON e FIREBAUGH, 1988).

A **fase 1 (fator A)** do processo decisório familiar começa com um evento estressor, causando um estímulo no indivíduo ou no próprio sistema familiar. Portanto na fase 1 tem-se o evento **estressor**, que ao modificar uma situação existente exige alguma resposta, influenciando e sendo influenciado pelos recursos disponíveis de como lidar com a situação, como também pelas próprias demandas dos membros familiares, fazendo com que o referido evento possa aumentar ou diminuir as demandas ou os recursos (como, por exemplo, aumentar a demanda por lazer, diante da intensidade do uso do tempo laboral). Desta forma, foram consideradas duas hipóteses: ou o trabalho infantil é resultante de uma situação estressante (escassez de recursos, dificuldades econômicas, doenças, desemprego etc.) ou é devido a preferências e valores familiares que, muitas vezes, podem ser ponto de conflitos na família, podendo, também, gerar estresse (DOLLAHITE, 1991).

A **fase 2** do processo de administração de recursos em situações de crise/estresse (**fatores B, C, D e X**) está relacionada à forma como o indivíduo/família percebe, ou seja, define e reage ao evento estressor. Envolve a comparação entre as demandas e a disponibilidade de recursos, o que influencia a definição da situação e, conseqüentemente, a presença de crise e, ou, o grau de estresse. Os fatores foram assim definidos:

- **Demandas da situação (fator D):** referem-se à interação entre demandas reais e percebidas pela família/indivíduo em relação aos estressores,

que podem estar afetando o processo decisório familiar (DOLLAHITE, 1991). Elas incluem os esforços, as necessidades, as vontades, os objetivos, os planos, as expectativas, as leis, entre outras.

- ***Recursos para lidar (fator B)***: incluem as características sociais, emocionais, interpessoais e materiais que as pessoas podem usar para alcançar as demandas das situações estressantes. Recurso seria qualquer coisa que uma pessoa ou família pode usar ou ter acesso no tempo, no espaço e nas formas necessárias (DOLLAHITE, 1991). O modelo analítico inclui a dimensão na qual o indivíduo/família, em situação de estresse/crise, pode perceber a acessibilidade, o inter-relacionamento e a permutabilidade dos recursos, para serem utilizados efetivamente, sejam eles internos ou externos. Pressupõe-se que o trabalho infantil foi percebido como um recurso disponível para a satisfação das necessidades.

- ***Definição da situação (fator C)***: é a definição subjetiva dos estressores primários e secundários, em nível individual (criança/adolescente) e, ou, familiar. Esta definição é afetada pela forma como a família/indivíduo percebe suas demandas e pela disponibilidade de recursos, refletindo os valores familiares/individuais, tendo em vista os três aspectos seguintes:

- ***Estrutura de preferências***: a família pode optar pelo trabalho infantil com base em uma avaliação “adulta” e negativa dos futuros retornos da educação e, também, fazer opção por determinadas ocupações em detrimento de outras (CERVINI et al., 1991). Considera-se que o sistema geral de valores dominantes na sociedade fundamenta preferências e comportamentos, penetrando no processo de decisão familiar e legitimando as opções, por parte dos adultos, entre as necessidades presentes da família e o bem-estar futuro da criança.

- ***Hierarquia etária***: valor social que legitima as relações desiguais entre adultos e crianças (relações de poder), impedindo a autonomia das faixas etárias subordinadas (infância e adolescência) e definindo quais são as suas necessidades. Para Perroti, citado por SOUZA (1997), “normalmente estamos habituados a pensar a criança numa perspectiva etária que a considera como

um organismo em formação por excelência”. Entretanto, essa concepção poderia não ter importância, se nela não estivesse implícita uma idéia evolucionista, a de progresso, que vê a criança como ser incompleto, que necessita ser educado e lapidado, segundo os critérios fixados pelo adulto, em função desse mesmo adulto, que é evoluído e completo.

- *Ideologia do trabalho/visão do trabalho infantil*: nas concepções e relações de trabalho articulam-se fatores econômicos e elementos morais para atribuir valor a esta atividade, isto é, mesmo que socialmente seja ‘não-qualificado’ e dificilmente sustente as expectativas que o mundo capitalista oferece, o trabalho tem qualidades definidas em termos morais. Ele é parte de um compromisso de troca moral, um instrumento que viabiliza a vida familiar. O trabalho infantil, particularmente sob a ótica dos pais, apresenta ainda, de acordo com SARTI (1996), uma dimensão socializadora complementar à escola.

Crise/estresse (fator X): estresse é pressão, mudança ou desequilíbrio, que pode ou não resultar em crise (uma mudança severa e aguda que resulta na mobilização e, ou, incapacitação de um indivíduo ou uma família para restaurar a estabilidade na estrutura e nos padrões de interação familiar). A resposta ao estresse envolve a ansiedade, a raiva ou o temor, associados a manifestações fisiológicas. O estresse é definido como um estado de mudança no funcionamento familiar/individual, que se origina pelo desequilíbrio entre demandas e recursos. É visto como um desafio, uma excitação adicional na rotina diária da família/indivíduo, que é inevitável à medida que as pessoas seguem seu ciclo evolutivo (DOLLAHITE, 1991).

A **fase 3 (fator Y)** envolve decisões sobre o curso de ações, integrando conhecimentos para lidar e administrar as situações estressantes.

Conhecimentos para lidar e administrar (suporte familiar - fator Y): depois que o estressor, os recursos, as demandas, a definição da situação e o nível de estresse são percebidos, ocorrem as decisões a respeito da administração e de como lidar com o estresse. É um fator central para o processo de administração do estresse, pois é quando as decisões são tomadas,

influenciando o indivíduo a adaptar-se à situação estressante. Inclui colocar o estresse no contexto, escolher suporte social, clarificar valores, definir objetivos, planejar, considerar alternativas e tomar decisões sobre o uso dos recursos (DOLLAHITE, 1991).

A **fase 4 (fator Z)** do processo de administração de recursos em situações de crise/estresse refere-se à adaptação, depois da percepção e tomada de decisões sobre o curso de ações. Corresponde aos recursos mudados e às demandas respondidas, em relação ao estressor. É o resultado do esforço familiar/individual para adaptar-se à situação estressante.

Recursos mudados e demandas respondidas (adaptação - fator Z): é o comportamento ajustado, em que a adaptação envolve uma conexão melhor entre o ambiente e a unidade limitada. No caso, de acordo com MACCUBBIN e PATTERSON (1983), a adaptação ocorre dentro de um contínuo, que varia de má à boa adaptação, em função da satisfação com a qualidade de vida, o desenvolvimento individual/familiar e padrões de interação familiar (coesão e flexibilidade familiar).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1. População e amostra

O universo de análise ficou restrito às crianças/adolescentes entre 10 e 15 anos incompletos, residentes no meio urbano do município de Governador Valadares, considerada a cidade-pólo da região do Vale do Rio Doce – MG.

De acordo com os dados censitários de 1991, citados por MINAS GERAIS (1994), a população total desta região, constituída por sete microrregiões (Governador Valadares, Mantena, Caratinga, Guanhães, Ipatinga, Aimorés e Peçanha), representa 9,3% da população total do Estado de Minas Gerais (Quadro 1). A população urbana apresentou um crescimento médio de 1,69%, no período de 1980/91, enquanto a população rural exibiu um decréscimo de 1,66%, no mesmo período. Assim, em 1991 a taxa de urbanização da região era de 66,9%, estando esta população concentrada, principalmente, nas microrregiões de Ipatinga, Governador Valadares e Caratinga.

O estudo em questão faz parte de um projeto mais amplo, financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), que abrange os três principais municípios da região do Vale do Rio Doce (Governador Valadares, Caratinga e Ipatinga), cujo objetivo é a análise das condições de trabalho e de vida de crianças trabalhadoras na região citada.

Quadro 1- Características dos municípios da região do Vale do Rio Doce, Estado de Minas Gerais

| Microrregião | Municípios que Compõem a Amostra | Área (km ²) | População Urbana (N ^o) | Hab./km ² (N ^o) | Taxa de Cresc. Popul. Total (%) | População Ocupada por Setor de Atividades (%) | | | | |
|-------------------------|----------------------------------|-------------------------|------------------------------------|--|---------------------------------|---|---------|-----------------|-----------------------|-----------------|
| | | | | | | Agrop. | Indust. | Comer. de Merc. | Transp./Comum./Armaz. | Outros Serviços |
| I.Caratinga | Caratinga | 2.204 | 76.455 | 57,0 | 1,2 | 42,9 | 15,9 | 9,6 | 5,2 | 26,4 |
| II.Governador Valadares | Governador Valadares | 2.447 | 214.981 | 94,2 | 1,5 | 9,9 | 26,9 | 15,8 | 7,2 | 40,2 |
| III. Mantena | xxxxxxxx | 1.139 | 18.325 | 34,9 | 0,4 | 64,4 | 7,4 | 6,2 | 1,8 | 20,2 |
| IV.Ipatinga | Ipatinga | 231 | 178.470 | 778,0 | 1,6 | 1,4 | 57,5 | 8,9 | 4,2 | 28,0 |
| V.Guanhães | Xxxxxx | 1.188 | 13.742 | 19,2 | 0,9 | 60,9 | 11,5 | 4,2 | 1,3 | 22,1 |
| VI. Aimorés | Xxxxxx | 1.295 | 18.354 | 22,3 | 0,8 | 42,8 | 16,6 | 6,9 | 4,8 | 28,9 |
| VII. Peçanha | Xxxxxx | 1.020 | 6.234 | 22,0 | 0,6 | 71,9 | 6,4 | 3,6 | 0,9 | 17,2 |

Fonte: MINAS GERAIS (1991).

A escolha do município mais representativo, Governador Valadares, justifica-se pelo fato de ele estar incluído nos chamados “ bolsões-de-miséria” do Estado de Minas Gerais, onde as condições de vida da população são tidas como ponto de estrangulamento para o desenvolvimento econômico e social da região. Além disto, justifica-se pelo fato de o município possuir o maior contingente de indivíduos no meio urbano, inseridos principalmente no setor de serviços, que se destaca por apresentar uma economia mais informal, onde tende a ser maior a probabilidade de existência de trabalho infantil.

O município sofre os problemas causados pelas deficiências do saneamento básico, incluindo água e esgoto. Destaca-se, no que se refere aos serviços de saúde, a questão da desnutrição, responsável por mais de 50% das internações hospitalares. Tal situação decorre do fato de a cidade possuir elevada taxa de desemprego e apresentar-se como a segunda cidade do Estado em número de famílias indigentes.

Considerando os setores agropecuário, industrial, de comércio de mercadorias, de transporte, de comunicação, de armazenagem e outros serviços, a maior porcentagem da população que vive nessa região encontra-se no setor agropecuário (36,8%), que é a base econômica da microrregião de Governador Valadares. Conforme os dados do Quadro 1, o município tem uma das maiores taxas de crescimento populacional da região, sendo o segundo maior em número de habitantes por km², inseridos, de forma mais ampla e mais bem distribuída, entre os setores de serviços, indústria e comércio.

Dessa forma, foi selecionada uma amostra não-probabilística de crianças/adolescentes, entre 10 e 15 anos incompletos (dentro da faixa etária na qual se proíbe o trabalho infantil), com base na população total de crianças/adolescentes residentes no município de Governador Valadares-MG, conforme os dados da Fundação João Pinheiro e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (CONDIÇÕES, 1996), apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 - Aspectos populacionais dos habitantes de 7 a 14 anos do município de Governador Valadares-MG, 1991

| Nº de habitantes de 10 a 14 anos | Porcentagem de crianças/adolescentes de 10 a 14 anos que trabalham |
|----------------------------------|--|
| 28.214 | 8,1 |

Fonte: CONDIÇÕES (1996).

Esta amostra foi estratificada em dois segmentos:

- Crianças/adolescentes que estudam e trabalham em serviços não-doméstico, com ou sem remuneração, incluindo o serviço domiciliar em casa de terceiros e o trabalho em empresas familiares pertencentes aos seus pais.

- Crianças/adolescentes que estudam e trabalham no serviço doméstico em suas próprias casas.

4.2. Dimensionamento da amostra

A amostra foi dimensionada pelo sistema de amostragem não-probabilística, do tipo cota, conforme proposto pelo INSTITUTO GALLUP DE PESQUISA (1994). Quando não se conhece a população total e os seus indivíduos não apresentam igual probabilidade de entrar na amostra, tem-se este tipo de amostragem, que pode proporcionar bons resultados, além de ser rápida, barata e fácil de administrar, não permitindo, porém, fazer generalizações.

Para que se processe uma boa análise, o esquema para a amostragem não-probabilística determina que cada segmento amostral deve ter pelo menos 30 indivíduos. Neste sentido, foram aplicados 60 questionários a crianças/adolescentes, na faixa etária de 10 a 15 anos incompletos, divididos equitativamente entre o grupo de crianças/adolescentes que trabalhavam fora de casa e o grupo de crianças/adolescentes que trabalhavam dentro de casa, no trabalho doméstico. Outros 60 questionários foram aplicados nas famílias das respectivas crianças/adolescentes, no intuito de conhecer o perfil familiar e o processo decisório.

De acordo com os dados do Quadro 1A, obtidos por meio das visitas às escolas, constatou-se que a menor célula amostral era equivalente a seis indivíduos. Dividindo-se 30, que é o tamanho da amostra para cada segmento, por seis (menor célula encontrada na amostra), obteve-se uma cota igual a 5,0. A partir daí, multiplicou-se cada célula amostral pela cota. Portanto, pode-se concluir que os dados levantados referem-se a uma amostra distribuída, conforme o Quadro 3, que equivale a 13,2% da população total de crianças e adolescentes trabalhadores, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 3 - Inferência amostral para os dados sobre trabalho infantil na cidade de Governador Valadares – MG, 1999/2000

| Segmentos | Trabalho Fora | Trabalho Doméstico |
|----------------------------|---------------|--------------------|
| Crianças/feminino | 30 | 90 |
| Crianças/masculino | 120 | 60 |
| Pais de crianças/feminino | 30 | 90 |
| Pais de crianças/masculino | 120 | 60 |
| Total | 300 | 300 |

4.3. Coleta de dados

Inicialmente, realizaram-se contatos com a Prefeitura e foram feitos levantamentos a respeito da existência e do funcionamento de Conselhos Tutelares e de Direito, para verificação de possíveis questões relacionadas ao trabalho infantil no município. Além disto, buscou-se, na Prefeitura Municipal, uma listagem das escolas freqüentadas por alunos provenientes de famílias de baixa renda, para localização das crianças/adolescentes.

Após esse contato e de posse dos nomes das escolas, foram obtidos, por meio das diretorias de cada escola, os nomes e endereços de crianças/adolescentes que relataram trabalhar fora de casa ou ajudar nos afazeres domésticos. Em seguida, as crianças/adolescentes e suas famílias foram contatadas para entrevista, pelo método de *survey*.

Os questionários semi-estruturados utilizados para as entrevistas das crianças e dos adolescentes continham perguntas abertas e fechadas, relacionadas ao perfil educacional da criança, às suas características pessoais, ao seu trabalho, ao lazer e à vida familiar. Inquiriu-se, também, sobre alguns sintomas indicativos do nível de estresse e sobre sua satisfação com alguns aspectos da vida.

No caso particular das famílias, foram elaboradas questões específicas direcionadas aos responsáveis pelas crianças/adolescentes, relacionadas ao perfil familiar, ao processo decisório, à presença e interferência de fatores estressores no processo decisório, bem como aos aspectos da adaptação familiar relacionada a estes estressores, abrangendo questões relacionadas à coesão, flexibilidade e comunicação na família. Além disto, buscou-se uma subamostra de famílias para o relato de aspectos de sua vida, de forma a clarificar e indicar, de modo qualitativo, as questões dos valores e das possíveis dificuldades enfrentadas na vida familiar.

Procurou-se nas ruas do município, de forma aleatória, a existência de crianças que apenas trabalhavam, porém não foram encontrados casos deste tipo. Todas as crianças com as quais foram feitos contatos, ou que foram encontradas trabalhando, estavam freqüentando alguma escola.

4.4. Descrição e operacionalização das variáveis

Em função dos objetivos propostos, especificamente, foram consideradas e dimensionadas as seguintes variáveis.

4.4.1. Variáveis relacionadas às características pessoais da criança/adolescente trabalhadora e sua família

Considerou-se como família cada unidade domiciliar onde a criança/adolescente morava e, com o objetivo de caracterizar esse contexto mais restrito da tomada de decisões, delineou-se o perfil pessoal e familiar da

criança em termos de sexo, idade, naturalidade, tamanho, tipo de família e ciclo de vida familiar, da seguinte forma:

Características pessoais da criança/adolescente

- **Sexo:** sexo de cada criança/adolescente trabalhadora.
- **Idade:** medida em número de anos.
- **Naturalidade:** categorizada por: nascido na mesma cidade (Governador Valadares), em outras cidades de Minas Gerais e em outros Estados.

Composição e perfil familiar

- **Tipo de família:** medido pelas categorias: nuclear (pai, mãe e filhos), extensa (pai, mãe, filhos e outros membros familiares), quebrada ou monoparental (pai ou mãe com filhos) e composta (pai, mãe, filhos e outros membros não-familiares).
- **Tamanho da família:** número de pessoas que moravam na casa, na época da entrevista.
- **Número de filhos:** número médio de filhos do chefe familiar.
- **Estágio do ciclo de vida familiar:** categorizado por formação (família com filhos menores de 10 anos) e maturação (família com filhos maiores de dez anos).

4.4.2. Processo decisório familiar

O processo de decisão familiar foi identificado e analisado conforme as fases descritas no modelo teórico: estímulo (eventos ou situações estressoras), percepção (fatores afetivos e, ou, motivacionais), decisão sobre o curso de ação (fatores cognitivos) e atuação (fatores comportamentais), como caracterizado a seguir:

4.4.2.1. Variáveis relacionadas ao estímulo do processo decisório

Ocorrência de eventos estressores na família

Pressupôs-se como evento estressor primário a pobreza, de natureza crônica e externa, que pode forçar a tomada de decisão familiar acerca do trabalho infantil. Além disto, como evento estressor complementar considerou-se o próprio trabalho precoce, em função de sua percepção pela criança e pela unidade familiar. Utilizou-se, também, uma listagem de possíveis eventos, considerados como estressores secundários ou como fontes externas de estresse, que, da mesma forma, poderiam estar influenciando a tomada de decisões familiares, por estarem estimulando a ocorrência do trabalho infantil na família.

A listagem para os eventos estressores secundários foi baseada no questionário *Family Inventory of Life Events*, citado por OLSON (1998) e apresentado por TEIXEIRA (1997), com adaptações:

1. Algum membro da família parou de trabalhar, perdeu ou desistiu de um trabalho, por exemplo, aposentou-se?
2. Algum membro da família mudou-se para novo trabalho ou passou a ter maiores responsabilidades no trabalho?
3. Algum membro da família ou parente próximo ficou seriamente doente?
4. Algum membro da família ou parente próximo morreu?
5. Houve separação ou divórcio dos pais da criança/adolescente trabalhadora?
6. Algum membro da família que contribuía para o orçamento saiu de casa ou mudou-se?
7. A família assumiu dívidas com dificuldades para pagá-las (crediário etc.)?
8. Aumentaram-se os gastos com saúde, alimentação, roupa, educação ou moradia?

9. Algum membro da família é incapacitado (alguma doença) para o trabalho?

10. Algum membro da família é dependente de álcool?

11. Algum membro da família é viciado em drogas?

12. Algum membro da família foi preso?

4.4.2.2. Fase de percepção do processo decisório

Fator B - Recursos para lidar: Buscou-se, neste momento, a caracterização dos recursos familiares, considerando que sua disponibilidade ou sua falta poderia estar motivando a tomada de decisão familiar. Portanto, foram verificados a escolaridade familiar, o trabalho de outros membros, a renda familiar, o próprio trabalho infantil, bem como os dados sobre o lazer e a escolaridade infantil, de acordo com a descrição a seguir:

- **Escolaridade familiar média:** operacionalizada pela média do número de anos de estudo dos membros maiores de 14 anos de idade, não considerando os anos de repetência escolar de cada membro, de forma a obter o grau médio de escolaridade atingido pela família.

- **Escolaridade dos pais/responsáveis:** operacionalizada pelo número de anos de estudo de cada um dos responsáveis pela criança.

- **Trabalho principal dos responsáveis:** especificação da principal atividade realizada pelos pais/responsáveis pela criança.

- **Natureza do trabalho:** medida de acordo com a natureza fixa ou eventual do trabalho dos pais/responsáveis.

- **Regularidade do trabalho:** categorizada da seguinte forma: com carteira, sem carteira, outra forma de registro (contrato).

- **Número de membros ocupados:** medido pelo total de membros familiares que trabalham fora de casa.

- **Trabalho de outros membros maiores de 18 anos:** categorizado por sim ou não, de forma a registrar a existência de outros membros da família, maiores de idade, e se trabalham fora de casa ou no serviço doméstico.

- **Renda média total:** medida pela média da soma, em reais, recebida no mês anterior à entrevista, pelos respectivos membros familiares.

- **Grau de escolaridade infantil:** medido em termos da série que a criança freqüentava.

- **Horário em que a criança/adolescente freqüenta a escola:** categorizado em termos do turno: manhã, tarde e noite.

- **Incidência de repetência:** categorizada de forma dicotômica (Sim/Não) e, também, pelo relato do número de vezes que a criança/adolescente repetiu e qual a série de maior incidência de repetência.

- **Apoio na realização de tarefas escolares:** categorizado de forma dicotômica (Sim/Não). Buscou-se, também, o relato sobre quem ajudava a criança/adolescente de forma categórica (familiares, amigos ou conhecidos e, ou, profissionais).

- **Tipo de atividade de lazer realizado pela criança:** categorizado pelas principais fontes relatadas (TV, futebol, jogos e brincadeiras, jogos eletrônicos, igreja e outros).

- **Tempo da criança/adolescente disponível para o lazer:** categorizado por todos os dias, apenas no fim de semana, durante a semana, às vezes.

- **Idade em que a criança/adolescente começou a trabalhar:** medida em número de anos.

- **Trabalhos anteriores:** categorizados por Sim/Não. Em caso positivo, buscava-se o relato de onde já havia trabalhado e em qual atividade.

- **Local de trabalho:** operacionalizado por meio da pergunta: Onde você trabalha?

- **Atividade desenvolvida:** operacionalizada pela pergunta: O que você faz no seu emprego?

- **Horário de serviço:** medido pela pergunta: Qual o seu horário de trabalho, de manhã, de tarde ou à noite?

- **Intensidade do trabalho:** medida em número de horas/dia, dias/semana e número de atividades realizadas.

- **Remuneração:** operacionalizada pelas perguntas: Quanto você ganha no seu trabalho? Como é o pagamento (mensal, semanal ou diário)? O que você faz com o dinheiro que ganha?

Fator D - Demandas da situação: Buscou-se verificar alguns pontos de insatisfações por meio de fatores indicativos de demandas infantis relacionados à escola e ao lazer; bem como os motivos familiares para a existência do trabalho infantil e as medidas de renda *per capita* e a razão de dependência familiar, sem a participação da criança/adolescente trabalhadora, medidas pelas seguintes questões:

- **Motivo de existência do trabalho infantil na família:** Por que seu(a) filho(a) trabalha?

- **Influência de eventos estressantes:** medida dicotomicamente por Sim/Não e pelo relato dos eventos (da listagem citada anteriormente) que tiveram influência.

- **Renda *per capita*:** medida pela razão existente entre a renda total e o número de membros familiares, sem considerar a renda da criança.

- **Razão de dependência familiar:** medida pela razão entre o número de membros da família e o número de membros ocupados, sem a criança, que, de acordo com MONTALI (1990), é um indicador da vulnerabilidade familiar.

- **Gosto pelo estudo:** se gosta ou não de freqüentar a escola e porquê.

- **Dificuldades escolares:** categorizadas dicotomicamente por Sim/Não, além dos relatos sobre os motivos das dificuldades e causas de insatisfações com a escola.

- **Satisfação com o lazer:** medida dicotomicamente por Sim/Não em relação ao tempo disponível e aos motivos de insatisfação.

- **Expectativas de outras formas de lazer:** medidas dicotomicamente por Sim/Não e pelo relato de outras atividades de lazer que gostaria de realizar.

Fator C - Definição da situação: essas variáveis foram operacionalizadas de acordo com a interferência de valores e a estrutura de preferências familiares e infantis. Em nível familiar, a definição da situação foi também verificada, de forma qualitativa, por meio de relatos orais. Observaram-se as seguintes variáveis: a percepção infantil e familiar acerca do valor do trabalho, dos prejuízos que ele pode causar e da interferência do trabalho nos estudos, como descrito a seguir.

- **Estrutura de preferências:** Buscou-se determinar as preferências familiares, bem como as preferências da criança/adolescente trabalhadora, por meio de sua satisfação e de seus sentimentos relacionados ao seu trabalho. Foi medida por meio de perguntas direcionadas ao responsável familiar, como: O trabalho infantil ocorre por influência do valor do trabalho, de necessidades econômicas ou por outros motivos? Procurou-se, também, a verificação de quem foi a idéia e quem arrumou o emprego, no âmbito familiar, para a inserção da criança no mundo do trabalho, mediante perguntas direcionadas à criança: Está satisfeita em trabalhar, porquê? Sente-se bem em trabalhar, porquê?

- **Hierarquia etária:** Como exemplo de fator hierárquico no processo decisório familiar verificou-se a participação da criança/adolescente neste processo, que foi medida por meio das perguntas direcionadas à criança: Você participou da decisão sobre o seu trabalho (S/N)? e A solução que você apresenta para os problemas é seguida? (S/N).

- **Ideologia do trabalho/visão do trabalho infantil:** Buscou-se a discussão do valor do trabalho em nível familiar, mediante a importância dada a esta atividade e pela identificação dos possíveis prejuízos que ele possa trazer para a criança/adolescente. Em nível infantil, procurou-se verificar a percepção da criança em relação à liberdade no trabalho, à intensidade, aos prejuízos/riscos, à adequação do trabalho em relação à idade e à possível interferência do trabalho nas atividades escolares, por meio de perguntas direcionadas à criança/adolescente: Gosta de trabalhar? Gostaria de parar de trabalhar? (S/N), Porquê? Você tem liberdade para resolver as coisas em seu

trabalho? Você acha que trabalha muito, porquê? e Acha que trabalhar atrapalha seus estudos, porquê? Para o responsável familiar perguntou-se: Você acha importante seu filho trabalhar, porquê? Acha o trabalho do seu filho prejudicial, porquê?

Procurou-se, também, identificar os riscos de segurança no trabalho, descritos por meio de perguntas que pudessem mostrar a percepção infantil acerca da existência de riscos de segurança e riscos para a saúde da criança/adolescente. Perguntou-se à criança/adolescente se ela considerava seu trabalho adequado para sua idade, os motivos de adequação ou inadequação e se ela considerava seu trabalho perigoso (S/N) e porquê. Se tinha havido a ocorrência de atropelamentos ou outro tipo de acidente no trabalho e se ela realizava tarefas repetitivas. Quanto aos riscos posturais, perguntou-se à criança/adolescente se ela assumia alguma das posições indicadas pelas figuras apresentadas, ao realizar seu trabalho, buscando verificar a existência de prejuízos e fontes de estresse físico. As perguntas foram medidas de forma dicotômica (Sim/Não): carregamento de peso nos ombros ou nas costas, levantamento de peso com curvatura da coluna vertebral, sentar de forma incorreta, empurrar ou puxar algo pesado (carrinhos-de-mão, de picolé etc.) e posição ao varrer ou lidar com enxada.

Fator X - Estresse infantil: Como o foco do estudo é o trabalho infantil e como os membros familiares respondem diferentemente às situações estressantes, buscou-se o conhecimento específico do estresse infantil, já que no âmbito familiar as crianças/adolescentes estão em condições especiais de desenvolvimento. Assim, o nível de estresse foi verificado na criança/adolescente por meio de 25 perguntas específicas, relacionadas a sintomas cognitivos e somáticos, construídas de acordo com *A multi-modal questionnaire for stress* (LEFEBVRE e SANDFORD, 1985), adaptado de LIPP (1996) e operacionalizado por meio de perguntas que poderiam assumir as seguintes respostas: A) freqüentemente; B) algumas vezes; C) raramente; e D) nunca. Para essas respostas, foram atribuídos valores respectivos de 4, 3, 2

e 1; gerando-se uma soma (de 25 a 100) que indicava o nível de estresse da criança/adolescente. Com base em FALCONI e FALCONI FILHO (1998), os níveis de estresse foram assim categorizados: de 25 a 49 pontos – nível normal; de 50 a 74 pontos – nível de alerta, em que é bom estar atento e buscar ajuda para o enfrentamento de situações estressantes; de 75 a 100 – nível em que o indivíduo encontra-se altamente estressado, sendo necessários o diagnóstico, o tratamento e a terapia. As perguntas do Inventário de Sintomas de Estresse são descritas a seguir:

1. Você costuma discutir/brigar com pessoas da sua família?
2. Você costuma brigar/entrar em conflito no seu trabalho?
3. Você se sente mais agressivo/ nervoso com as coisas e pessoas?
4. Você se sente cansado (fisicamente)?
5. Você se sente desanimado com a vida?
6. Você se sente desanimado para fazer seu trabalho e, ou, ir à escola?
7. Você se sente triste?
8. Sente dores nas costas?
9. Sente dores de cabeça?
10. Sente dores de barriga (nervoso)?
11. Você se esquece das coisas que tem que fazer?
12. Fica desanimado para conversar com as pessoas?
13. Fica desanimado para fazer as coisas de que gostava tanto?
14. É difícil ficar atento na escola e, ou, no trabalho?
15. Passa muito tempo sozinho?
16. Faz as coisas sem pensar (no impulso)?
17. Tem dificuldades para dormir?
18. Fica sem vontade de se alimentar ou está comendo muito?
19. Sente suas mãos frias?
20. Tem problemas de diarreia ou indigestão?
21. Sente fraqueza em alguma parte do corpo?
22. Tem algum tique nervoso (balançar pernas, estalar dedos, balançar o corpo etc.)?

23. Sente-se com vontade de chorar, sair correndo ou esconder-se?
24. Sente que o mundo está contra você?
25. Pensa, principalmente, em coisas negativas?

4.2.2.3. Variáveis relacionadas às decisões sobre o curso de ações - conhecimentos para lidar (Fator Y)

Foram operacionalizadas por meio de perguntas que identificaram a natureza do processo decisório e os conhecimentos para lidar com situações estressantes, considerando os aspectos que dizem respeito ao suporte familiar para o enfrentamento do estresse. Deu-se importância aos aspectos da comunicação, confiança e coerência familiar, em termos de orgulho dos membros em pertencer à família, satisfação da criança com sua família e forma de ver e discutir problemas. Procurou-se, também, a verificação da determinação e clarificação de valores, objetivos e alternativas para a resolução de problemas.

- **Contextualização do estresse:** Buscou-se o conhecimento das características de relacionamento intrafamiliar e comunicação familiar. Foi perguntado à criança sua preferência para discussão de problemas, considerando-se as categorias: discute com familiares, discute com amigos ou prefere isolar-se. Indagou-se também se ela gostaria de ter outra família, tendo sido admitidas como respostas as alternativas sim ou não. Foram feitas perguntas referentes à coerência e confiança familiar, categorizadas por sim, não e algumas vezes: A família vê seus problemas de forma positiva para ter mais coragem para enfrentá-los? Os membros da família se respeitam? Os membros da família têm orgulho de pertencer a essa família? e Existem muitos pontos de discórdia dentro da família?

- **Suporte social:** operacionalizado por meio de quatro questões, que tinham como possíveis respostas as categorias sim, não e algumas vezes. As perguntas foram as seguintes: A família busca assistência em instituições e programas sociais e comunitários? A família faz coisas com os parentes,

dividindo dificuldades e buscando conselhos? A família busca o encorajamento e apoio de amigos? A família busca informações e conselhos das pessoas que tiveram problemas iguais aos seus?

- **Clarificação de valores e objetivos:** perguntou-se à criança se ela gostaria de parar de trabalhar, medindo-se dicotomicamente por Sim/Não. Foi verificado o que a criança gostaria de fazer com o tempo que ela dispunha para o trabalho, caso não trabalhasse; indagou-se, também, sobre a ocorrência de conversas entre pais e filhos, especificamente sobre o trabalho infantil e suas dificuldades, bem como sobre a existência de brigas e conflitos na família por causa do trabalho infantil. Procurou-se, também, verificar se a família reconhecia outras formas de resolução de problemas que não o trabalho infantil.

4.2.2.4. Variáveis relacionadas à adaptação - recursos mudados e demandas respondidas

Com o objetivo de verificar a adaptação familiar e infantil, fez-se uso de aspectos relacionados à coesão e flexibilidade familiar, bem como do nível de satisfação da criança com sua qualidade de vida. Avaliaram-se, também, as mudanças referentes à razão de dependência e à renda *per capita*, com a existência do trabalho infantil na família, para análise da mudança dos recursos, como descrito a seguir:

- **Adaptação Familiar:** operacionalizada por meio de perguntas que buscaram a identificação da adaptação do ponto de vista familiar, como categorizado a seguir, de acordo com o modelo de Olson, apresentado por TEIXEIRA (1997), com adaptações: mediu-se cada pergunta por meio de uma escala que varia de 1 a 3, correspondentes às seguintes respostas: sim, não e algumas vezes. As perguntas foram: Os membros da família sentem-se mais próximos das pessoas estranhas à família do que de seus membros? Os membros da família acham difícil discutir problemas com os familiares? Os membros da família preferem conversar com os amigos ou vizinhos? Em sua

família, cada um segue seu próprio caminho? Os membros da família realizam as coisas em conjunto, pensando no bem-estar familiar? Todos os membros da família dão opinião quando têm que tomar decisões? Todos os membros da família têm poder nas decisões mais importantes? As crianças podem dar opinião quando o assunto é relacionado às suas necessidades e desejos? As crianças podem dar sugestões na solução dos problemas da família? Os membros da família evitam um ao outro no lar? e As pessoas da família têm capacidade para se ajustar aos problemas?

- **Adaptação da criança:** perguntou-se à criança seu nível de satisfação (em termos de insatisfação, pouca satisfação, satisfação e muita satisfação) com os seguintes aspectos da vida: trabalho, relacionamento com os pais, consigo mesma, amigos, lazer/brincadeiras, saúde, vizinhança, família, parentes, escola, alimentação e local em que mora.

- **Mudança de recursos:** neste ponto buscou-se a medida da renda *per capita* e da razão de dependência com a contribuição do trabalho infantil, com o objetivo de verificar as reais mudanças trazidas pelo trabalho precoce, para a situação econômica familiar.

4.5. Procedimentos estatísticos

Para efetuar a análise dos dados, foram utilizados os seguintes procedimentos estatísticos, baseando-se em LEVIN (1987):

- **Análise descritiva:** para as características familiares e individuais e para fornecer uma visão geral do manejo de recursos e do estresse.

- **Análise de correlação:** para análise das possíveis associações existentes entre o nível de estresse infantil e os aspectos relacionados ao manejo de recursos, em termos de percepção, atuação e adaptação.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados serão apresentados e discutidos, procurando detalhar aspectos relativos ao perfil pessoal e familiar da criança/adolescente trabalhadora, aos fatores intervenientes nas diferentes etapas do processo de administração de recursos em situação de crise/estresse e suas relações estatísticas.

5.1. Perfil pessoal e familiar da criança/adolescente trabalhadora

No que tange ao perfil das crianças/adolescentes, observou-se, como pode ser visto no Quadro 4, que houve predomínio de crianças do sexo masculino (80,0%) entre as crianças/adolescentes do grupo que trabalhava fora de casa e predomínio do sexo feminino no segmento que se dedicava ao trabalho doméstico (60,0%). Tal resultado está coerente com as evidências nacionais e internacionais, citadas por BLAIR e LITCHER (1991) e TRABALHO (1998a), que mostram que o trabalho infantil doméstico é, em sua maior parte, realizado por meninas, o que obscurece a participação destas nas estatísticas sobre o trabalho infantil. Ou seja, a segregação por gênero é mais visível no caso do trabalho doméstico, pois as mulheres são socializadas para assumirem papéis femininos tradicionais. Cogle e Tasker, citados por

Quadro 4 - Características pessoais da criança/adolescente trabalhadora de Governador Valadares, 1999/2000

| Características Pessoais da Criança | Segmentos* | | Amostra Conjugada (%) |
|-------------------------------------|-------------------|------------------------|-----------------------|
| | Trabalho Fora (%) | Trabalho Doméstico (%) | |
| 1. Sexo: | | | |
| - Masculino | 80,0 | 40,0 | 60,0 |
| - Feminino | 20,0 | 60,0 | 40,0 |
| 2. Idade: | | | |
| - de 10 a 12 anos incompletos | 33,3 | 73,3 | 53,3 |
| - acima de 12 até 15 incompletos | 66,7 | 26,7 | 46,7 |
| 3. Naturalidade: | | | |
| - Governador Valadares | 90,0 | 86,7 | 88,3 |
| - Outras cidades de Minas | 3,3 | 3,3 | 3,3 |
| - Outros Estados | 6,7 | 10,0 | 8,3 |

* Três colunas são apresentadas nos quadros: uma referente à amostra de crianças/adolescentes que realizavam trabalho doméstico, outra referente àqueles que realizavam trabalho fora de casa e uma terceira que é relativa aos percentuais conjugados das duas amostras.

BLAIR e LITCHER (1991), encontraram substanciais evidências de estereotipamento de papéis em tarefas realizadas por crianças do sexo masculino e feminino, sendo designadas às últimas as tarefas tradicionalmente orientadas para mulheres, como: cozinhar, lavar e limpar.

Na grande maioria, a idade era em média de 11 anos, para o trabalho doméstico, e de 12 anos, para o trabalho fora de casa, com um maior contingente de adolescentes realizando trabalho fora de casa. Vale ressaltar que apenas 33,3% das crianças que realizavam trabalho fora de casa tinham menos de 12 anos, enquanto para o segmento do trabalho doméstico este percentual subiu para 73,3%. Assim, conclui-se que pode existir conhecimento por parte dos pais/responsáveis a respeito da existência do chamado “trabalho educativo”, aquele que é permitido ao adolescente, pessoa maior de 12 anos, em companhia dos pais/responsáveis, quando não compromete a presença do mesmo às aulas e contribui para o aprimoramento da sua socialização. A criança menor de 12 anos fica dentro de casa, realizando o trabalho doméstico, avaliado pelos pais/responsáveis como simples e leve, e que, pela própria

privacidade da vida doméstica, fica fora das estatísticas sobre o trabalho infantil. Por outro lado, o adolescente, maior de 12 anos, fica responsável pelo trabalho fora de casa, realizando, em sua maioria, atividades que são vistas pelos pais como educativas, já que as crianças estão matriculadas e comparecem às aulas. Cabe questionar se estas condutas são, na realidade, socialização ou exploração.

No que se refere à naturalidade, mais de 80,0% das crianças, nos dois segmentos, eram naturais de Governador Valadares, o que pode significar maior integração social, em termos de redes de intercâmbio com parentes e amigos.

Na análise do perfil familiar, observou-se, como pode ser visto no Quadro 5, que o tamanho das famílias era, em média, de 5,3 membros para os dois grupos de crianças/adolescentes, o que está acima da média brasileira, que, em 1999, era de 3,4 componentes por família (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, 1999). Foram constatadas, na amostra, famílias com um número mínimo e máximo de 2 e 13 membros residentes, respectivamente.

Quadro 5 - Perfil familiar das crianças/adolescentes trabalhadores, de Governador Valadares, 1999/2000

| Aspectos | Unidade | Segmentos | | Amostra Conjugada |
|---|---------|---------------|--------------------|-------------------|
| | | Trabalho Fora | Trabalho Doméstico | |
| 1. Tamanho médio da família | nº | 5,0 | 5,6 | 5,3 |
| 2. Número de filhos | nº | 3,0 | 3,4 | 3,2 |
| 3. Tipo de família: | | | | |
| - Nuclear | % | 56,7 | 50,0 | 53,3 |
| - Quebrada ou monoparental | % | 3,3 | 23,3 | 13,3 |
| - Extensa | % | 16,7 | 13,3 | 15,0 |
| - Composta | % | 10,0 | 6,6 | 8,3 |
| - Outras | % | 13,3 | 6,6 | 10,0 |
| 4. Sexo do chefe da família: | | | | |
| - Masculino | % | 76,7 | 63,3 | 70,0 |
| - Feminino | % | 23,3 | 36,7 | 30,0 |
| 5. Etapa do ciclo de vida familiar | | | | |
| - Formação | % | 23,3 | 50,0 | 36,7 |
| - Maturação | % | 76,7 | 50,0 | 63,3 |

Em relação ao número de filhos, a média foi de 3,2, existindo famílias com até sete filhos e famílias sem filhos, casos em que a criança/adolescente trabalhadora era neto dos responsáveis das famílias, as quais foram classificadas como outras, na questão do tipo familiar.

No que tange ao tipo de família constatou-se, conforme o Quadro 5, que mais da metade era do tipo nuclear (53,3%), o que está condizente com a tendência de nuclearização da família, apresentada por BRUSCHINI e RIDENTI (1996), como forma predominante de organização familiar no Brasil. O percentual de famílias para a amostra conjugada era de 15,0% para o tipo extenso, caracterizado pela presença de outros parentes, e de 13,3% para as famílias quebradas ou monoparentais, o que supera as evidências empíricas nacionais. Ressalta-se aqui o maior percentual de famílias quebradas para o segmento do trabalho doméstico, podendo significar que a saída da mãe/chefe feminino para o mercado de trabalho exige maior participação dos filhos nas atividades domésticas, o que se confirma com o percentual mais alto de famílias chefiadas por mulheres no segmento do trabalho doméstico (Quadro 5).

Assim, a maioria das famílias, tanto no grupo das crianças/adolescentes que realizavam trabalho fora de casa (76,7%) como no grupo que trabalhava em suas próprias casas (63,3%), era chefiada por homens. O percentual de famílias cujo chefe era do sexo feminino foi mais alto, para o segmento de crianças/adolescentes que exerciam trabalho doméstico (36,7%), na sua maioria meninas que exerciam tarefas “próprias” de mulher, para que suas mães pudessem ingressar no mercado de trabalho, buscando meios para a subsistência familiar. No total das famílias entrevistadas, para os dois grupos, 23,3% dos chefes não eram pais da criança/adolescente trabalhadora, podendo ser avós, tios ou irmãos. Em torno de 76,7% das famílias para o segmento do trabalho fora de casa encontravam-se na etapa de maturação do ciclo de vida familiar, caracterizada pela presença de filhos adolescentes, enquanto apenas metade encontrava-se nesta etapa para o segmento do trabalho doméstico. Estes dados estão de acordo com a idade das crianças/adolescentes trabalhadoras, pois é menor a idade das crianças no segmento do trabalho

doméstico. Pressupõe-se, desta forma, que as famílias que possuem filhos já na adolescência irão levá-los ao mercado de trabalho, enquanto aquelas com filhos menores reservam-lhes algum tipo de atividade doméstica.

5.2. Processo decisório familiar

O processo decisório familiar foi identificado e analisado conforme a ocorrência de eventos estressores que tivessem estimulado o trabalho precoce, bem como em função das diferentes etapas do processo decisório, em termos de recursos, demandas, definição da situação, nível de estresse infantil, conhecimentos para lidar com o estresse e adaptação.

5.2.1. Ocorrência de eventos estressores secundários na família

No que tange ao estímulo do processo decisório, como pode ser verificado no Quadro 6, houve baixa ocorrência de eventos estressores secundários. De modo geral, o evento que mais ocorreu foi a separação dos pais da criança/adolescente trabalhadora, representando 30,0% dos casos. Este é seguido por problemas relacionados ao vício alcoólico (26,7%) e pela prisão de parentes (11,7%). Foram citadas, também, doenças na família e morte em 10,0% das famílias, além de dificuldades com dívidas assumidas (13,3%). Como a ocorrência de eventos estressores secundários não foi alta, pode-se concluir que, em sua maioria, o trabalho infantil esteve presente na família por outros estímulos, como a pobreza ou o valor atribuído ao trabalho como agente socializador.

Quadro 6 - Ocorrência de eventos estressores secundários nas famílias de crianças/adolescentes trabalhadoras de Governador Valadares-MG, 1999/2000

| Eventos Estressores Secundários na Família – Estímulos | Segmentos | | Amostra Conjugada (%) |
|---|-------------------|------------------------|-----------------------|
| | Trabalho Fora (%) | Trabalho Doméstico (%) | |
| Algum membro da família perdeu o emprego ou parou de trabalhar? | 10,0 | 6,7 | 8,3 |
| Algum membro da família mudou de emprego, passando a receber um salário menor? | 3,3 | 6,7 | 5,0 |
| Algum membro da família ficou seriamente doente? | 10,0 | 6,7 | 8,3 |
| Algum membro da família morreu? | 10,0 | 3,3 | 6,7 |
| Houve separação dos pais da criança/adolescente trabalhadora? | 30,0 | 33,3 | 31,3 |
| Algum membro que contribui para o orçamento doméstico deixou de contribuir, saiu de casa? | 10,0 | 3,3 | 6,7 |
| A família assumiu dívidas com dificuldades para pagá-las? | 13,3 | 3,3 | 6,7 |
| Aumentaram-se os gastos com alimentação, habitação, vestuário etc.? | 10,0 | z | 5,0 |
| Algum membro familiar é doente ou incapacitado para o trabalho? | 10,0 | 6,7 | 8,3 |
| Algum membro da família é viciado em álcool? | 26,7 | 13,3 | 20,0 |
| Algum membro da família é viciado em drogas? | 10,0 | 3,3 | 6,7 |
| Algum membro da família foi preso? | 10,0 | 13,3 | 11,7 |

5.2.2. Recursos disponíveis, familiares e infantis, no processo decisório

Em se tratando dos recursos familiares disponíveis, foi discutida, inicialmente, a questão educacional, conforme mostra os dados do Quadro 7. Em relação à escolaridade familiar, a média era de cinco anos para os dois segmentos, sendo de 3,6 anos para o responsável feminino e de 4,1 anos para o responsável masculino. Desta forma, percebe-se que é relativamente baixo o grau de instrução geral dos membros familiares, dado que a maioria possui nível de escolaridade equivalente ao ensino fundamental incompleto. Este resultado está de acordo com alguns teóricos, como, por exemplo, BARROS e

Quadro 7 - Recursos educacionais familiares e dos membros responsáveis das famílias das crianças/adolescentes trabalhadoras de Governador Valadares-MG, 1999/2000

| Escolaridade Média Familiar e dos Responsáveis | Segmentos | | Amostra Conjugada (anos) |
|--|----------------------|---------------------------|--------------------------|
| | Trabalho Fora (anos) | Trabalho Doméstico (anos) | |
| 1. Nível de escolaridade familiar | 5,1 | 4,8 | 5,0 |
| 2. Nível de escolaridade da mãe/responsável | 4,1 | 3,2 | 3,6 |
| 3. Nível de escolaridade do pai/responsável | 4,5 | 3,6 | 4,1 |

SANTOS (1991), que indicam uma relação inversamente proporcional entre a escolaridade dos responsáveis familiares e a ocorrência do trabalho infantil na família, ou seja, quanto mais baixa a escolaridade dos pais, maior é a probabilidade de o trabalho infantil ocorrer.

A explicação para a relação entre a escolaridade dos pais e a ocorrência do trabalho infantil também é apresentada por SARTI (1996), quando comenta sobre o caráter imediatista das decisões tomadas pelas famílias de baixa renda, em razão da própria necessidade econômica de sobrevivência da unidade familiar, bem como pelo valor “moral” dado ao trabalho, que inclui um elemento distanciador entre o pobre bandido e o pobre trabalhador, complementando a escola e “incutindo responsabilidades” na criança/adolescente. Ou seja, a relação existe mais por causa das perdas de capital humano materno/paterno, responsável pelos baixos ganhos salariais, do que devido às expectativas de melhor futuro para os filhos, pois os pais vêem o trabalho, mesmo que mal remunerado, como um elemento moralizador e esperam para os filhos um futuro melhor do que aquele que tiveram, alcançado por meio do trabalho associado à escola, já que não tiveram oportunidade de estudo. No entanto, acreditam no trabalho como agente moralizador, que deve permanecer na vida da criança/adolescente, ou seja, na sua percepção “uma criança trabalhadora torna-se um adulto responsável”.

No que diz respeito aos recursos familiares, materiais e humanos, descritos como recursos para lidar (Quadros 8 e 9), percebe-se que esses eram poucos, o que indica que, em sua maioria, as famílias não tinham outra forma de satisfazer as suas necessidades.

Quadro 8 - Recursos materiais e humanos das famílias das crianças/adolescentes trabalhadoras de Governador Valadares-MG, 1999/2000

| Aspectos | Unidade | Segmentos | | Amostra Conjugada |
|---|----------|---------------|--------------------|-------------------|
| | | Trabalho Fora | Trabalho Doméstico | |
| 1. Nº médio de membros ocupados | Nº | 2,3 | 1,4 | 1,9 |
| 2. Renda média familiar | R\$ 1,00 | 344,00 | 356,00 | 333,00 |
| 3. Faixa de renda familiar | | | | |
| - Menos de 1/2 SM | | 6,7 | 16,7 | 11,7 |
| - De 1/2 até 1 SM | | 10,0 | 16,7 | 13,3 |
| - Mais de 1 até 2 SM | % | 33,3 | 20,0 | 26,6 |
| - Mais de 2 até 3 SM | | 23,3 | 10,0 | 16,7 |
| - Mais de 3 até 4 SM | | 20,0 | 13,3 | 16,7 |
| - Mais de 4 SM | | 6,7 | 23,3 | 15,0 |
| 4. Existência de filhos e, ou, outros membros maiores de 18 anos | | | | |
| - Sim | % | 26,67 | 30,0 | 26,33 |
| - Não | | 73,33 | 70,0 | 71,67 |

Os dados do Quadro 8 mostram que o número médio de membros ocupados por família foi de 1,9, havendo, entretanto, diferenças entre um segmento analisado e o outro, o que provavelmente é devido ao trabalho infantil realizado fora de casa. A renda familiar média foi um pouco mais alta para o trabalho doméstico (R\$ 356,00), enquanto para as famílias das crianças/adolescentes que realizavam trabalho fora de casa foi de R\$344,00. No entanto, a mesma não atingiu o equivalente a três salários mínimos (R\$ 130,00 em maio/1999), para os dois segmentos, ocorrendo, inclusive, que quase um terço das famílias (26,7%) percebia de 1,0 até 2,0 salários mínimos,

seguido do rendimento mais de 2,0 SM até 3,0 SM (16,7%). Chama a atenção o fato de 23,3% das famílias do segmento do trabalho doméstico ter uma renda maior que quatro salários mínimos, fato este que pode estar interferindo na não-inserção da criança no mercado de trabalho.

A maioria das famílias (71,67%) não contava com a presença de membros maiores de 18 anos, fossem eles filhos ou não, o que pode explicar a ocorrência de trabalho infantil na família. Entretanto, quando existentes, os membros maiores de 18 anos, em 75,3% dos casos, trabalhavam fora de casa e 83,3% dos mesmos realizavam tarefas no âmbito doméstico. Fazendo a análise destes dados, pode-se inferir que as crianças/adolescentes trabalham para ajudar economicamente seus pais, que não têm outro recurso para melhorar a renda familiar. Por outro lado, a criança/adolescente continua a trabalhar, dentro ou fora de casa, mesmo que exista outro membro maior de idade, mostrando que quanto maior a família maior a necessidade de trabalho de todos os membros, visto que os rendimentos são baixos.

No que diz respeito ao perfil ocupacional dos pais/responsáveis, pode-se observar que eles exercem profissões de baixo *status* ocupacional, associadas a baixos rendimentos. Observa-se, no Quadro 9, que os responsáveis do sexo masculino, para a amostra conjugada, ocupavam-se principalmente de profissões autônomas (34,3%), como: pedreiro, marceneiro, eletricitista, mecânico, bem como atuavam como comerciantes e vendedores autônomos (19,5%), em barzinhos e mercearias de pequeno porte. Os percentuais para autônomos são mais altos para o segmento do trabalho fora, como mostram os dados do trabalho infantil, pois o pai/responsável faz uso dessa mão-de-obra para ajudá-lo em seu trabalho, visto que 30,0% das crianças/adolescentes que trabalham fora de casa o fazem em companhia de seus pais.

No que tange ao perfil ocupacional do responsável feminino, nos dois segmentos pesquisados, os percentuais foram maiores na categoria dona de casa (53,3%), vindo em seguida, no segmento do trabalho doméstico, a categoria de aposentadas/pensionistas (11,6%), e, no segmento do trabalho

Quadro 9 - Perfil ocupacional dos pais/responsáveis da criança/adolescente trabalhadora de Governador Valadares-MG, 1999/2000

| Perfil Ocupacional dos Pais/Responsáveis | Unidade | Segmentos | | Amostra Conjugada |
|---|---------|---------------|--------------------|-------------------|
| | | Trabalho Fora | Trabalho Doméstico | |
| 1. Status ocupacional do pai/responsável | | | | |
| - Realizando bicos | | z | 16,7 | 7,3 |
| - Desempregado | | 8,7 | 11,1 | 9,7 |
| - Comércio/autônomo | | 21,7 | 16,7 | 19,5 |
| - Operário autônomo | % | 43,5 | 22,2 | 34,3 |
| - Func. empresa privada | | 13,1 | 11,1 | 12,2 |
| - Funcionário público | | 8,7 | 16,7 | 12,2 |
| - Aposentado/pensionista | | 4,3 | 5,5 | 4,8 |
| 2. Status ocupacional da mãe/responsável | | | | |
| - Aposentada/pensionista | | 10,3 | 13,1 | 11,6 |
| - Desempregada | | 6,6 | 6,6 | 6,6 |
| - Serviço doméstico | % | 24,2 | 6,6 | 15,0 |
| - Empresas públicas (alim. e confec.) | | 3,4 | 6,6 | 5,0 |
| - Comércio autônomo | | 13,8 | 3,1 | 8,3 |
| - Dona de casa | | 41,0 | 64,0 | 53,3 |

fora de casa, crianças/adolescentes que trabalhavam no serviço doméstico na casa de terceiros (15,0%). Vê-se que é bastante alto o percentual de donas de casa, nos dois segmentos pesquisados. Assim, a criança/adolescente fica responsável por tarefas domésticas, mesmo que a mulher/dona de casa esteja presente, e também é levada ao mercado de trabalho mesmo que o responsável feminino não esteja impossibilitado de trabalhar.

No que tange aos recursos educacionais infantis, de acordo com o Quadro 10, eram poucas as crianças que estudavam à noite (1,7%); o restante estava distribuído, com certa uniformidade, entre o horário da tarde (43,3%) e o da manhã (55,0%). Foi constatado que 51,7% das crianças não estavam satisfeitas com o seu horário de frequência à escola, principalmente por causa da comodidade do horário ou do conforto térmico do mesmo, isto é, tinham preferência pelo horário da manhã por este ser mais fresco, ou preferiam estudar à tarde para não precisar acordar cedo.

Apenas 11,7% das crianças alegaram insatisfação com o horário escolar por motivos associados ao trabalho, tendo uma preferência pelo horário noturno, visando mais tempo livre para trabalhar.

Quadro 10 - Recursos educacionais da criança/adolescente trabalhadora de Governador Valadares-MG, 1999/2000

| Características Educacionais da Criança | Unidade | Segmentos | | Amostra Conjugada |
|--|---------|---------------|--------------------|-------------------|
| | | Trabalho Fora | Trabalho Doméstico | |
| 1. Horário da escola | | | | |
| - Manhã | | 56,7 | 53,3 | 55,0 |
| - Tarde | % | 40,0 | 46,7 | 43,3 |
| - Noite | | 3,3 | z | 1,7 |
| 2. Idade de início de estudo | | | | |
| - 4 anos ou menos | | z | 20,0 | 10,0 |
| - 5 anos | % | 26,7 | 10,0 | 18,3 |
| - 6 anos | | 50,0 | 46,7 | 48,4 |
| - 7 anos | | 16,6 | 20,0 | 18,3 |
| - mais de 7 anos | | 6,7 | 3,3 | 5,0 |
| 3. Ocorrência de repetência | | | | |
| - Sim | % | 63,3 | 43,3 | 53,3 |
| - Não | | 36,7 | 56,7 | 46,7 |
| 3. Apoio na realização de tarefas | | | | |
| - Ajuda de familiares | | 73,3 | 63,3 | 68,3 |
| - Ajuda de conhecidos | % | 6,7 | 6,7 | 6,7 |
| - Ajuda de profissionais | | z | 6,7 | 3,3 |
| - Não recebe ajuda | | 20,0 | 23,3 | 21,7 |

Em relação à idade de ingresso escolar, observou-se, conforme o Quadro 10, que 76,7% das crianças/adolescentes freqüentaram a pré-escola, já que ingressaram com menos de sete anos na escola. No entanto, 48,4% delas freqüentaram um ano, ou o equivalente apenas ao 3^o período. Por outro lado, constatou-se um porcentual reduzido de crianças (5,0%) que ingressaram tardiamente na escola, com mais de sete anos, principalmente para o grupo que trabalhava fora de casa.

Em termos da série cursada, observou-se que as crianças/adolescentes freqüentavam o ensino fundamental, da 2^a à 8^a série, com a predominância da 3^a e 4^a séries (com 58,4% dos casos totais). Constatou-se, também, a ocorrência de alto nível de repetência nos dois segmentos. Entretanto, houve uma diferença significativa entre eles: 63,3% para o trabalho fora e 43,3% para o segmento do trabalho doméstico, o que provavelmente indica que o grupo do trabalho fora interferia de forma mais significativa na vida e no desempenho escolar da criança/adolescente trabalhadora.

As séries de maior repetência foram a 1ª e 2ª séries, devendo-se ressaltar que em 56,2% dos casos as crianças/adolescentes haviam repetido uma vez, enquanto 31,2% delas repetiram duas vezes e 12,6% repetiram mais vezes. Estes resultados estão de acordo com os dados nacionais, apresentados por GOIS (2000), e são indicativos de dificuldades encontradas na escola, mesmo que 78,3% das crianças/adolescentes obtivessem ajuda de familiares para a realização de tarefas, em 73,3 e 63,3% dos casos do segmento do trabalho fora e do trabalho doméstico, respectivamente. Entretanto, GOIS (2000), citando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, resalta que uma das principais causas de repetência é o fato de uma grande parte das crianças brasileiras não freqüentar a pré-escola.

Em relação aos recursos disponíveis para o lazer, todas as crianças tinham algum tempo disponível para esta atividade. Conforme o Quadro 11, no que diz respeito a este recurso, 83,3% das crianças tinham chance de realizar alguma atividade de lazer todos os dias da semana.

Quadro 11 - Recursos disponíveis para o lazer da criança/adolescente de Governador Valadares-MG, 1999/2000

| Recursos Disponíveis para o Lazer Infantil | Unidade | Segmentos | | Amostra Conjugada |
|---|---------|---------------|-----------------------|----------------------|
| | | Trabalho Fora | Trabalho Doméstico | |
| 1. Tipos de lazer realizado | | | | |
| - TV | | 86,7 | 90,0 | 88,3 |
| - Futebol | | 73,3 | 43,3 | 58,3 |
| - Brincadeiras e jogos | | 50,0 | 63,3 | 56,7 |
| - Jogos eletrônicos | % | 13,3 | 13,3 | 13,3 |
| - Igreja | | 43,3 | 40,0 | 41,7 |
| - Outros | | 13,3 | 6,7 | 10,0 |
| 2. Tempo disponível para o lazer | | | | |
| - Todos os dias | | 76,7 | 90,0 | 83,3 |
| - Finais de semana | % | 3,3 | z | 1,67 |
| - Dias úteis | | 20,0 | 10,0 | 15,0 |

No entanto, do total amostrado, 52,0% divertiam-se apenas assistindo à TV, sendo as outras atividades, quando apareciam, realizadas de forma mais esporádica. Constatou-se uma diferença significativa entre os dois segmentos,

quanto ao tipo de lazer, já que no segmento do trabalho fora de casa, depois da TV, o lazer que mais sobressaiu foi o futebol, isto porque neste segmento havia o predomínio de homens, enquanto no trabalho doméstico o predomínio de meninas explicava o alto percentual de jogos e brincadeiras em que se encaixavam diversões como: “brincar de casinha”, baralho, amarelinha, que são brincadeiras que se “adequam culturalmente” mais ao sexo feminino.

Para uma análise mais profunda do trabalho infantil, considerado como recurso pela unidade familiar, buscou-se o conhecimento do envolvimento dos pais/responsáveis com as atividades laborais infantis.

No Quadro 12 pode-se notar que no segmento do trabalho fora de casa era alto o percentual de crianças e adolescentes que trabalhavam em companhia de seus pais (30,0 %). Havia crianças/adolescentes que estavam trabalhando em companhia de terceiros (40,0%) e 13,3% delas trabalhavam sozinhas, por conta própria, em sua maioria como vendedores ambulantes.

Quadro 12 - Tipo de trabalho realizado por crianças/adolescentes, em função da presença ou não de seus pais. Governador Valadares, 1999/2000

| Tipo de Trabalho em Função da Presença dos Pais | Segmentos | |
|---|-------------------|------------------------|
| | Trabalho Fora (%) | Trabalho Doméstico (%) |
| - Trabalho doméstico na casa dos pais | z | 100,0 |
| - Trabalho doméstico na casa de terceiros | 16,7 | z |
| - Trabalho fora na companhia dos pais | 30,0 | z |
| - Trabalho fora na companhia de terceiros | 40,0 | z |
| - Trabalho fora por conta própria | 13,3 | z |

Pelo Quadro 13 pode-se verificar que as principais ocupações que absorviam a mão-de-obra infantil, na cidade de Governador Valadares, eram: vendedor ou ambulante (33,3%), comércio (23,3%), serviço doméstico (16,7%), ajudante de oficinas (13,3%) e outras ocupações (13,3%), em que apareciam as seguintes atividades: lavador de carro ou "flanelinha", servente de pedreiro, ajudante de posto de gasolina e *office-boy*.

Quadro 13 - Características do trabalho infantil como recurso familiar.
Governador Valadares - MG, 1999/2000

| Características do Trabalho | Unidade | Segmentos | | Amostra Conjugada |
|--|----------|---------------|--------------------|-------------------|
| | | Trabalho Fora | Trabalho Doméstico | |
| 1. Tipos de ocupação: | | | | |
| - Vendedor (camelô) | | 33,3 | z | 16,7 |
| - Serviço doméstico | | 16,7 | 100,0 | 58,2 |
| - Comércio | % | 23,3 | z | 11,7 |
| - Oficinas | | 13,3 | z | 6,7 |
| - Outros | | 13,3 | z | 6,7 |
| 2. Idade de ingresso no trabalho: | | | | |
| - Até 5 anos | | 3,4 | 6,7 | 5,0 |
| - De 6 a 8 anos | % | 13,3 | 46,7 | 30,0 |
| - De 9 a 11 anos | | 60,0 | 43,3 | 51,7 |
| - De 12 a 14 anos | | 23,3 | 3,3 | 13,3 |
| 3. Remuneração média mensal: | R\$ 1,00 | 33,3 | z | 16,7 |
| 4. Intensidade do trabalho: | | | | |
| - Média de horas trabalhada/dia | | 4,8 | 1,5 | 3,15 |
| - Média de dias trabalhados/semana | Nº | 3,9 | 5,3 | 4,6 |
| - Nº médio de atividades | | 1,7 | 2,2 | 1,95 |

As tarefas domésticas eram divididas entre os membros familiares em 80,0% das famílias entrevistadas, e as crianças/adolescentes envolvidas no trabalho doméstico desenvolviam, principalmente, as seguintes atividades: limpeza de casa/cozinha (30,0%), limpeza de cozinha (23,3%), limpeza da casa (13,3%), serviços de limpeza e cuidado com outros membros (10,0%), limpeza de banheiro (10,0%), serviços gerais de limpeza (10,0%) e serviços de limpeza e alimentação (3,3%).

No que se refere à idade de ingresso no mundo laboral, constatou-se (Quadro 13) que, em termos gerais, mais da metade das crianças/adolescentes entrevistadas começaram a trabalhar entre 9 e 11 anos, principalmente aquelas que realizavam trabalho fora de casa.

Observou-se, também, que em relação ao trabalho doméstico a faixa etária era menor, uma vez que 53,4% dos entrevistados tinham começado a trabalhar com menos de nove anos. Em relação ao tempo em que estas crianças estavam envolvidas com atividades laborais, constatou-se que 40,0% estavam trabalhando há um ano, seguindo-se aquelas que tinham menos de um

ano (23,3%), aquelas que tinham dois anos (16,7%) e aquelas que trabalhavam há três anos ou mais (20,0%), no caso do trabalho fora. Em relação ao trabalho doméstico, 46,7% trabalhavam há três anos ou mais, 30,0% há dois anos, 20,0% há um ano e apenas 3,3% há menos de um ano, o que mostra, conforme os dados discutidos anteriormente, que é menor a idade de ingresso das crianças/adolescentes no trabalho doméstico, em ajuda a seus pais.

No que se refere à remuneração do trabalho infantil, apenas 3,4% das crianças/adolescentes trabalhadoras não recebiam nada em dinheiro. Os outros 96,6% não chegavam a receber um salário mínimo, pois o máximo recebido era R\$ 100,00, sendo a média geral de R\$ 33,00, para o caso do trabalho fora de casa (Quadro 12).

Os cálculos para a remuneração do trabalho doméstico foram inviáveis, posto que apenas 16,7% das crianças/adolescentes relataram receber de seus pais alguma quantia em dinheiro, o que ocorria de forma esporádica e incerta. Este dado é interessante para a verificação do valor dos dois tipos de trabalho, doméstico e extra-domiciliar: algumas crianças/adolescentes eram “empregadas” de seus próprios pais/responsáveis e recebiam por isso. Quando a remuneração diz respeito ao trabalho doméstico, esta não ocorre, já que este trabalho é caracterizado e conceituado como “trabalho de amor”, como bem discute BOCK e DUDEN (1984), sendo visto pelos membros familiares como preparo da menina, sexo predominante no segmento do trabalho doméstico, para as responsabilidades futuras de mãe e dona de casa, associado ao papel social e familiar da menina/mulher, repassado por gerações.

No que se refere à intensidade do trabalho infantil, ainda de acordo com o Quadro 13, constatou-se uma diferença marcante entre o trabalho doméstico e o trabalho fora de casa. A média para o trabalho fora era de 4,8 horas/dia, enquanto para o trabalho doméstico era de 1,5 hora/dia. No entanto, quando se tratava da intensidade de trabalho na semana, a média de dias/semana foi ligeiramente mais alta para o trabalho doméstico (5,3 dias/semana), enquanto para o trabalho fora era de 3,9 dias/semana. Em relação à intensidade por número de atividades, a média para o trabalho doméstico, também era mais

alta (2,2 atividades), enquanto que para o trabalho fora era equivalente a 1,7 atividade realizada.

5.2.3. Demandas familiares e infantis no processo decisório

De acordo com o Quadro 14, as demandas familiares que levaram à ocorrência do trabalho infantil estavam associadas, na maioria dos casos, às necessidades familiares, ou seja, ajudar os pais (50,0%), sendo os outros motivos diferenciados para os dois segmentos.

Quadro 14 - Demandas familiares relacionadas aos motivos para a existência do trabalho infantil, renda e razão de dependência. Governador Valadares-MG, 1999/2000

| Demandas Familiares | Unidade | Segmentos | | Amostra Conjugada |
|---|----------|---------------|--------------------|-------------------|
| | | Trabalho Fora | Trabalho Doméstico | |
| 1. Motivos familiares para o trabalho infantil | | | | |
| - Ajudar os pais | | 53,3 | 46,7 | 50,0 |
| - Aprender com expectativas futuras | % | 3,3 | 30,0 | 16,7 |
| - Encaminhar na vida | | 26,7 | 23,3 | 25,0 |
| - A própria criança quis trabalhar | | 16,7 | z | 8,3 |
| 2. Razão de dependência (*) | Nº | 3,2 | 3,4 | 3,3 |
| 3. Renda per capita (*) | R\$ 1,00 | 56,70 | 63,50 | 60,0 |
| 4. Influência de evento estressor na decisão: | | | | |
| - Sim | % | 50,0 | 26,67 | 38,33 |
| - Não | | 50,0 | 73,33 | 61,66 |

* Os dados para a razão de dependência e renda *per capita* dizem respeito a valores sem a contribuição do trabalho infantil, de forma a identificar a pobreza, considerada no estudo como evento estressor primário, e que de acordo com MONTALI (1990) e CLEMENTE (2000) são indicativos da vulnerabilidade econômica familiar.

Para as famílias dos que trabalhavam fora, em 26,7% dos casos foi citado que o trabalho ajudava a encaminhar na vida, impedindo que os filhos ficassem na rua, o que também foi declarado por 23,3% das famílias dos que trabalham dentro de casa. Para este segmento, foi levantada outra explicação para o trabalho infantil em 30,0% dos casos, que se referia à aprendizagem com expectativas futuras, ou seja, as crianças/adolescentes deveriam aprender

para se prepararem para o futuro. No caso das famílias dos que trabalhavam fora, houve ainda o motivo relacionado à vontade e ao gosto da própria criança/adolescente, em 16,7% das famílias.

Outro tipo de demanda familiar está relacionada à necessidade do aumento da segurança financeira, dimensionada pelos valores de renda *per capita* e pela razão de dependência, sem considerar a contribuição do trabalho infantil. Percebeu-se que a renda *per capita* era baixa (R\$ 56,70), no caso do trabalho fora de casa, sendo a razão de dependência familiar média equivalente a 3,2, o que significa que cada membro ocupado estava responsável pelo próprio sustento e de mais 2,2 pessoas da família. Tal resultado mostra que, comparativamente, o segmento do trabalho fora apresenta demandas financeiras maiores do que o segmento do trabalho doméstico (Quadro 14).

A influência de eventos estressantes secundários no processo de decisão familiar quanto ao trabalho infantil foi mais alta para o trabalho fora de casa (50,0%), o que talvez indique que em nível doméstico, como as atividades ocorrem de forma mais rotineira e casual, a existência de eventos e estímulos estressores não teve tanta influência (26,7% dos casos). Os eventos estressantes secundários de maior ocorrência, no caso do trabalho infantil fora de casa, foram: perda de emprego, doença na família e separação dos pais. Já no caso do trabalho doméstico, destacou-se, como no trabalho fora, a doença de algum membro familiar, ou seja, se um membro não se encontrava preparado para assumir as tarefas domésticas, a criança/adolescente era chamada a atuar com obrigatoriedade nesse âmbito.

Em relação às demandas educacionais da criança, expostas no Quadro 15, 90% dos entrevistados gostavam de estudar, estando os motivos associados, em 74,7% dos casos, à importância e ao interesse na aprendizagem com expectativas futuras. Os outros 10,0% que disseram não gostar tinham seus motivos relacionados às dificuldades encontradas na escola.

Quadro 15 - Demandas infantis relacionadas à educação e ao lazer.
Governador Valadares-MG, 1999/2000

| Demanda da Criança/Adolescente | Segmentos | | Amostra Conjugada (%) |
|---|-------------------|------------------------|-----------------------|
| | Trabalho Fora (%) | Trabalho Doméstico (%) | |
| 1. Gosto pelo estudo | | | |
| Gosta de estudar | 86,7 | 93,3 | 90,0 |
| Não gosta de estudar | 13,3 | 6,7 | 10,0 |
| 2. Dificuldades na realização de tarefas | | | |
| Encontra dificuldades | 63,3 | 66,7 | 65,0 |
| Não encontra dificuldades | 36,7 | 33,3 | 35,0 |
| 3. Interferência do trabalho nos estudos | | | |
| Acha que existe interferência | 6,7 | 3,3 | 5,0 |
| Acha que o trabalho não interfere | 93,3 | 96,7 | 95,0 |
| 4. Satisfação com o tempo para lazer | | | |
| Está satisfeito | 66,7 | 63,3 | 65,0 |
| Não está satisfeito | 33,3 | 36,7 | 35,0 |
| 5. Expectativa de outras formas de lazer | | | |
| Gostaria de ter outras formas | 60,0 | 60,0 | 60,0 |
| Não gostaria de ter outras formas | 40,0 | 40,0 | 40,0 |

No que se refere às dificuldades, 65,0% das crianças/adolescentes disseram ter problemas na realização de tarefas escolares, ocasionados, principalmente, em 56,7% dos casos, pelo não-entendimento de algum conteúdo ou por dificuldades associadas a alguma disciplina específica, em sua maioria matemática. Dos alunos que declararam apresentar dificuldades, 78,3% afirmaram que recebiam ajuda na realização de tarefas, basicamente de familiares (68,3%).

Nota-se, entretanto, que a quase totalidade das crianças/adolescentes (95,0%) não associava as dificuldades e tarefas escolares com o trabalho, porque em 76,6% dos casos os entrevistados disseram que seu trabalho era fácil e simples, havendo tempo para a realização das duas atividades.

Em relação à demanda por melhorias na escola, 75,0% das crianças/adolescentes apresentaram alguma sugestão, tendo sido citadas, em sua maioria, melhoras na estrutura física (33,3%), relacionadas às salas de aula, pintura e quadras, bem como a disciplina dos alunos, em 21,7% dos casos, além de melhorias na organização, relacionadas aos recursos humanos (15,0%).

No que se refere às demandas de lazer, de acordo com o Quadro 14, 35,0% das crianças/adolescente não estavam satisfeitas com o tempo que tinham disponível para o lazer. Os motivos de insatisfação com o lazer estavam associados, em 91,0% dos casos, à expectativa com outras formas de lazer, que eram principalmente na área esportiva, envolvendo natação, andar de bicicleta, entre outros esportes, o que evidencia a necessidade de políticas de implantação de infra-estrutura esportiva na cidade de estudo, como maior oportunidade de lazer para seus moradores.

5.2.4. Definição familiar e infantil acerca do valor do trabalho, hierarquia etária e estrutura de preferências

Em função dos resultados apresentados no Quadro 16, pode-se afirmar que o trabalho precoce ocorreu, de forma mais restrita e consistente, pelo seu próprio valor, como declarado por mais da metade dos pais/responsáveis, nos dois segmentos analisados.

Outra influência do trabalho infantil, para 30,0% das famílias das crianças/adolescentes que trabalhavam fora de casa, foram as necessidades econômicas, que praticamente não se encontravam associadas ao trabalho doméstico (apenas para 12,5% dos entrevistados). Assim, o trabalho infantil, para a amostra conjugada, nasce das expectativas e vontades maternas, em 52,2% das famílias. No entanto, no caso do trabalho doméstico, a participação da mãe no processo decisório foi bem maior (81,3%), enquanto para o trabalho fora de casa esta foi apenas de 36,7%. Tal fato se explica por ser o trabalho doméstico percebido, em sua maioria, como tarefa da mulher, que, não tendo outra pessoa para lhe ajudar, lança mão do trabalho infantil feminino.

A idéia de trabalhar partiu da própria criança, em quase um quarto das famílias (23,3%), quando se trata do trabalho fora de casa, sendo este número menor (12,5%) no que tange ao trabalho doméstico. Estes dados mostram, de acordo com as discussões de TRABALHO (1998a), que as necessidades insatisfeitas têm impulsionado crianças e adolescentes do meio urbano para o

Quadro 16 - Definições da situação no processo decisório familiar em relação ao trabalho infantil. Governador Valadares, 1999/2000

| Definições Familiares no Processo Decisório | Unidade | Segmentos | | Amostra Conjugada |
|---|---------|---------------|--------------------|-------------------|
| | | Trabalho Fora | Trabalho Doméstico | |
| 1. Influências para a ocorrência do trabalho infantil: | | | | |
| - Valor do trabalho | | 56,7 | 62,5 | 59,6 |
| - Necessidades econômicas | % | 30,0 | 12,5 | 21,3 |
| - Outros motivos | | 13,3 | 25,0 | 19,1 |
| 2. De quem partiu a idéia do trabalho infantil | | | | |
| - Da mãe | | 36,7 | 81,3 | 52,2 |
| - Da própria criança | % | 23,3 | 12,5 | 19,6 |
| - De outros familiares | | 33,3 | 6,2 | 21,7 |
| - De pessoas conhecidas | | 6,7 | z | 4,3 |
| 3. Quem arrumou o emprego | | | | |
| - A mãe | | 30,0 | z | 30,0 |
| - A própria criança | % | 10,0 | z | 10,0 |
| - Outros familiares | | 40,0 | z | 40,0 |
| - Pessoas conhecidas | | 20,0 | z | 20,0 |
| 4. Participação infantil na tomada de decisão | | | | |
| - Participou | | 96,5 | 87,5 | 93,3 |
| - Não participou | % | 3,5 | 12,5 | 6,7 |

mercado de trabalho, como também a visão imediatista dos pais/responsáveis, diante da situação de adversidades.

De modo geral, mesmo que a idéia não tenha partido da própria criança/adolescente, a sua participação no processo é grande, tendo 93,3% dos entrevistados (Quadro 16) participado da decisão a respeito de seu ingresso no mundo do trabalho, seja ele fora ou dentro de casa.

Ao discutir a importância do trabalho infantil para a vida familiar (Quadro 17), notou-se uma maior diluição dos percentuais, quando comparada aos motivos para a criança trabalhar, destacados nas demandas familiares, apresentadas no Quadro 14, isto porque os percentuais relacionados às necessidades de ajudar os pais caíram de 50,0 para 15,0%, quando o fator foi a importância do trabalho infantil para a vida familiar (Quadro 17), e não a sua justificativa.

Quadro 17 - Valor e visão do trabalho infantil sob a ótica dos pais/responsáveis familiares. Governador Valadares-MG, 1999/2000

| Valor e Visão do Trabalho | Unidade | Segmentos | | Amostra Conjugada |
|--|---------|---------------|--------------------|-------------------|
| | | Trabalho Fora | Trabalho Doméstico | |
| 1. Importância do trabalho infantil para a vida familiar: | | | | |
| - Ajudar aos pais | | 13,3 | 16,7 | 15,0 |
| - Aprender com expectativas futuras | % | 26,7 | 36,7 | 31,7 |
| - Evitar descaminhos da rua | | 36,7 | 23,3 | 30,0 |
| - Criar responsabilidades | | 20,0 | 23,3 | 21,7 |
| - Não vê importância | | 3,3 | z | 1,7 |
| 2. Prejuízos do trabalho infantil na visão dos pais: | | | | |
| - Acham prejudicial | % | 26,7 | 6,7 | 16,7 |
| - Não acham prejudicial | | 73,3 | 93,3 | 83,3 |

Esses dados podem ser confirmados pelo depoimento da mãe de R., 12 anos, que ajuda em casa desde os 8 anos:

“... quando eu casei minha mãe era viva. Ela me ensinou tudo e eu procuro fazer igual pros meus filhos. É importante ela ajudar, assim dentro de casa, fora não gosto, ela é nova. Mas aqui dentro é bom para ela aprender, ela cuida de mim e é bom, porque ela estuda, brinca e é bom que ela não fica aprendendo outras coisa na rua. Eu sou muito doente, não ando, o meu velho morreu tem quase um ano, ele trazia os meninos 'aquí oh!' ... ele deixou a casa e também os meus filhos que são a minha riqueza,... eu espero tudo de bom pra eles, mas é Deus que sabe...”

O mesmo pode ser observado no depoimento da mãe de B., 10 anos, que também ajuda em casa desde os oito anos:

“... eu sofri muito, meu pai me batia muito, mas minha mãe sempre me ensinou a ser caprichosa, limpar a casa. Saí de casa com 18 anos para trabalhar (...), fui muito humilhada e maltratada. Mas aí eu conheci meu marido, fui morar com ele. Tudo melhorou. Não tenho nada pra reclamar, mais passei muito aperto pra criar meus filhos gêmeos, eu quase morri, não tinha empregada (...) Acho bom ela ajudar em casa porque espero que ela tenha as coisas boa e aí ela vai saber cuidar. Isso eu faço questão de ensinar: não jogar papel no chão, sê caprichosos. Antes eu batia neles, mas

meu marido ajuda muito e é muito paciente, não gosta que bate, os pais dele não batiam nele, e aí eu acabei parando. Ela me ajuda, porque também eu fui operada, né, da perna, aí ela ajuda (...)

Portanto, o valor do trabalho associa-se, de forma mais significativa, à aprendizagem e ao encaminhamento futuro da criança/adolescente, em 31,7% dos casos, evitando, então, que esta permaneça na rua (30,0%), o que está de acordo com as argumentações de SARTI (1996). Outro valor do trabalho infantil, na concepção dos pais/responsáveis (21,7%), estava relacionado à questão de “criar responsabilidades nos filhos”, o que está coerente com as afirmações de LAWRENCE (1983), ao afirmar que o envolvimento de adolescentes nas tarefas domésticas é um fator importante para a aprendizagem de significados e valores, inculcando no jovem a responsabilidade familiar e as habilidades para a vida doméstica.

No entanto, o trecho citado a seguir, que se refere ao relato da mãe de F., 14 anos, que trabalha desde os 13 anos, demonstra bem a importância do trabalho dos filhos nas famílias que enfrentam adversidades:

“(...) a vida podia melhorar, ter outra casa, se o filho mais velho fosse mais responsável com o próprio salário... quero que eles tenham uma vida melhor, com um emprego melhor.”

Assim, na percepção dos pais/responsáveis, o trabalho infantil possui um valor secundário no âmbito econômico, pois não fica claramente evidenciado o seu papel, mesmo que as dificuldades fossem relatadas, como pode ser constatado no depoimento da mãe de C., 11 anos, que trabalhava vendendo coxinhas e outros salgados, na rua, há um ano:

“(...) já passei por muitas dificuldades, o meu marido está preso há um ano e meio. Ele foi preso por está mexendo com drogas. Hoje eu sustento a minha casa com o dinheiro que recebia do meu serviço e vou receber o seguro desemprego, com os salgados que faço e os meus dois filhos vende e com o Avon que vendo (...)

Atentava-se mais para o valor moral/socializador do trabalho, associado à vontade dos pais/responsáveis, mostrando inclusive a questão da hierarquia etária existente no âmbito familiar, conforme abordado no relato da mãe de L., 12 anos, que trabalhava desde os 10 anos no comércio, com os pais:

“(...) coloco o L. para trabalhar comigo pra tirar ele da rua e pra ele ter mais responsabilidade pra que na hora que ele crescer ter experiência e poder arrumar um serviço melhor.”

Como mostra o Quadro 17, no que se refere aos prejuízos do trabalho infantil, 93,3 e 83,3% dos pais, no segmento dos que trabalham dentro de casa e no segmento dos que trabalham fora, respectivamente, não achavam o trabalho de seus filhos prejudicial. Os motivos se relacionavam principalmente, no caso do trabalho doméstico, ao fato de este ser visto como um trabalho leve e simples (35,7%), realizado em casa (25,0%), e também devido ao fato de se evitarem os pontos potenciais de perigo (39,3%). Os motivos de prejuízos apontados estavam relacionados aos perigos de acidentes (6,7%), como: cortes e queimaduras. No caso do trabalho fora, os motivos de prejuízos, citados em 26,7% dos casos, relacionavam-se aos perigos potenciais existentes no trabalho, como: possibilidade de acidentes/atropelamento e violência urbana.

Diante da análise associada dos prejuízos e tipos de serviço, dentro e fora de casa, vê-se que os pais/responsáveis percebem, mais claramente, o perigo real existente no trabalho que não é realizado junto deles, uma vez que, neste caso, procuram evitar os pontos de perigo potencial (fogão, facas etc.), julgando, por isto, que o trabalho realizado na companhia de um responsável familiar não oferece perigo, e sim traz, em sua maior parte, benefícios de aprendizagem e “preparo para a vida”. Tal percepção pode ser comprovada pelo relato da mãe de R., 12 anos, que ajudava em casa desde os oito anos, citado na página anterior:

“(...) É importante ela ajudar, assim dentro de casa, fora não gosto, ela é nova. Mas aqui dentro é bom para ela aprender (...)”.

A satisfação da criança em trabalhar, de acordo com o Quadro 18, era alta, tendo sido encontrado apenas 8,3% de crianças/adolescentes que não estavam satisfeitas em trabalhar. Os motivos de satisfação eram em sua maioria, no caso do trabalho doméstico, o fato de estar ajudando os pais (60,0%), e no caso do trabalho fora de casa, o gosto pelo trabalho (50,0%). No entanto, em 60,0% dos casos, no segmento do trabalho fora de casa, o “gostar de trabalhar” estava associado ao salário recebido, que propiciava às crianças satisfação de necessidades próprias (36,7%); uma forma de ajudar financeiramente em casa (33,3%); o uso pessoal e a contribuição familiar (23,3%) e a poupança com algum dinheiro (6,7%).

Quadro 18 - Definições da situação pela percepção infantil, em função da satisfação e dos sentimentos infantis em relação ao seu trabalho. Governador Valadares, 1999/2000

| Definições Infantis no Processo Decisório | Unidade | Segmentos | | Amostra Conjugada |
|--|---------|---------------|--------------------|-------------------|
| | | Trabalho Fora | Trabalho Doméstico | |
| 1. Motivos de satisfação da criança em trabalhar: | | | | |
| - Ocupar o tempo/divertir-se | | 16,7 | 6,7 | 11,7 |
| - Aprender e se encaminhar na vida | % | 10,0 | z | 5,0 |
| - Gosta de trabalhar | | 50,0 | 20,0 | 35,0 |
| - Sente-se bem em ajudar a seus pais | | 20,0 | 60,0 | 40,0 |
| - Não está satisfeito | | 3,3 | 13,3 | 8,3 |
| 2. Sentimento relacionado ao trabalho: | | | | |
| - Sente-se bem em trabalhar | % | 93,3 | 86,7 | 90,0 |
| - Não se sente bem em trabalhar | | 6,7 | 13,3 | 10,0 |

O relacionamento da criança/adolescente com o seu trabalho e no ambiente de trabalho, de acordo com os Quadros 18 e 19, pode ser considerado positivo. A maior parte dos entrevistados disse sentir-se bem com o seu trabalho (90,0%). No que se referiu ao trabalho fora de casa, os motivos estavam associados ao sentimento de relevância pessoal criada pelo ato de trabalhar, em 39,3% dos casos; ao gosto pelo trabalho (21,5%); ao salário

Quadro 19 - Relacionamento das crianças/adolescentes com o seu trabalho e no ambiente de trabalho. Governador Valadares-MG, 1999/2000

| Aspectos | Unidade | Segmentos | | Amostra Conjugada |
|---|---------|---------------|--------------------|-------------------|
| | | Trabalho Fora | Trabalho Doméstico | |
| 1. Adequação do trabalho em relação à idade | | | | |
| - Acha adequado | | 89,3 | 76,7 | 82,7 |
| - Não é adequado | % | 10,7 | 23,3 | 17,3 |
| 2. Percepção da intensidade do trabalho | | | | |
| - Acha que trabalha em excesso | % | 16,7 | 6,7 | 11,7 |
| - Acha o trabalho pouco, leve e simples | | 83,3 | 93,7 | 88,3 |
| 3. Riscos do trabalho (percepção da criança) | | | | |
| - Postura incorreta | | 23,3 | 26,7 | 25,0 |
| - Carregamento de peso | | 60,0 | 33,3 | 46,7 |
| - Tarefas repetitivas | | 66,7 | 100,0 | 83,3 |
| - Violência/maltrato | % | 13,3 | 16,7 | 15,0 |
| - Exposição a poeira | | 70,0 | 66,7 | 68,3 |
| - Uso de ferramentas cortantes | | 36,7 | 56,7 | 46,7 |
| - Ocorrência de acidentes | | 6,7 | 10,0 | 8,3 |
| - Equipamentos em más condições | | 16,7 | z | 8,3 |
| - Não acham o trabalho perigoso | | 86,7 | 90,0 | 88,3 |
| 4. Independência no ambiente de trabalho | | | | |
| - Tem liberdade | % | 46,7 | 36,7 | 41,7 |
| - Apenas obedece ordens | | 53,3 | 63,3 | 58,3 |

recebido (14,2%); às expectativas futuras/aprendizagem (14,2%); e ao bom tratamento recebido no trabalho (3,5%). Em se tratando do trabalho doméstico, os motivos associavam-se, principalmente, à satisfação de estarem ajudando a mãe (60,0%) e, em 40,0% dos casos, ao sentimento de relevância pessoal, somada à questão da ocupação do tempo. No trabalho doméstico, 13,3% dos entrevistados não se sentiam bem, trabalhando.

Conforme o Quadro 19, a maior parte das crianças/adolescentes não percebia sua carga de trabalho como excessiva e não reconhecia riscos no trabalho (83,3%). Os motivos relacionados à não-intensidade, em 63,3% dos casos, eram devido à simplicidade, facilidade e baixa carga de obrigações; os outros 36,7% deviam-se ao gosto pelo trabalho e ao fato de as atividades serem classificadas como não-cansativas. O interessante é notar que, apesar de terem sido identificados riscos, principalmente no que se refere à repetição de tarefas e carregamento de peso, eles não classificaram seu trabalho como perigoso.

Outro ponto é a questão da liberdade, que no trabalho doméstico era menor, já que 63,3% das crianças/adolescentes apenas obedeciam às ordens, sem liberdade para resolverem sobre as tarefas que iriam executar.

5.2.5. Sintomas e nível de estresse infantil

Os sintomas de estresse infantil foram divididos em somáticos e cognitivos. Nota-se, de acordo com o Quadro 20, que é mais alta a incidência de sintomas cognitivos, podendo-se citar no caso do trabalho fora os seguintes: brigas na família (86,7%), esquecimentos/falhas de memória (70,0%), brigas com pessoas (66,7%) e dificuldades na realização de tarefas (63,4%). Já no que se refere ao trabalho doméstico, os percentuais mais altos para os sintomas cognitivos foram: brigas e discussões (76,7%), tristeza (70,0%), esquecimento de coisas a fazer (63,7%) e impulsividade (60,0%).

Quadro 20 - Ocorrência de sintomas cognitivos do estresse em crianças/adolescentes trabalhadoras de Governador Valadares-MG, 1999/2000

| Aspectos Cognitivos do Estresse | Unidade | Segmentos | | Amostra Conjugada |
|---|---------|---------------|--------------------|-------------------|
| | | Trabalho Fora | Trabalho Doméstico | |
| - Brigas e discussões familiares | | 86,7 | 76,7 | 71,7 |
| - Brigas na escola e, ou, no trabalho | | 43,4 | 26,7 | 35,0 |
| - Brigas e impaciência com pessoas em geral | | 66,7 | 76,7 | 67,7 |
| - Cansaço físico | | 46,7 | 46,7 | 46,7 |
| - Dificuldades na realização de tarefas escolares ou laborais | % | 63,4 | 46,7 | 55,0 |
| - Esquecimento de coisas a fazer | | 70,0 | 63,7 | 66,7 |
| - Desânimo para conversas | | 26,7 | 33,7 | 30,0 |
| - Desatento na escola/trabalho | | 43,4 | 30,0 | 36,7 |
| - Sem vontade para nada | | 46,7 | 56,7 | 51,7 |
| - Fazendo coisas impulsivas, inquieto | | 56,7 | 60,0 | 58,4 |
| - Desanimado com a vida | | 20,0 | 40,0 | 30,0 |
| - Sentindo-se triste | | 56,7 | 70,0 | 63,4 |
| - Vontade de ficar sozinho | | 26,7 | 23,3 | 55,0 |
| - Vontade de chorar, esconder-se | | 36,7 | 30,0 | 33,4 |
| - Sentindo o mundo contra | | 33,3 | 23,7 | 28,4 |
| - Pensando coisas negativas | | 56,7 | 36,7 | 46,7 |

No que se refere aos sintomas somáticos (Quadro 21), para o grupo de crianças/adolescentes que realizavam trabalho fora de casa, constatou-se que os sintomas predominantes foram: tique nervoso (86,7%) e dor de cabeça (67,7%), enquanto para o grupo do trabalho doméstico os destaques foram: dores de cabeça (80,0%), modificações no apetite (66,7%) e tique nervoso (63,7%).

Quadro 21 - Ocorrência de sintomas somáticos do estresse em crianças/adolescentes trabalhadoras de Governador Valadares, 1999/2000

| Aspectos Somáticos e Cognitivos do Estresse | Unidade | Segmentos | | Amostra Conjugada |
|---|---------|---------------|--------------------|-------------------|
| | | Trabalho Fora | Trabalho Doméstico | |
| - Dores nas costas | | 50,0 | 33,7 | 41,7 |
| - Dores de cabeça | | 67,7 | 80,0 | 73,4 |
| - Suor frio nas mãos | | 20,0 | 23,7 | 21,7 |
| - Dores de barriga | % | 30,0 | 23,7 | 26,7 |
| - Dificuldades para dormir | | 43,4 | 20,0 | 31,7 |
| - Modificações no apetite | | 36,7 | 66,7 | 51,7 |
| - Diarréia | | 13,4 | 13,4 | 13,4 |
| - Fraqueza no corpo | | 50,0 | 33,7 | 41,7 |
| - Tique nervoso | | 86,7 | 63,7 | 75,0 |

Nesse sentido, de acordo com os Quadros 20 e 21, ao comparar a frequência de sintomas de estresse entre os dois grupos amostrais, pode-se observar que as crianças/adolescentes que trabalhavam fora de casa apresentaram os percentuais mais altos do que as crianças/adolescentes do trabalho doméstico em 14 dos sintomas, ressaltando-se uma diferença de mais de 10 pontos percentuais nos seguintes: dores nas costas, dificuldades para dormir, fraqueza no corpo, tique nervoso, brigas no trabalho/escola, dificuldades e desatenção na realização de tarefas escolares e pensamento negativo. Entretanto, no caso do trabalho doméstico, os sintomas que tiveram valores de 10 pontos percentuais mais altos, quando comparados aos valores do segmento do trabalho fora de casa, foram: dor de cabeça, modificações no apetite, desânimo com a vida e tristeza.

É interessante analisar essas diferenças, que podem estar evidenciando que sair de casa para trabalhar significa “distração” e maior esperança, visto os índices mais altos para os sintomas cognitivos de tristeza e desânimo no segmento do trabalho doméstico. Entretanto, em contraste, os pontos com maiores percentuais no trabalho fora de casa indicam problemas relacionados a desatenção, fraqueza, dificuldades para dormir e realização de tarefas, que são sintomas indicadores de esgotamento físico e mental, que provavelmente são causados pelo trabalho realizado durante períodos maiores e com maior regularidade, prejudicando, de forma mais acentuada, a criança/adolescente que o realiza.

O nível geral de estresse, conforme apresentado no Quadro 22, teve a seguinte distribuição: 61,6% das crianças encontravam-se no nível 1, considerado normal; 35,0% no nível intermediário, em que já se faz necessário buscar o conhecimento de formas mais eficazes para o enfrentamento do estresse, eliminando as fontes estressoras; e apenas 3,4% das crianças encontravam-se no nível 3, considerado alarmante. Constatou-se, também, que não ocorreu diferença significativa nos percentuais de intensidade do estresse entre os dois segmentos, embora a ocorrência diferenciada dos sintomas seja significativa.

Quadro 22 - Intensidade do estresse em crianças/adolescentes trabalhadoras do município de Governador Valadares-MG, 1999/2000

| Nível de Estresse Infantil | Unidade | Trabalho Fora | Segmentos Trabalho Doméstico | Amostra Conjugada |
|--------------------------------|---------|---------------|------------------------------|-------------------|
| - Nível 1 (de 25 a 49 pontos) | % | 60,0 | 63,3 | 61,6 |
| - Nível 2 (de 50 a 74 pontos) | | 36,6 | 33,3 | 35,0 |
| - Nível 3 (de 75 a 100 pontos) | | 3,4 | 3,4 | 3,4 |

As crianças/adolescentes que se encontravam no nível intermediário de intensidade do estresse, com valores próximos ao nível mais alto, curiosamente se inseriam em atividades laborais que podem ser analisadas

como prejudiciais, como: o serviço doméstico em casa de terceiros e a venda ambulante, ou ainda, no caso do segmento do trabalho doméstico, ficavam responsáveis pela limpeza da casa e cozinha, não havendo, em alguns casos, a divisão de tarefas na família. Outros eventos que podem somar-se às características estressantes do trabalho infantil dizem respeito à vida familiar, tendo, em alguns casos, a separação dos pais e as dificuldades econômicas sido apontadas como motivos para a existência do trabalho infantil na família.

Uma análise mais profunda da situação das crianças/adolescentes que apresentavam alto nível de estresse (de 75 a 100 pontos no inventário de sintomas) mostra que elas estavam inseridas, no caso do trabalho fora de casa, em atividades que podem ser classificadas como de risco (vendedores ambulantes; limpador de peças numa gráfica; “flanelinha”, que envolve o trabalho noturno em um estacionamento; e serviço doméstico, que envolve os cuidados com a casa, a alimentação e com a criança). Os menores eram todos adolescentes que trabalhavam, em sua maioria, para ajudar na economia familiar e cujas famílias vivenciavam problemas com álcool, separação e prisão de algum membro; na metade dos casos, os chefes familiares não eram os pais/responsáveis.

No que tange ao trabalho doméstico, os casos de alto estresse associavam-se a tarefas laborais infantis caracterizadas por muitas responsabilidades com serviços gerais de limpeza, que no entanto, na concepção dos pais, em metade dos casos, eram classificadas como tarefa socializadora; em outros casos, eram vistas como ajuda aos pais e, também, reconhecia-se a interferência de problemas familiares de doença. Eram, em sua maioria, crianças com até 11 anos que trabalhavam nas tarefas domésticas há três anos, em média, pertencentes à família quebrada ou cujo chefe não era o pai/responsável.

5.2.6. Conhecimentos para lidar com o estresse

A contextualização do estresse foi realizada por meio de variáveis que pudessem constituir um quadro do relacionamento familiar geral e, especificamente, entre pais e filhos, de forma a possibilitar uma noção sobre o padrão de enfrentamento de situações estressantes. Conforme descrito no Quadro 23, foi relativamente baixa, em torno de 35,0%, a ocorrência de problemas causadores de revolta nas crianças/adolescentes trabalhadoras, nos dois segmentos analisados, principalmente por questões de ordem familiar.

Os conflitos aconteciam em baixo nível, quando eram entre os pais e a criança (28,3%), aumentando quando estavam relacionados aos cônjuges (66,7%), bem como entre as crianças e os demais familiares (75,0%). No entanto, cabe ressaltar que 75,0% dos conflitos entre os cônjuges eram rotineiros, relacionados à discordância de pensamentos e ações, não incluindo problemas de ordem mais séria.

Os conflitos de ordem mais séria apareceram em 25,0% das famílias entrevistadas, envolvendo separações, assim como os casos em que um dos pais era ausente, o que evidencia um problema de ordem crônica, mais do que de relações cotidianas, indicando disfunção familiar de longo prazo, conforme abordado por CHIPKEVITCH (1995).

No caso especial do relacionamento entre a criança/adolescente trabalhadora e seus demais familiares (irmãos, em sua maioria), o percentual de conflitos foi alto (75,0%); todavia, incluem-se discussões corriqueiras, que não caracterizavam maior desunião e falta de respeito.

No que tange à satisfação infantil com o ambiente familiar, 66,7 e 76,7%, das crianças que trabalhavam fora e dentro de casa, respectivamente, disseram gostar de ficar em casa. O percentual mais baixo para o trabalho fora de casa pode estar indicando alguma relação com a busca de trabalho como forma de fugir dos problemas e para uma melhoria de vida, visto que 42,9% das crianças que disseram não gostar de ficar em casa procuraram trabalho elas próprias, sem que a idéia tivesse partido de outras pessoas, mesmo que membros familiares.

Quadro 23 - Contextualização do estresse na tomada de decisão das famílias de crianças/adolescentes trabalhadoras de Governador Valadares-MG, 1999/2000

| Contextualização do Estresse | Unidade (%) | Segmentos | | Amostra Conjugada |
|---|-------------|---------------|--------------------|-------------------|
| | | Trabalho Fora | Trabalho Doméstico | |
| 1. Revolta com problemas: | | | | |
| - Problemas familiares | | 16,7 | 26,7 | 21,7 |
| - Problemas escolares | | 6,7 | 10,0 | 8,3 |
| - Outros problemas | | 6,7 | 3,3 | 5,0 |
| - Não se sente revoltado | | 70,0 | 60,0 | 65,0 |
| 2. Existência de conflitos familiares: | | | | |
| - Entre os cônjuges | | 63,3 | 70,0 | 66,7 |
| - Entre a criança e seus pais | | 23,3 | 33,3 | 28,7 |
| - Entre criança e demais familiares | | 76,7 | 73,3 | 75,0 |
| 3. Satisfação com o ambiente familiar: | | | | |
| - Está satisfeita | | 66,7 | 76,7 | 71,7 |
| - Não está satisfeita | | 33,3 | 23,3 | 28,3 |
| 4. Discussões de problemas da criança: | | | | |
| - Com pessoas da família | | 46,7 | 46,7 | 46,7 |
| - Com pessoas de fora | | 20,0 | 16,7 | 18,3 |
| - Prefere isolar-se | | 33,3 | 36,6 | 35,0 |
| 5. Comunicação entre pais e filhos | | | | |
| - São poucas as conversas | | 13,3 | 6,7 | 10,0 |
| - São muitas, sobre diversos assuntos | | 63,3 | 80,0 | 71,7 |
| - São em nível médio | | 23,4 | 13,3 | 18,3 |
| 6. Confiança e coerência familiar: | | | | |
| - Visão dos problemas de forma positiva | | 90,0 | 86,7 | 88,3 |
| - Respeito mútuo entre os membros | | 100,0 | 96,7 | 98,3 |
| - Orgulho e sentimento de pertencer à família | | 96,7 | 100,0 | 98,3 |

De acordo com o Quadro 23, era mais alto o percentual de crianças/adolescentes que preferiam discutir problemas com membros familiares (46,7%) do que aquelas que se isolavam (35,0%) ou discutiam com pessoas de fora da família (18,3%). Este resultado está de acordo com os dados sobre comunicação entre pais e filhos, pois foi alto o percentual (71,7%) de pais que conversam muito com seus filhos, sobre assuntos diversos. No entanto, cabe ressaltar que esse percentual foi um pouco menor (63,3%) para o caso das famílias do grupo de crianças/adolescentes que trabalhavam fora, em

relação ao do trabalho doméstico (80,0%). Estes percentuais podem estar indicando que a saída para o mercado de trabalho diminui as oportunidades de interação entre pais e filhos, mesmo que 30,0% destas crianças/adolescentes trabalhem com os seus pais.

De modo geral, conforme o Quadro 23, os membros familiares vêm seus problemas de forma positiva (88,3%), o que evidencia maior coerência, ou seja, tinham maior capacidade de aceitar eventos estressantes, sem se sentirem desencorajados. Além disto, foi elevada a confiança entre os membros, dado que 98,3% respeitavam-se mutuamente e tinham orgulho em pertencer às suas respectivas famílias.

No que tange à busca de suporte social para o enfrentamento de problemas, de acordo com o Quadro 24, nota-se a predominância da busca por conselhos e experiências alheias (65,0%), seguida pela busca de suporte de amigos (46,7%), de parentes (30,0%) e de instituições sociais e comunitárias. Os percentuais indicam que as famílias estão mais abertas para dividir seus problemas com pessoas conhecidas que passaram por situações semelhantes, do que com instituições e parentes.

Quadro 24 - Suporte social como conhecimento para o enfrentamento de situações estressantes nas famílias de crianças/adolescentes trabalhadoras de Governador Valadares-MG, 1999/2000

| Suporte Social | Unidade | Segmentos | | Amostra Conjugada |
|--|---------|---------------|--------------------|-------------------|
| | | Trabalho Fora | Trabalho Doméstico | |
| - Assistência em instituições e programas sociais e comunitários | | 20,0 | 40,0 | 30,0 |
| - União, compartilhamento de dificuldades e busca de conselhos com parentes | % | 26,7 | 33,3 | 30,0 |
| - Encorajamento e apoio de amigos | | 53,3 | 40,0 | 46,7 |
| - Busca de informações e conselhos de pessoas que passaram por mesmas experiências | | 66,7 | 63,3 | 65,0 |

A clarificação de valores/objetivos foi realizada de forma mais concisa para o segmento do trabalho extradomiciliar, visto que as respostas para o trabalho doméstico continham muitos dados perdidos e não respondidos. Quando respondidas, reproduziam categorias de respostas anteriores, não dando maiores abrangências para novas discussões.

Conforme mostra o Quadro 25, foi baixo o percentual de ocorrência de conflitos por causa do trabalho infantil na família (23,3%), mostrando que este não era um ponto central de discórdia familiar. Este fato pode estar relacionado com o alto índice de conversas entre pais e filhos, sobre o trabalho e as dificuldades da vida (76,7%), indicando, talvez, a internalização de valores por meio da comunicação e do estilo de vida.

Quadro 25 - Clarificação dos valores/objetivos familiares e infantis em função do trabalho infantil existente nas famílias. Governador Valadares-MG, 1999

| Clarificação de valores/objetivos e consideração de alternativas | Unidade | Segmentos | | Amostra Conjugada |
|--|---------|---------------|--------------------|-------------------|
| | | Trabalho Fora | Trabalho Doméstico | |
| - Ocorrem brigas nas famílias por causa do trabalho infantil | | 26,7 | 20,0 | 23,3 |
| - Os pais conversam com os filhos sobre seu trabalho e as dificuldades enfrentadas | | 70,0 | 83,3 | 76,7 |
| - Outras formas, que não o trabalho infantil, para resolução de problemas | % | 36,7 | z | 36,7 |
| - A criança gostaria de parar de trabalhar | | 3,3 | z | 3,3 |
| - Expectativas de uso do tempo dedicado ao trabalho para outras atividades | | 80,0 | z | 80,0 |

A maior parte das famílias, no caso do trabalho fora de casa, não via outras formas para resolução de seus problemas que não o trabalho infantil, já que apenas 36,7% responderam de modo afirmativo, indicando o salário de outros membros, as doações e o próprio trabalho doméstico quando o motivo do trabalho extradomiciliar era evitar os descaminhos da rua.

No que concerne às crianças/adolescentes trabalhadoras, em sua maioria, elas não gostariam de parar de trabalhar, pois apenas 3,3% daquelas pertencentes ao segmento do trabalho fora disseram que preferiam deixar o trabalho. Os motivos alegados estavam relacionados a fatores econômicos próprios ou familiares (33,3%), à ajuda familiar, sem mencionar fator econômico (23,2%), ao gosto pelo trabalho em si (16,8%), à aprendizagem de profissão (13,3%) e à ocupação do tempo (13,3%). Para essas crianças, o trabalho era uma forma de melhorar de vida/sobreviver (40,0%), uma maneira de ganhar dinheiro (23,3%), uma ocupação do tempo (20,0%) e uma forma de estar ajudando às pessoas (16,7%). Estes pontos mostram que o trabalho não contém apenas um componente valorativo econômico, mas também moral, como bem afirma SARTI (1996).

No entanto, quando perguntadas sobre sua expectativa de uso do tempo dedicado ao trabalho, caso não tivessem que trabalhar, 80,0% das crianças/adolescentes disseram preferir usar esse tempo em lazer/brincadeiras (45,8%), ficar à toa (29,2%), em estudos/cursos (16,6%) e 8,3 não responderam.

5.2.7. Adaptação familiar e infantil

De acordo com os Quadros 26 e 27, pode ser considerada medianamente positiva a adaptação familiar e positiva a adaptação infantil referente à administração de situações estressantes.

Contatou-se que os níveis de coesão e flexibilidade para a amostra conjugada foram, em termos médios, 51,7 e 50,0%, respectivamente. O nível geral de satisfação infantil com a qualidade de vida foi bastante alto, girando em torno de 66,7% para os muitos satisfeitos.

Conforme dados apresentados no Quadro 26, a maior parte das famílias podia ser considerada unida (46,7 e 56,6%, respectivamente, para o trabalho doméstico e o trabalho fora de casa). Seguindo-se os níveis de união insatisfatória (30,0 e 16,7%) e desunião (23,3 e 26,7%). Estes índices, conforme o Quadro 2A, foram alcançados principalmente pela interferência dos fatores relativos à

Quadro 26 - Níveis de coesão e flexibilidade como adaptação nas famílias de crianças/adolescentes trabalhadoras de Governador Valadares-MG, 1999/2000

| Nível de Coesão e Flexibilidade Familiar | Unidade (%) | Segmentos | | Amostra Conjugada |
|--|-------------|---------------|--------------------|-------------------|
| | | Trabalho Fora | Trabalho Doméstico | |
| 1. Coesão familiar: | | | | |
| - Família unida | | 56,6 | 46,7 | 51,7 |
| - União insatisfatória | | 16,7 | 30,0 | 23,3 |
| - Família desunida | | 26,7 | 23,3 | 25,0 |
| 2. Flexibilidade familiar: | | | | |
| - Flexíveis | | 53,3 | 46,7 | 50,0 |
| - Flexibilidade insatisfatória | | 30,0 | 33,3 | 31,7 |
| - Estrutura rígida | | 16,7 | 20,0 | 18,3 |

busca do bem-estar familiar, mediante a realização de objetivos comuns (78,3%), a busca de proximidade entre os membros (71,3%), a discussão de problemas com amigos (21,7%) e a facilidade para discussão de problemas com familiares (61,5%).

Em relação à flexibilidade familiar para o enfrentamento de estresse, percebeu-se que a maior parte das famílias podia ser classificada como flexível no segmento do trabalho doméstico (46,7%) e no grupo do trabalho fora de casa (53,3%). As outras famílias apresentavam flexibilidade insatisfatória (33,3 e 30,0%, para o trabalho doméstico e para o trabalho fora, respectivamente). Já as famílias com estrutura rígida estiveram em torno de 20,0% para o trabalho doméstico e 16,7%, para o trabalho extradomiciliar.

É interessante notar a queda do percentual relacionado às questões sobre a participação dos membros familiares na tomada de decisões. No que tange à participação de todos os membros, os percentuais foram altos, tanto para o grupo das crianças/adolescentes que realizavam o trabalho doméstico (60,0%) como para o grupo do trabalho fora de casa (86,7%). Quando a situação se referia à participação das crianças na tomada de decisões sobre si mesmas, constatou-se um percentual de 83,3 e de 86,7% para as famílias dos grupos do trabalho fora e do trabalho doméstico, respectivamente. No entanto,

quando a questão era a participação das crianças na tomada de decisão geral, os percentuais caíram, de forma mais acentuada, para os dois segmentos: 63,3 e 36,7%, respectivamente, para o trabalho fora de casa e trabalho doméstico. Assim, quanto mais importante a decisão, menos a criança pode opinar, ocorrendo, também, uma certa restrição de assunto. No entanto, o índice de participação das crianças em assuntos gerais foi bem mais alto no segmento do trabalho fora de casa, indicando que o ingresso no mercado de trabalho tende a acumular poder para a criança, conforme pode ser observado no Quadro 2A.

A respeito do nível de satisfação com a qualidade de vida, que é um indicador da adaptação infantil, interessa chamar a atenção, conforme o Quadro 27, para o diferencial existente entre os dois segmentos, visto que os percentuais foram mais diluídos no trabalho doméstico, para satisfeitos (40,0%) e muito satisfeitos (50,0%), enquanto para o trabalho fora de casa eles foram, respectivamente, 13,3 e 83,4%.

Quadro 27 - Nível geral de satisfação infantil com a qualidade de vida. Governador Valadares-MG, 1999/2000

| Satisfação Infantil com a Qualidade de Vida | Unidade (%) | Segmentos | | Amostra Conjugada |
|---|-------------|---------------|--------------------|-------------------|
| | | Trabalho Fora | Trabalho Doméstico | |
| 1. Insatisfeito | | ----- | ----- | ----- |
| 2. Pouco satisfeito | | 3,3 | 10,0 | 6,7 |
| 3. Satisfeito | | 13,3 | 40,0 | 26,7 |
| 4. Muito Satisfeito | | 83,4 | 50,0 | 66,6 |

Tal resultado mostra, de forma abrangente, que o nível de satisfação com a qualidade de vida é mais alto no segmento do trabalho fora. Os fatores que mais influenciaram a ocorrência de tão alto nível de satisfação nesse segmento foram: a família (86,2%), o lazer (72,4%), a compreensão e o apoio dos pais (72,4%) e a alimentação (79,3%), seguidos do trabalho (65,5%), do relacionamento com parentes e pelo jeito de ser (62,0%). Para o grupo de

crianças/adolescentes do trabalho doméstico, os fatores mais influentes foram: a família (60,0%) e o lazer/compreensão e apoio dos pais (53,3%), conforme o Quadro 3A.

Outra forma de verificar a adaptação familiar foi por meio da mudança de recursos, mediante as medidas de renda *per capita* e de razão de dependência familiar, considerando a contribuição do trabalho infantil realizado fora de casa.

No que diz respeito à razão de dependência dos membros familiares, ao comparar as médias de valores com e sem a contribuição do trabalho infantil, constatou-se que o número médio variou de 3,2 para 2,1, mostrando ser significativa a participação de um membro menor de idade no mercado de trabalho.

Segundo os dados para renda *per capita*, cada membro tinha disponível para o seu sustento o equivalente a R\$ 56,70, que aumentou para R\$ 68,80 (Quadro 28), quando considerada a contribuição da criança. Tal resultado mostra que a contribuição do trabalho infantil, em torno de 17,5%, não conseguiu retirar as unidades familiares do estado de pobreza, pois, conforme os dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), citados por CLEMENTE (2000), o índice de pobreza no Brasil está determinado em R\$ 76,0/mês – quantia referente ao custo de uma cesta de alimentos que contenha o mínimo necessário para uma pessoa se alimentar durante um mês, segundo os critérios fixados pela OMS (Organização Mundial da Saúde).

Quadro 28 - Demandas e mudança de recursos financeiros na família, em função da contribuição do trabalho infantil. Governador Valadares-MG, 1999/2000

| Recursos Familiares | Unidade | Demandas - Sem Trabalho Infantil | Recursos Mudados - Com Trabalho Infantil |
|----------------------------|----------|----------------------------------|--|
| 1. Renda <i>per capita</i> | R\$ 1,00 | R\$ 56,7 | R\$ 68,8 |
| 2. Razão de dependência | Nº | 3,2 | 2,1 |

5.3. Resultados da correlação de Spearman

Com o objetivo de verificar o nível de associação entre o nível de estresse infantil e as variáveis relacionadas ao manejo de recursos, utilizou-se a correlação de Spearman. A partir desta análise, conforme mostra o Quadro 29, as variáveis que estavam correlacionadas com o nível de estresse infantil foram: o nível de escolaridade do pai, a presença de membros maiores de 18 anos na família, a satisfação com o tempo disponível para o lazer, a percepção infantil da intensidade de seu trabalho e os níveis de coesão e flexibilidade familiar.

Quadro 29 - Correlações entre o nível de estresse infantil e as variáveis do manejo de recursos familiares em situações de crise e estresse. Governador Valadares-MG, 1999/2000

| Variáveis | Coefficientes de Correlação | Nível de Significância |
|--|-----------------------------|------------------------|
| - Escolaridade do pai | - 0,1171 | 0,0474 |
| - Percepção da intensidade do trabalho | 0,2210 | 0,0448 |
| - Presença de membros maiores de 18 anos | - 0,3295 | 0,0057 |
| - Insatisfação com o lazer | 0,2894 | 0,0131 |
| - Nível de coesão | - 0,2125 | 0,0513 |
| - Nível de flexibilidade | - 0,1790 | 0,0846 |

No que se refere ao nível de escolaridade do pai da criança trabalhadora, observou-se que quanto menor o grau de escolaridade paterno maior a tendência da criança apresentar um alto nível de estresse. Este dado pode ser comprovado estatisticamente pelo sentido inverso da correlação em um nível de significância de 4,7%, além de ser validado pelos dados descritivos da frequência cruzada, que demonstram que 58,3% dos pais com menor escolaridade (analfabetos) eram os que possuíam filhos trabalhadores precoces, com nível de estresse mais elevado. Este resultado se confirma pelas argumentações de BARROS e SANTOS (1991), quando associam a questão

da escolaridade paterna à ocorrência do trabalho infantil na família, pois com a perda de capital humano, conseqüentemente, a inserção do chefe de família no mercado laboral se dá de forma precária, fazendo com que a criança tenha que atuar com obrigatoriedade no aumento dos recursos familiares. Fazendo uma análise cruzada do nível de escolaridade com a renda *per capita*, percebeu-se que 66,7% dos pais analfabetos possuíam um nível inadequado de renda, já que a renda *per capita* era menor que meio salário mínimo (R\$ 65,00). Outro ponto de relevância que se associava a esta questão era o fato de 50,0% das crianças/adolescentes trabalhadoras não serem ouvidas na tomada de decisão familiar, o que acaba interferindo no nível de estresse infantil.

A respeito da presença de membros maiores de 18 anos, pôde-se notar que quanto menor o número de pessoas maiores de 18 anos na família, maior era a probabilidade do nível de estresse infantil estar assumindo valores elevados, o que podia ser assegurado estatisticamente pelos resultados da associação inversa em nível de 0,57%. Os dados amostrais indicam este sentido da correlação, pois em 72,1% das famílias com membros maiores de idade as crianças/adolescentes trabalhadoras encontravam-se com baixo nível de estresse.

No que se refere ao lazer, foi constatada uma associação direta entre a insatisfação com o tempo disponível para o lazer e o nível de estresse, pois quanto mais a criança/adolescente dizia estar insatisfeita com seu tempo para o lazer maior era a tendência dela assumir um alto nível de estresse, dado comprovado em um nível de significância igual 1,31%. A frequência cruzada mostrou que 80,9% das crianças/adolescentes que não sentiam falta de lazer apresentavam-se em um baixo nível de estresse.

Por outro lado, em relação à percepção infantil da intensidade de seu trabalho, observou-se que quanto mais a criança/adolescente percebia seu trabalho como excessivo, maior era a sua tendência em apresentar estresse mais elevado, em um nível de significância estatística de 4,48%. O cruzamento das variáveis mostrou que 66,04% das crianças/adolescentes com baixo nível de estresse não consideravam estar trabalhando muito.

Esses dados sobre intensidade do trabalho e lazer mostram a realidade das necessidades infantis, em que o estresse correlaciona-se com a responsabilidade e maturação precoce (CHIPKEVITCH, 1995; LIPP, 1996), envolvendo atribuições do mundo do trabalho, somadas às poucas oportunidades de repouso/lazer. A criança/adolescente, como ser em condições especiais de desenvolvimento, encontra-se mais suscetível ao estresse, apresentado demandas reais para a educação e o lazer, e não para o trabalho (GONÇALVES, 1997).

No que tange à adaptação familiar, notou-se uma associação inversa entre os níveis de coesão/flexibilidade e o nível de estresse infantil, o que indicou que quanto menor o nível de coesão e de flexibilidade familiar maior a tendência da criança/adolescente apresentar estresse em níveis mais elevados, dado comprovado estatisticamente em um nível de significância de 5,13% para a coesão. A frequência cruzada mostrou que 68,75% das crianças/adolescentes que pertenciam a famílias com alta coesão e 76,92% das famílias com média coesão foram as que apresentaram menores níveis de estresse. Por outro lado, em relação à flexibilidade, existiu também uma associação inversa, visto que quanto maior a flexibilidade familiar menor o estresse infantil, dado comprovado estatisticamente a 8,46% de significância. Por meio da frequência cruzada, observou-se que 73,3% das crianças/adolescentes das famílias com flexibilidade mais alta apresentaram-se com mais baixo nível de estresse.

Pôde-se perceber ainda, pelos níveis de significância do Quadro 29, que as variáveis com maior grau de associação, em ordem decrescente, em nível de estresse infantil foram: o fato de a família contar ou não com membros maiores de 18 anos, a satisfação infantil com o seu tempo disponível para o lazer, a percepção infantil da intensidade de seu trabalho, a escolaridade do pai/responsável e os níveis de coesão e flexibilidade familiar.

6. RESUMO E CONCLUSÕES

Com o objetivo de analisar a realidade do trabalho infantil, tanto dentro como fora de casa, visando, especificamente, o conhecimento de suas causas e se o mesmo gerava uma situação de estresse infantil ou representava uma adaptação da unidade familiar, diante das condições estressantes, foi selecionada uma amostra não-probabilística de crianças e adolescentes trabalhadores de 10 a 15 anos incompletos, residentes no meio urbano de Governador Valadares, município inserido nos “bolsões-de-miséria” da região do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais.

Os resultados referentes ao **perfil pessoal das crianças/adolescentes** indicaram diferenças entre um segmento e outro, no que tange ao sexo e à idade das crianças/adolescentes trabalhadoras. Para o trabalho doméstico, houve o predomínio de meninas na idade de dez anos, enquanto no segmento do trabalho fora predominou o sexo masculino com 12 anos de idade, o que está de acordo com as evidências nacionais, que chamam a atenção para a falha das estatísticas sobre trabalho infantil, no que se relaciona à participação de meninas, principalmente em virtude da obscuridade do trabalho doméstico. No que se refere à naturalidade, em sua maior parte eram crianças e adolescentes nascidos em Governador Valadares, o que sugere a maior probabilidade de integração social e a formação de redes de intercâmbio.

As **famílias** participantes da amostra pertenciam à categoria nuclear, em mais da metade dos casos, cujo número médio de filhos era 3,2, estando no estágio de maturação familiar, na maioria dos casos. Os chefes eram do sexo masculino, em sua maioria, apesar de ter sido constatado que um quarto das famílias era chefiada por mulheres. Esse perfil familiar coincide com as estatísticas brasileiras, de acordo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (IBGE, 1999).

O **processo decisório familiar** esteve bastante permeado pelo valor que é atribuído ao trabalho como agente socializador, apesar de ter havido a influência de fatores estressantes, em um pequeno contingente da amostra, sendo a pobreza um fator preponderante, como bem afirma CERVINI et al. (1991).

Os **fatores estressantes** que mais influenciaram o processo de tomada de decisão referente ao trabalho precoce foram a separação dos pais, o vício alcoólico na família, as dificuldades com dívidas assumidas, o desemprego e a doença de algum membro. Além destes eventos, eram poucos os **recursos** materiais e humanos de que as famílias dispunham para lidar com as situações estressantes, seja ela a pobreza ou outro evento citado. Em sua maior parte, os membros familiares tinham baixo nível de escolaridade, devendo-se ressaltar que os pais/responsáveis não tinham o equivalente ao ensino fundamental. Assim, a escolaridade era um fator que contribuía para a ocorrência do trabalho infantil, visto que quanto menor a escolaridade dos pais mais cedo o filho ingressava no mercado de trabalho (BARROS e SANTOS, 1991). Este fato, associado ao pequeno número de famílias que contavam com a presença de outros membros maiores de 18 anos; o baixo nível de renda que, em média, era de R\$ 333,00 mensais; bem como o baixo *status* ocupacional dos pais, que eram, de modo geral, vendedores autônomos e donas de casa, concorriam para a existência de trabalho infantil nas famílias da amostra em estudo.

Mais da metade das crianças/adolescentes entrevistadas freqüentavam a 3^a e 4^a séries do ensino fundamental, em horários da tarde ou manhã, de escolas públicas do meio urbano. A maioria das crianças/adolescentes

freqüentou a pré-escola ou, mais precisamente, o 3º período da educação pré-escolar. No caso do segmento do trabalho fora, a defasagem escolar atingiu mais da metade dos entrevistados, enquanto para o segmento do trabalho doméstico o nível de repetência foi um quinto menor.

Todas as crianças/adolescentes entrevistadas desfrutavam de algum tempo para o lazer, que em sua maioria era utilizado assistindo à TV, seguindo-se, para o trabalho doméstico, brincadeiras e jogos, como “amarelinha”, brincar de casinha etc., e para o trabalho fora, futebol e outros esportes. As categorias de lazer associavam-se ao sexo predominante em cada segmento estudado, já que “brincar de casinha” é culturalmente descrito como “brincadeira de menina”, pois a sociedade estabelece o modelo do ser feminina e do ser masculino, incorporando-se a preferência por determinados jogos, roupas e outros padrões de socialização (AMARAL, 1997), ocorrendo também as diferenciações por gênero, no caso das tarefas laborais, como já abordado.

O **trabalho doméstico** realizado por crianças/adolescentes envolvia, de forma mais significativa, meninas executando atividades de limpeza da casa e, ou, da cozinha, embora tenham ocorrido casos de meninos responsabilizando-se por serviços de arrumação da cozinha e limpeza do banheiro, além de se envolverem com serviços gerais e cuidados de criança, naqueles casos de famílias que não possuíam membros femininos menores de idade.

No **trabalho fora de casa**, as crianças eram, em sua maioria, meninos, vendedores ambulantes/camelô ou trabalhadores no comércio formal, ocorrendo também o serviço doméstico em casa de terceiros, entre outras ocupações.

Essas crianças/adolescentes trabalhadoras ingressaram, em mais da metade dos casos, entre 9 e 11 anos no mercado de trabalho, sendo os que ajudavam em casa o faziam principalmente entre seus 6 e 11 anos, o que mostra que as crianças do trabalho doméstico estavam há mais tempo envolvidas com atividades laborais.

Outro fator que diferenciava o trabalho doméstico do trabalho fora de casa era a questão da **intensidade do trabalho**. O primeiro realizava-se, em

média, durante 1,5 hora/dia, por 5,3 dias/semana, envolvendo, em média, 1,7 atividade. Já o segundo era realizado, em média, em 4,8 horas/dia, durante 3,9 dias/semana, com um número médio de atividades de 2,2.

A **remuneração infantil** foi medida, em termos monetários, para o trabalho fora de casa, assumindo um valor médio de R\$33,00, devendo-se ressaltar que todas as crianças/adolescentes não chegavam a receber um salário mínimo. Verifica-se, desta forma, que era legitimada a discriminação salarial imposta às crianças, com a idéia de que o trabalho infantil/informal é menos eficiente e complementar ao do adulto.

As **demandas familiares** que levaram à existência do trabalho precoce associavam-se, em metade dos casos, às necessidades familiares e, em grande parte, para evitar os “descaminhos da rua” (SARTI, 1996). Relacionavam-se, principalmente no trabalho fora, ao aumento da segurança financeira, já que a razão de dependência média era de 3,2 membros e a renda *per capita*, sem a contribuição da criança/adolescente, era de R\$ 56,70, valor menor que meio salário mínimo da época (R\$ 130,00, em maio/99). Os dois fatores, razão de dependência e renda *per capita*, são indicativos de vulnerabilidade familiar, retratando a situação de adversidade e pobreza.

A **influência de outros eventos** estressores, além da pobreza preponderante, foi mais alta para o grupo que trabalhava fora de casa, indicando, provavelmente, que a tomada de decisão sobre o trabalho infantil, em nível doméstico, tende a ser mais rotineira e casual. Foram citados como eventos influentes do trabalho precoce a separação dos pais, a perda de emprego, o vício alcoólico, a prisão e a doença na família.

As **demandas infantis** dizem respeito à **escola**, que é um componente da vida cotidiana das crianças/adolescentes, pois as mesmas, em sua maioria, gostavam de estudar, dando importância à aprendizagem para ganhos futuros. Encontravam, porém, dificuldades neste âmbito, relacionadas ao próprio exercício do aprender e apreender conteúdos de disciplinas específicas, mesmo que tenham tido, na maior parte das vezes, ajuda de familiares na realização de tarefas escolares. Demandavam também melhorias na escola, no que se

referia, em grande parte, à estrutura física. O que se retratou também em termos de demanda infantil foi o **lazer**, pois aproximadamente um terço das crianças/adolescentes não se encontrava satisfeita com esse componente da vida, o que evidencia a necessidade de mais tempo para a realização de outras tarefas, que demandariam implantação de infra-estrutura esportiva para o lazer, na cidade em estudo.

As **definições da situação** infantil e familiar no processo de administração de recursos estiveram permeadas por valores (DEACON e FIREBAUGH, 1988), nos quais o trabalho infantil foi explicado, de forma mais restrita e consistente, pelo seu valor moral/socializador (ARAÚJO, 1996; SARTI, 1996), vinculado às concepções e expectativas materno-paternas.

Assim, o trabalho infantil nascia, em mais da metade das famílias, de expectativas maternas, o que indica uma certa hierarquia etária associada ao papel socializador da mãe, mesmo que a participação da criança no processo de tomada de decisão tenha sido alta. A idéia partiu também de outros parentes, incluindo o pai, em alguns casos, bem como da própria criança, em quase um quarto dos casos.

A diferença entre motivos para o trabalho e importância do trabalho infantil para a vida familiar deve ser destacada, pois quando se tratava dos motivos ou das razões para que a criança/adolescente trabalhasse, a contribuição infantil era reconhecida como uma demanda da família, embora fosse considerada como de relevância secundária para o orçamento. Por outro lado, a importância do trabalho deu-se, de forma mais significativa, no âmbito socializador/moral, visando a aprendizagem e o sucesso profissional futuro, além de evitar que a criança/adolescente permanecesse na rua e de ele estar relacionado a “criar responsabilidades” e habilidades para a vida doméstica, especialmente no caso do trabalho doméstico, o que está de acordo com as argumentações de LAWRENCE (1983).

Na **visão** dos pais, o **trabalho infantil**, em geral, não era prejudicial à criança/adolescente, sendo sua percepção mais positiva no segmento do trabalho doméstico, que estava associado ao fato de ser desenvolvido em

companhia dos pais, dentro de casa, envolvendo atividades simples e fáceis de serem realizadas.

As **definições infantis** acerca do seu trabalho eram positivas, visto que a grande maioria das crianças/adolescentes, do trabalho extradomiciliar, estava satisfeita em trabalhar, sentindo-se importante e útil em ajudar os seus pais e, também, devido ao “gosto pelo trabalho”, que em mais da metade dos casos associava-se ao salário recebido, que era utilizado de forma bem distribuída, tanto para a satisfação de necessidades próprias quanto para a contribuição do orçamento familiar. No que tange ao trabalho doméstico, a maior parte satisfazia-se em ajudar a mãe, além de ter um sentimento de relevância pessoal, associado à ocupação do tempo. Note-se que existia uma diferença nos motivos de relevância pessoal para os dois tipos de trabalho; no caso do trabalho doméstico estiveram presentes os sentimentos de amor e cuidado com um ente querido (a mãe/avó), quando colaborava e procurava minimizar suas atribuições.

A maior parte das crianças/adolescentes entrevistadas não definia seu trabalho como excessivo, considerando-o simples, fácil, com baixa carga de obrigações, não cansativo, não perigoso e livre de riscos. Foram poucos os que percebiam um perigo potencial no exercício do trabalho infantil, em termos de atropelamento e violência urbana.

O **estresse infantil** esteve, em mais da metade dos casos, em um nível baixo; somente um terço dos entrevistados se situou em um nível intermediário, onde se faz necessário buscar maior conhecimento de formas mais eficazes para o enfrentamento do estresse, visando eliminar as fontes estressoras. Os sintomas ocorreram, de forma diferenciada, nos dois segmentos. No que se refere ao trabalho doméstico, houve predominância de dor de cabeça, modificações no apetite, tique nervoso, brigas familiares, impaciência, tristeza, falhas de memória, impulsividade/inquietação e desânimo. Já para o trabalho fora de casa foram: dores de cabeça, tique nervoso, brigas familiares, falhas de memória, dificuldades na realização de tarefas laborais e escolares.

Para os dois segmentos, foi maior a ocorrência de sintomas cognitivos do estresse, o que está de acordo com o baixo nível e a baixa somatização, indicando que os padrões de enfrentamento familiar/infantil ocorriam em um nível comportamental (CHIPKEVITCH, 1995; LIPP, 1996). No entanto, a diferença existente entre os dois segmentos mostra que o tipo de trabalho pode influenciar o aparecimento de sintomas e o padrão de enfrentamento. O trabalho fora, apesar de trazer maiores esperanças e horizontes para a vida da criança, já que era baixa a ocorrência de tristeza, modificações no apetite e desânimo, trazia, pela análise dos sintomas cognitivos, a fadiga física e mental, o que pode estar explicando a alta ocorrência de repetência neste segmento. Baseando-se em LIPP (1996), os sintomas do trabalho doméstico indicam a necessidade de maior lazer e brincadeiras esportivas na vida da criança.

Foram poucos os casos de estresse alarmante. No entanto, vale ressaltar que as ocupações por eles vivenciadas envolviam situação de risco, pela exposição à violência urbana, ao perigo de atropelamento e à alta carga de obrigações, o que podia se somar aos problemas e às disfunções familiares enfrentadas (CHIPKEVITCH, 1995). Assim, naqueles casos em que a criança/adolescente estava altamente estressada, sua exposição a inúmeros fatores estressantes era maior, além disto, ela não tinha como lidar com estes problemas, devido, provavelmente, à forma de enfrentamento ou de adaptação dos pais (LIPP, 1996). Os prejuízos do trabalho precoce podem ser reafirmados pela análise dos casos de estresse intermediário, que também diziam respeito às crianças/adolescentes que se responsabilizavam por tarefas mais árduas e complexas, como a venda ambulante e o trabalho doméstico.

A forma de **enfrentamento e os conhecimentos para lidar** podem ser considerados bons, posto que é baixa, menor que um quarto, a ocorrência de problemas familiares, causadores de revolta infantil. Os conflitos familiares eram mais de ordem rotineira, relacionados ao viver e conviver, sem grandes problemas funcionais; exceto nos casos em que havia ocorrido a separação dos

pais ou quando a criança vivia com a avó e, ou, com a mãe, sem a presença do pai, refletindo uma problemática de ordem estrutural (CHIPKEVITCH, 1995).

A satisfação infantil com o seu ambiente familiar era boa, pois mais da metade dos entrevistados afirmou gostar de ficar em casa, tendo ocorrido um nível melhor de conversas entre pais e filhos no segmento do trabalho doméstico.

As unidades familiares disseram que percebiam seus problemas de forma positiva, havendo o respeito mútuo entre os membros, bem como o orgulho de pertencer à sua própria família. Buscavam, principalmente, amigos/conhecidos que tivessem experimentado os mesmos problemas, como suporte social, mais do que a ajuda de parentes e outras instituições sociais/comunitárias.

Era baixa a ocorrência de conflitos por causa do trabalho infantil, talvez porque fossem muitas as conversas sobre o trabalho e as dificuldades enfrentadas na vida, devendo-se ressaltar que, em sua maioria, a família não via outra forma de resolução de problemas, que não fosse o trabalho infantil. As crianças/adolescentes não gostariam de parar de trabalhar, provavelmente por pensar nas necessidades imediatas. No entanto, existiam outras opções de demandas infantis, quanto ao uso do tempo dedicado ao trabalho, sendo citados o lazer, ficar à toa e estudos/cursos.

Esses dados indicam que, por meio de conversas e padrões de enfrentamento das adversidades, os valores eram repassados de pai para filho, onde o trabalho infantil era visto como uma necessidade não prejudicial à criança/adolescente que o realizava. Entretanto, foram constatadas diferenciações por tipo de ocupação, já que algumas atividades, no mercado laboral, eram vistas, em comparação às outras, como prejudiciais, estando vinculado o não-prejuízo à presença dos pais/responsáveis. Por outro prisma, a **adaptação** pode ser considerada positiva, pois as crianças/adolescentes sentiam-se muito satisfeitas com sua **qualidade de vida**, onde os domínios mais interferentes foram: a família, o lazer e a compreensão e o apoio dos pais. Tal resultado reflete-se na questão da **coesão e flexibilidade familiar**, que

atingiram níveis satisfatórios, na metade das famílias entrevistadas, estando prejudicadas, em certos casos, pela falta de objetivos comuns e pela dificuldade de discussão de problemas entre os membros, tanto quanto pela não-participação da criança/adolescente, de forma irrestrita, na tomada de decisões. No entanto, percebeu-se que a participação das crianças no processo decisório era mais alta nas famílias do segmento do trabalho fora, o que provavelmente significa que o trabalho extradomiciliar pode estar acumulando certo poder (econômico) à criança/adolescente trabalhadora, visto que houve certa diferenciação na **renda per capita e razão de dependência familiar**, com a contribuição do trabalho precoce.

Todos esses resultados permitem inferir que a família, como *locus* de construção de identidades e como espaço privilegiado de convivência, independentemente da forma como estava estruturada, desempenhava um papel decisivo para que os efeitos do trabalho sobre a criança/adolescente, em termos de nível de estresse, não fossem tão significativos. Mesmo em situação de pobreza e vulnerabilidade, propiciou “formas de lidar” com os problemas, seja por meio de aportes afetivos, valores humanitários e laços de solidariedade, colaborando para o desenvolvimento e bem-estar das crianças/adolescentes e para o próprio processo de adaptação infantil e familiar. Assim, pode-se concluir que o suporte familiar (amor, compreensão, conversas, estar junto, compartilhar momentos, proporcionar senso de controle, união, dignidade e valores) ajuda a neutralizar o contexto macrossocial ou o universo não-familiar, caracterizado por falhas, em termos de desigualdades, desequilíbrio, confusão e desorientação com o qual a criança/adolescente se interacionava.

Além desses resultados, procurou-se, estatisticamente, por meio da Correlação de Spearman, verificar as associações existentes entre as variáveis relativas ao manejo de recursos e o nível de estresse infantil, em função das demandas, dos recursos e das definições de situação presente no processo de tomada de decisão familiar, correspondente ao trabalho infantil. Com isto, pode-se comprovar, estatisticamente, que se a família possuía membros

maiores de 18 anos para dividir as responsabilidades familiares, em busca do enfrentamento de situações estressantes e de adversidade, a criança/adolescente estaria menos afetada e, portanto, com menor nível de estresse. Assim, a família com tendência à nuclearização, numa tentativa de melhorar de vida, dada à sua inadequação de renda e o baixo nível de escolaridade do pai, tende a inserir seu filho menor de idade no mercado de trabalho, diminuindo, desta maneira, o seu tempo disponível para o lazer e, em muitos casos, promovendo a sua inserção em atividades, que demandavam mais esforços (maior número de horas trabalhando, por exemplo, como vendedor ambulante).

Essas situações de adversidade e de estresse familiar estiveram positivamente influenciadas pelo nível de coesão e flexibilidade familiar, o que indica que a busca pelo bem-estar familiar por meio da realização de objetivos comuns, a proximidade entre os membros e a sua participação dos mesmos na tomada de decisões, que ocorre permeada por valores, somaram-se, afetando a forma de como as famílias enfrentam as situações estressantes que vivenciavam. Ou seja, o contexto relacional ou o espaço virtual de ocorrência de relações entre a família e a criança/adolescente foi preponderante das situações de estresse ocorridas em mais da metade da amostra total.

Por isso, faz-se necessário chamar a atenção para o fato de que a forma de enfrentamento infantil e, conseqüentemente, o nível de estresse infantil estão condicionados por valores que permeiam a tomada de decisões familiares, influenciando a percepção infantil/familiar acerca dos prejuízos e das insatisfações existentes. Entretanto, uma visão mais técnica não pode deixar de elucidar os casos de alto estresse e estresse em nível intermediário que se associavam, claramente, ao tipo de trabalho realizado, o que mostra que o trabalho mais árduo, extenuante e expositor da criança/adolescente a riscos, não pôde ter seus prejuízos minimizados pelos valores e pelas formas de enfrentamento individuais/familiares, devido às fontes externas de estresse associadas à própria atividade laboral.

A questão do valor dado ao trabalho deve ser norteadora no direcionamento de trabalhos de conscientização familiar sobre os prejuízos do trabalho infantil, especificamente no meio urbano, onde muitas atividades laborais infantis, por não impedirem a presença na escola e serem realizadas junto com os pais, são classificadas, valorativamente, como educativas e socializadoras.

Por outro lado, considera-se importante ressaltar que o próprio tema “trabalho infantil” trouxe, em alguns casos, certo constrangimento na ocasião das entrevistas, tanto por parte dos pais/responsáveis quanto por parte das crianças/adolescentes, mostrando que é do conhecimento dos mesmos a proibição do trabalho precoce, ficando claro para os investigadores quando este se apresentava como uma forma de exploração, mas ainda assim era classificado por pais e crianças/adolescentes como socializador e bom para a vida infantil.

Por esses fatores abordados e pela importância de estudos dessa ordem, sugere-se que futuramente outras investigações sejam realizadas a respeito dos prejuízos do trabalho precoce, em diferentes localidades, buscando maiores definições das atividades que realmente podem ser classificadas como trabalho educativo, por meio do controle de variáveis relacionadas ao estresse infantil, visto ser este um assunto novo, pouco estudado e de valor vital na gestão de políticas sociais eficazes. Para tanto, o foco de atenção dessas políticas deve passar da criança para o trinômio criança-família-sociedade, em uma base interacionista e construtivista, de forma que a definição das ações prioritárias esteja orientada pelas necessidades, demandas e percepções desse público-alvo, após a observação do ambiente físico e humano do trabalho precoce e a avaliação técnica da gravidade de seus riscos.

Dessa forma, para que o trabalho educativo não se transforme numa forma de exploração, para que o trabalho infantil não interrompa precocemente a infância, tirando das crianças/adolescentes seus direitos e sua plena cidadania, que é o modo como ela constrói a si e ao mundo, é necessário conscientização das famílias e da sociedade, vontade política, competência técnica e conduta interinstitucional das ações, que protejam o desenvolvimento pessoal e integrado das crianças/adolescentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, N. Família e valores na crise institucional da sociedade brasileira. In: **Atualidade em debate**. Rio de Janeiro: Centro João XXIII, 1991. p.1-7. (Caderno 12).
- ALCINO, A.B. de. Stress social e reatividade cardiovascular infantil: um estudo psicofisiológico. In: LIPP, M.E.N. (Org.). **Pesquisas sobre stress no Brasil: saúde, ocupações e grupos de risco**. Campinas, SP: Papyrus, 1996. p.35-46.
- AMARAL, C.C.G. do. Representações sociais nas relações familiares de adolescentes: gênero como elemento de amostragem. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA DOMÉSTICA, 14, 1997, Fortaleza, CE, **Anais...** Fortaleza: ABED, 1997. p.439-442.
- ARAÚJO, V.C. **Criança: do reino da necessidade ao reino da liberdade**. Vitória: EDUFES, 1996. 164p.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. 279p.
- BARROS, M.R., VELAZCO, T. **Is poverty the main cause of child work in urban Brazil?** Brasília, DF: IPEA, 1994. 38p. (Texto para discussão nº 351).
- BARROS, R.P., MENDONÇA, R.S. de. **Determinantes da participação de menores na força de trabalho**. Rio de Janeiro: IPEA, 1990. 34p. (Texto para discussão nº 200).

- BARROS, R.P., MENDONÇA, R.S.P. de. As conseqüências da pobreza sobre a infância e a adolescência. In: FAUSTO, A., CERVINI, R. **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: UNICEF/FLACSO/CBIA, Cortez, 1991. p.47-54.
- BARROS, R.P., SANTOS, E.C. Conseqüências de longo prazo do trabalho precoce. In: FAUSTO, A., CERVINI, R. (Eds.). **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. UNICEF/FLACSO/CBIA, Cortez, 1991. p:56-60.
- BEUTLER, I.F., HERRIN, D.A. Enviromental context in family resource management. In: **Journal of Consumer Studies and Home Economics**. v.7, n.1, p.295-304. 1982.
- BILAC, E.D. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, M.C.B. de. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo, SP: Cortez Ed., EDUC, PUC- SP, 1995. p.29-39.
- BLAIR, S.L., LITCHER, D.T. Measuring the division of household labor. **Journal of Family Issues**, v.12, n.1, p.91-113, 1991.
- BOCK, G., DUDEN, B. Labor of love – love as labor: on the genesis of housework in the west. **Development: seeds of change**. v.4, p.6-13, 1984.
- BRASIL. Mistério do Trabalho. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF, 1998. 87p.
- BRUSCHINI, C. **Mulher, casa e família**: cotidiano nas camadas médias paulistanas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Vértice, 1990. 222p.
- BRUSCHINI, C., RIDENTI, S. Trabalho domiciliar masculino. **Estudos Feministas**, v.3, n.2, p.363-392, 1992.
- BRUSCHINI, C., RIDENTI, S. Trabalho domiciliar: uma tarefa para toda a família. In: SIMPÓSIO DE ECONOMIA FAMILIAR – UMA OLHADA SOBRE A FAMÍLIA NOS ANOS 90, 1996, Viçosa, MG. **Anais ...** Viçosa, MG, UFV, 1996. p.216-231.
- BRYANT, W.K. **The economics organizations of the household**. Cambridge, University Press, 1992. p.1-11.
- CARVALHO, I.M.M. Direitos legais e direitos efetivos - criança, adolescente e cidadania no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.29, p.127-148, 1995.
- CASTRO, L.R. Infância e adolescência hoje. In: CASTRO, L.R.de (Org.) **Infância e adolescência na cultura do consumo**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 1998. p.11-2.

- CEBOTAREV, E. Nuevas perspectivas teóricas sobre el rol de la familia en el desarrollo. In: **Dimensión social del desarrollo: perspectivas para el trabajo con la familia e comunidad**. Manizales: Universidade de Caldas/Facultad de Desarrollo Familiar, p: 13-26. 1984.
- CERVINI, R., BURGUER, F., CORDEIRO, L.D. O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80. In: FAUSTO, A., CERVINI, R. (Eds.) **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: UNICEF/FLACSO/CBIA, Cortez, 1991. p: 17-46.
- CHIPKEVITCH, E. **Puberdade e adolescência: aspectos biológicos, clínicos e psicossociais**. 2.ed., São Paulo: Roca, 1995. 1125p.
- CLEMENTE, I. Capitais perdem mais empregos com crise. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 ago. 2000. Caderno: Dinheiro. p.10.
- CONDIÇÕES de vida nos municípios de Minas Gerais: 1970, 1980, 1991. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1996. 243p. (Estudos especiais, 1).
- CÓRDOBA, A.H. Estrés en la familia colombiana: tensiones típicas y estrategia de afrontamiento. In: **Aportes a la Psicología** [s.d.] p:73-106.
- DANES, S.M., RETTIG, K.D. Farm's wives business and household decision involvement in times of economic stress. In: **Home Economics Research Journal**, v.21, n.3, p.307-333, 1993.
- DEACON, R.E., FIREBAUGH, F.M. **Family resources management: principles and applications**. 2.ed. Boston: Allyn & Bacon, 1988. 291p.
- DOLLAHITE, D.C. Family resource management and family stress theories; toward a conceptual integration. In: **Lifestyles-Family and economics issues**, v.12, n.4. p.361-377, 1991.
- ENGBERG, L. Household resources, women and food security: an ecosystem perspective with case studies from Africa. In: BAKKER, H. **The world crises: food security in comparative perspective**. Toronto, Ontario, 1990. p.229-253.
- FALCONI, K.R.V., FALCONI FILHO, A. **Vencendo o stress: como melhorar as relações sociais, familiares, afetivas e pessoais**. Juiz de Fora: Centro de Cultura Oriente Ocidente, 1998. 59p. (Apostila).
- FIGUEIREDO, M.L.V., ALVARENGA, S.C. O papel da mulher rural nas decisões familiares: um estudo de caso. **OIKOS -Revista Brasileira de Economia Doméstica**. v.5, n.2, p.9-20, 1988.
- FORASTIERI, V. **Children at work: health and safety risks**. Genebra: OIT, 1997. 137p.

- FRANÇA, A.C.L., RODRIGUES, A.L. **Stress e trabalho: guia básico com abordagem psicossomática**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1997. 133p.
- GOIS, A. Repetência no 1º ano continua em 40%. **Jornal Folha de São Paulo**. São Paulo, 8 set. 2000. Caderno: Cotidiano, p.1.
- GONÇALVES, R. O trabalho infantil e a agenda social. **Revista do BNDES**, v.9, n.7, 1997. 23p. (file:/// A/lurev709.htm).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. [1999]. ([http\\www.Ibge.gov.br](http://www.Ibge.gov.br)).
- INSTITUTO GALLUP DE PESQUISA. **Amostragem não probabilística – técnicas de pesquisa de campo – Survey**. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR, 1994. 8p. (mimeo.).
- LAWRENCE, F.C. Time spent in housework by urban adolescents. In: **Home Economics Journal**, v.2, n.2, p.199-205.1983.
- LEFEBVRE, R.C., SANDFORD, S.L. A multi-modal questionnaire for stress. **Journal of Human Stress**. p.69-75, 1985.
- LEVIN, J. **Estatística aplicada a ciências humanas**. 2.ed. São Paulo: Harbra, 1987. 192p.
- LIPP, M.E.N. Stress: conceitos básicos. In: LIPP, M.E.N. (Org.) **Pesquisas sobre stress no Brasil: saúde, ocupações e grupos de riscos**. Campinas, SP: Papirus, 1996. p.17-31.
- MACCUBBIN, H.I., PATTERSON, J.M. Family transitions: adaptation to stress. In: MACCUBBIN, H.I., FIGLEY, C. (Orgs.) **Stress and the family: coping with normative transitions**. Vol. 1. New York: Brunner/Mazel. p. 5-25, 1983.
- MINAS GERAIS. Secretaria de estado do Planejamento e Coordenação Geral/superintendência central de Planejamento Econômico e social. **Perfil sócio-econômico da macrorregião de planejamento X – Rio Doce**, Belo Horizonte: 1994. 149p.
- MONTALI, L. Arranjos familiares: o esforço coletivo para viver na grande São Paulo. **Cadernos de Pesquisa** n.72, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1990. p.58-69.
- MÜLLER, V.R. A criança cidadã e outras: história européia e realidade brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 21, 1997. Goiânia, GO. **Anais...** Goiânia:UFG, 1997. p.247-253.

- OLIVEIRA, Z.L.C. de. Assim caminha a família brasileira: indicações do quadro empírico. In: SIMPÓSIO DE ECONOMIA FAMILIAR. ECONOMIA FAMILIAR: “UMA OLHADA SOBRE A FAMÍLIA NOS ANOS 90”, 1, 1996, Viçosa, MG: UVF, 1996. p.9-22.
- OLSON, D.H. Family types, family stress and satisfaction: a family development perspective. In: FALICOV, C.J. (Org.) **Family transitions: continuity & change over the life cycle**. New York: The Guilford Press, 1988. p. 55-79.
- RIBEIRO, I., RIBEIRO, A.C.T. **Família e desafios na sociedade brasileira: valores como um ângulo de análise**. Rio de Janeiro: Centro João XXIII, Loyola, 1994. 471p.
- RICE, A.S., TUCKER, S.M. **Family life management**. 6.ed. New York: Macmillan Publishing Company, 1986. Cap.9, p.267-311.
- SARTI, C.A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Editora Autores Associados – FAPESP, 1996. 128p.
- SARTI, C.A. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, M.C.B. (Ed.) **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, EDUC/PUC-SP, 1995. p.39-49.
- SILVA, C.S. **O dia-a-dia de unidades domésticas em um ecossistema de subsistência**. Viçosa, MG: UFV, 1998. 66p. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, 1998.
- SILVA, N.M. **Subsídios para o estudo da educação do consumidor**. Viçosa, MG: UFV, 1990. 82p.
- SOUZA, J.X. A relação criança-adulto: dominação ou...? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 21, 1997, Goiânia, GO. **Anais...** Goiânia: UFG, 1997. p.579-582.
- SZYMANSKY, H. Teorias e “teorias” de família. In: CARVALHO, M.C.B. de. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, EDUC/PUC-SP, 1995. p.23-28.
- TEIXEIRA, K.M.D. **Estrutura e funcionamento das famílias brasileiras em situações estressantes: adaptação do Modelo de Olson**. Viçosa, MG: UFV, 1997. 82p. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, 1997.
- TRABALHO infantil no Brasil: questões e políticas. Brasília, DF: MTB, 1998b. 90p.
- TRABALHO precoce: saúde em risco. Brasília, DF: MTB, 1998a. 22p.

VILELA, M.V. Sintomas e fontes de stress em escolares de 1^a a 4^a séries. In: LIPP, M.E.N. (Org.). **Pesquisas sobre stress no Brasil: saúde, ocupações e grupos de riscos**. Campinas,SP: Papyrus, 1996. p. 255-274.

APÉNDICE

APÊNDICE A

Quadro 1A - Segmentos amostrais representativo das crianças/adolescentes trabalhadoras de Governador Valadares-MG, 1999/2000

| Segmentos Amostrais | Trabalho Fora | Trabalho Doméstico |
|----------------------------|---------------|--------------------|
| Crianças/feminino | 6 | 18 |
| Crianças/masculino | 24 | 12 |
| Pais de crianças/feminino | 6 | 18 |
| Pais de crianças/masculino | 24 | 12 |
| Total | 60 | 60 |

Quadro 2A - Distribuição de frequências relativas para os aspectos da coesão e flexibilidade familiar das crianças/adolescentes trabalhadoras de Governador Valadares-MG, 1999/2000

| Aspectos da Coesão e Flexibilidade Familiar | Sim | | Algumas Vezes | | Não | |
|--|---------------|--------------------|---------------|--------------------|---------------|--------------------|
| | Trabalho Fora | Trabalho Doméstico | Trabalho Fora | Trabalho Doméstico | Trabalho Fora | Trabalho Doméstico |
| 1. Coesão familiar | | | | | | |
| - Os membros da família sentem-se mais próximos das pessoas de fora do que dos membros familiares? | 26,7 | 13,3 | 6,7 | 6,7 | 66,7 | 80,0 |
| - Os membros da família acham difícil discutir problemas com amigos? | 30,0 | 26,7 | 20,0 | --- | 50,0 | 73,3 |
| - Os membros da família preferem discutir problemas com amigos ou vizinhos? | 23,3 | 20,0 | 3,3 | 13,3 | 73,3 | 66,7 |
| - As pessoas da família fazem as coisas em conjunto, pensando no bem-estar familiar? | 80,0 | 76,7 | 3,3 | 13,3 | 16,7 | 10,0 |
| - Os membros da família evitam estar perto um do outro, dentro de casa? | 16,7 | 10,0 | 10,0 | 20,0 | 73,3 | 70,0 |
| 2. Flexibilidade familiar | | | | | | |
| - Todos os membros da família dão opinião quando têm que tomar decisões? | 76,7 | 70,0 | 10,0 | 13,3 | 13,3 | 16,7 |
| - Todos as pessoas da família podem opinar nas decisões mais importantes? | 86,7 | 60,0 | 3,3 | 20,0 | 10,0 | 20,0 |
| - As crianças podem dar sugestões quando o assunto é sobre elas? | 83,3 | 86,7 | 3,3 | 10,0 | 13,3 | 3,3 |
| - As crianças podem dar sugestões em todos os assuntos? | 63,3 | 36,7 | 10,0 | 36,7 | 26,7 | 26,7 |
| - As pessoas da família se ajustam facilmente aos problemas que ocorrem? | 66,6 | 73,3 | 16,7 | 10,0 | 16,7 | 16,7 |

Quadro 2A - Distribuição de freqüências relativas para os níveis de satisfação com os aspectos da qualidade de vida das crianças/adolescentes trabalhadoras de Governador Valadares-MG, 1999/2000

| Aspectos da Qualidade de Vida | Insatisfeito | | | Pouco Satisfeito | | | Satisfeito | | | Muito Satisfeito | | |
|--------------------------------|--------------|------|--------------------|------------------|------|--------------------|------------|------|--------------------|------------------|------|--------------------|
| | Trabalho | Fora | Trabalho Doméstico | Trabalho | Fora | Trabalho Doméstico | Trabalho | Fora | Trabalho Doméstico | Trabalho | Fora | Trabalho Doméstico |
| - Habitação | ---- | | 16,7 | 31,0 | | 16,7 | 24,2 | | 26,6 | 44,8 | | 40,0 |
| - Amigos | ---- | | 10,0 | 24,2 | | 16,7 | 24,2 | | 46,6 | 51,8 | | 26,6 |
| - Escola | 6,7 | | 10,0 | 10,0 | | 13,3 | 40,0 | | 43,3 | 41,3 | | 33,3 |
| - Família | 3,5 | | 6,7 | --- | | 3,3 | 10,3 | | 30,0 | 86,2 | | 60,0 |
| - Lazer | 3,5 | | 10,0 | 13,8 | | 3,3 | 10,3 | | 33,3 | 72,4 | | 53,3 |
| - Jeito de ser | 6,7 | | --- | 6,7 | | 13,3 | 24,2 | | 43,3 | 62,0 | | 43,3 |
| - Compreensão e apoio dos pais | 6,7 | | --- | 3,5 | | 3,3 | 17,2 | | 43,3 | 72,4 | | 53,3 |
| - Saúde e energia | 3,5 | | ---- | 10,0 | | 6,7 | 27,5 | | 50,0 | 58,7 | | 43,3 |
| - Alimentação | 6,7 | | 3,3 | --- | | 16,7 | 13,8 | | 43,3 | 79,3 | | 36,7 |
| - Vizinhança | 10,0 | | 3,3 | 16,7 | | 26,7 | 24,2 | | 53,3 | 48,1 | | 16,7 |
| - Parentes | 3,3 | | 3,3 | 3,3 | | 3,3 | 31,0 | | 56,7 | 62,0 | | 36,7 |
| - Trabalho | 3,3 | | 6,7 | 6,7 | | 10,0 | 24,2 | | 53,3 | 65,5 | | 30,0 |